



“Elaboração da Agenda 21 Local para a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte”



Diagnóstico da Sustentabilidade do Concelho de Tábua

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 O Conceito da Agenda 21 Local	7
1.2 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	14
1.2.1 Âmbito Nacional	14
1.2.2 Âmbito Regional	18
2. A AGENDA 21 LOCAL DE TÁBUA	21
2.1 Objectivos	21
2.2 Metodologia	22
2.3 Processo de Participação Pública na Implementação da Agenda 21 Local	25
3. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E ESTRATÉGICO	29
3.1 Contexto Administrativo e Dinâmicas Institucionais	29
3.2 Enquadramento do Concelho nas estratégias de desenvolvimento de diferentes escalas territoriais	30
3.2.1 Estratégia definida para o território da CIMPIN – Plano Estratégico e de Acção para a Região do Pinhal Interior Norte 2007-2013 (PEA-PIN) – Março de 2008	30
3.2.2 Plano de Acção Rural do Vale do Alva	32
3.2.3 Projecto EURENERS: Eficiência Energética e Promoção de Energias Renováveis	33
3.2.4 Estratégias e Projectos de Desenvolvimento Municipal	34
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL	39
3.3 Suporte Físico / Sistemas Naturais	39
3.3.1 Caracterização geomorfológica	39
3.3.2 Caracterização biológica	40
3.3.3 Conservação e gestão activa da natureza	41
3.3.4 Suporte físico / sistemas naturais – síntese	42
3.4 Ocupação Humana	43
3.4.1 Modelo Territorial	43
3.4.2 Ocupação e Uso do Solo	44
3.4.3 Vias de comunicação e transporte	45
3.4.4 Ocupação humana – síntese	47
4. INDICADORES AMBIENTAIS – O ESTADO DO AMBIENTE EM TÁBUA	48
4.1 Qualidade do Ar	48
4.1.1 Gases com Efeito Estufa	49
4.1.2 Partículas e metais pesados	52
4.1.3 Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono	54
4.1.4 Ozono (O ₃)	60
4.1.5 Qualidade do ar - Síntese	60
4.2 Energia	61
4.2.1 Consumo Energético	62
4.2.2 Geração de energia no Concelho de Tábua	68
4.2.3 Energia – síntese	69
4.3 Água	70
4.3.1 Água para Consumo Humano	70
4.3.2 Evolução dos consumos	72
4.3.3 Aguas residuais	74
4.3.4 Aguas superficiais e subterrâneas	76
4.3.5 Água – Síntese	76
4.4 Ruído	77
4.5 Resíduos	78
4.5.1 Produção de resíduos	79
4.5.2 Recicláveis	80
4.5.3 Outros resíduos / Óleos alimentares usados	81
4.5.4 Resíduos Industriais	81
4.5.5 Resíduos - Síntese	81
5. DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL	83
5.1 Dinâmica Populacional	83
5.1.1 Evolução demográfica global	83

5.1.2	Taxas de mortalidade e natalidade	84
5.1.3	Distribuição populacional por ciclos de vida	85
5.1.4	Densidade populacional	86
5.1.5	Dinâmica populacional – síntese	87
5.2	Educação e Recursos Humanos	87
5.2.1	Equipamentos de educação e formação	88
5.2.2	Analfabetismo	89
5.2.3	Níveis de escolaridade	90
5.2.4	Insucesso e abandono escolar	91
5.2.5	Educação e recursos humanos - síntese	92
5.3	Coesão Social	92
5.3.1	Problemáticas sociais	92
5.3.2	Dinâmicas de apoio social	96
5.3.3	Coesão social – síntese	97
5.4	Saúde e Bem-Estar	98
5.4.1	Cuidados de saúde	98
5.4.2	Bem-estar	99
5.4.3	Saúde e bem-estar - síntese	100
5.5	Justiça, Prevenção e Segurança	100
5.6	Cultura e Criatividade Local	100
5.6.1	Origens	100
5.6.2	Dinâmicas culturais e de criatividade	101
5.6.3	Cultura e criatividade local – síntese	102
6.	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	103
6.1	Dados Gerais	103
6.2	Emprego	104
6.2.1	Taxa de actividade	104
6.2.2	Desemprego	106
6.2.3	População empregada por sector de actividade	108
6.2.4	Emprego – síntese	109
6.3	Dinâmica Empresarial	110
6.3.1	Dinâmica empresarial – síntese	115
6.4	Localização industrial	115
7.	GOVERNAÇÃO	117
7.1	Finanças locais	117
7.2	Orçamento	121
7.3	Financiamentos Comunitários	122
7.4	Dinâmicas Associativas	123
7.5	Participação Cívica	125
8.	ANÁLISE SWOT	128

Índice de Tabelas

Tabela 1. Processos de participação pública.....	26
Tabela 2. Calendarização dos principais momentos de participação pública.....	28
Tabela 3. Projectos definidos para o Concelho de Tábua no âmbito do Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte.....	32
Tabela 4. Programa de acções comuns do projecto EURENERS.....	34
Tabela 5. Carteira de projectos mobilizadores do Plano de Desenvolvimento do Concelho de Tábua.....	35
Tabela 6. Emissões totais* de Gases com Efeito de Estufa em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km ²).....	50
Tabela 7 - Emissões totais* de partículas (de diâmetro < 10µm) e metais pesados em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km ²).....	53
Tabela 8. Valores limite para as partículas em suspensão (PM10) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).....	54
Tabela 9. Emissões totais* de gases acidificantes, eutrofizantes e precursores de ozono em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km ²).....	55
Tabela 10. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de enxofre (SO ₂) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).....	56
Tabela 11. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de azoto (NO ₂) e.....	57
Tabela 12. Valores limiar para o ozono (O ₃) tendo por base o cumprimento do Decreto-Lei 320/2003, de 20 de Dezembro.....	60
Tabela 13. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor) - milhares de kWh.....	64
Tabela 14. Energia: Edifícios do Estado/ de utilidade pública e iluminação da via pública.....	66
Tabela 15. Consumo de combustível automóvel por habitante.....	68
Tabela 16. Evolução da qualidade da água para abastecimento público.....	71
Tabela 17. Consumo de água abastecida pela rede pública, 2005 e 2006 (em milhares de m ³).....	73
Tabela 18. Caudais de efluentes domésticos (em milhares de m ³) e taxas de cobertura do sistema de drenagem (saneamento) e tratamento em ETAR, 2005 e 2006.....	74
Tabela 19. Produção de resíduos sólidos urbanos em 2007 e 2008 e respectiva variação nesse período.....	79
Tabela 20. População residente por ciclo de vida.....	85
Tabela 21. População e densidade populacional nas freguesias de Tábua.....	87
Tabela 22. Equipamentos escolares do Município de Tábua.....	88
Tabela 23. Taxa de abandono escolar nos municípios PIN.....	91
Tabela 24. Problemáticas identificadas no Diagnóstico Social de Tábua.....	94
Tabela 25. Indicadores de cuidados de saúde.....	98
Tabela 26. Indicadores de saúde, Município de Tábua, PIN, Região Centro e Portugal.....	99
Tabela 27. Equipamentos desportivos.....	99
Tabela 28. Taxa de criminalidade por categoria de crimes.....	100
Tabela 29. Taxa de actividade entre 1991 e 2001.....	105
Tabela 30. Taxa de desemprego entre 1991 e 2001.....	106
Tabela 31. Taxa de desemprego – evolução recente (2008 - 2009) em Portugal e na Região Centro....	107
Tabela 32. População empregada por sector de actividade.....	108
Tabela 33. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por município, segundo o nível de ensino, 2006.....	109
Tabela 34. Empresas e sociedades com sede no Concelho segundo o CAE. rev. 2.....	111
Tabela 35. Pessoal e volume de vendas nas sociedades sedeadas no Concelho segundo a CAE rev.2.....	112
Tabela 36. Despesas e receitas municipais, em 2008, no Município de Tábua.....	117
Tabela 37. Orçamento das receitas e das despesas da Câmara Municipal de Tábua.....	121
Tabela 38. Acções co-financiadas por instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários.....	122
Tabela 39. Distribuição das associações do Concelho de Tábua, por freguesia.....	123
Tabela 40. Participação eleitoral dos cidadãos de Tábua.....	125
Tabela 41. Pontos Fortes e Áreas de Melhoria do Concelho de Tábua.....	128

Tabela 42. Oportunidades identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho.	131
Tabela 43. Oportunidades e ameaças identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho. .	132
Tabela 44. Síntese da Análise SWOT para o desenvolvimento sustentável do Concelho.	133

Índice de Figuras

Figura 1. Enquadramento histórico.	7
Figura 2. Flor da sustentabilidade.	8
Figura 3. Implementação da ENDS - principais instrumentos.	12
Figura 4. Dimensões e objectivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.	14
Figura 5. O Corredor do MIT e o Território “CenCyl – Eixo de desenvolvimento em busca de atractividade e rejuvenescimento.”	19
Figura 6. Objectivos específicos da Agenda 21 Local.	21
Figura 7. Metodologia Agenda 21 Local.	22
Figura 8. Localização de Tábua na NUT II (Região Centro) e NUT III (Pinhal Interior Norte).	29
Figura 9. Freguesias do Concelho de Tábua.	30
Figura 10. Carta hipsométrica de Portugal, detalhe da Região de Tábua.	39
Figura 11. Vista do miradouro da Pedra da Sé - Tábua.	40
Figura 12. Mapa das áreas ardidas.	41
Figura 13. Praia fluvial da Ronqueira, no rio Alva.	42
Figura 14. Síntese do Modelo Territorial da Região Centro.	43
Figura 15. Povoamentos florestais e arbustivos.	44
Figura 16. Distribuição da ocupação para usos urbanos.	45
Figura 17. Estrutura viária primária e secundária de Tábua e região envolvente.	45
Figura 18. Rede viária interna do Concelho de Tábua.	46
Figura 19. Pormenor da Rede Ferroviária Nacional. Indicação da localização do Concelho de Tábua.	47
Figura 20. Emissão de Gases com Efeito Estufa, evolução 1995-2006.	49
Figura 21. Emissão de Gases com Efeito Estufa em 2006 e metas estabelecidas para 2008-2010.	50
Figura 22. Emissões de CO ₂ em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	51
Figura 23. Zonas de monitorização da qualidade do ar – Região Centro.	52
Figura 24. Emissões de partículas PM ₁₀ em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	54
Figura 25. Emissões de SO _x em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	56
Figura 26. Emissões de NO _x em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	57
Figura 27. Emissões de NMVOC em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	58
Figura 28. Emissões de CO em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	59
Figura 29. Incêndios florestais – área ardida (ha) 2000-2006.	59
Figura 30. Índice de qualidade do ar para a Região Centro em 2007.	60
Figura 31. Intensidade energética da economia (1995=100), em 2006.	61
Figura 32. Electricidade obtida a partir de fontes renováveis, em 2006.	61
Figura 33. Consumo final de energia por sector de actividade.	63
Figura 34. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor doméstico) - milhares de kWh.	65
Figura 35. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor agrícola) - milhares de kWh.	65
Figura 36. Campanha de sensibilização para o uso racional da energia eléctrica no Município de Tábua.	66
Figura 37. Consumo de combustível automóvel por habitante – tonelada equivalente de petróleo.	68
Figura 38. Consumo de água per capita por sector - m ³ .ano.	72
Figura 39. População servida por infra-estruturas de abastecimento e saneamento no Município de Tábua, PIN, Região Centro e Portugal (%).	75
Figura 40. Produção de resíduos sólidos urbanos em 2005, 2006, 2007 e 2008.	79
Figura 41. Campanha de sensibilização para a gestão dos resíduos na página <i>internet</i> do Município de Tábua.	80
Figura 42. Taxas de crescimento populacional nos decénios 1981-1991 e 1991-2001.	83
Figura 43. População residente no Concelho de Tábua e estimativa para o ano 2015.	84
Figura 44. Evolução do saldo efectivo, natural e migratório do PIN (à esq.) e de Tábua (dir.).	84

Figura 45 .Densidade populacional dos concelhos do PIN.....	86
Figura 46. Vista do edifício do Pólo da EPTOLIVA em Tábua.....	89
Figura 47. Taxa de analfabetismo no Concelho de Tábua.	90
Figura 48. População residente por nível de escolaridade.	90
Figura 49. Taxa de retenção e desistência - Tábua, Pinhal Interior Norte e Região Centro.....	92
Figura 50. Desigualdade na distribuição dos rendimentos, em 2006.	93
Figura 51. Número de pensionistas: por velhice, por sobrevivência e total.	94
Figura 52. Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes nos municípios da Região Centro . A vermelho indicação do Município de Tábua.	95
Figura 53. Índice de Desenvolvimento Social nos municípios do PIN e média nacional.	96
Figura 54. Capela do Senhor dos Milagres (séc. XVIII).....	101
Figura 55. Cartaz de divulgação de exposição na Biblioteca Municipal de Tábua.	101
Figura 56. Evolução do Indicador do poder de compra <i>per capita</i> na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Concelho de Tábua, entre 2002 e 2005.	103
Figura 57. Evolução do Indicador do poder de compra <i>per capita</i> na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Tábua entre 1995 e 2005.....	104
Figura 58. Evolução da taxa de actividade no período intercensitário 1991 – 2001.....	105
Figura 59. Evolução da taxa de desemprego no período intercensitário 1991 – 2001.....	106
Figura 60. Evolução do número de pessoas desempregadas no Concelho de Tábua segundo o género.	107
Figura 61. População activa por nível de instrução (%).	108
Figura 62. Densidade de empresas (nº/km ²).	110
Figura 63. Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%), 2006.	113
Figura 64. Distribuição das receitas municipais na área do ambiente.	119
Figura 65. Distribuição das despesas municipais na área do ambiente.	119
Figura 66. Percentagem de despesas em cultura no total de despesa nos anos de 2004 e 2005.....	120
Figura 67. Percentagem de despesas em cultura e desporto no total de despesa no ano de 2006.	120

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Conceito da Agenda 21 Local

A crescente degradação dos ecossistemas e as ameaças que afectam o equilíbrio ambiental e o tecido económico e social, têm determinado a procura de modelos mais sustentáveis, que visam o desenvolvimento em diferentes vertentes (económica, social, cultural e ambiental) sem comprometer as gerações futuras. É neste contexto que surge a Agenda 21 Local, baseada no conceito de desenvolvimento sustentável.

Foi em 1991, com a **Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento** – mais conhecida como “**Cimeira da Terra**” – realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que nasceu a Agenda 21, um compromisso assumido por quase todos os governos mundiais. Em 1994 foi realizada a **Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis**, da qual resultou um documento estratégico importante: a Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias, também conhecida como Carta de Aalborg. Estabeleceram-se então os conceitos e princípios de desenvolvimento, designadamente o princípio de que “(...) a justiça social terá que assentar necessariamente na sustentabilidade económica e na equidade, que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental”. A Conferência marcou o início da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis destinada a apoiar a política da União Europeia nesta matéria.

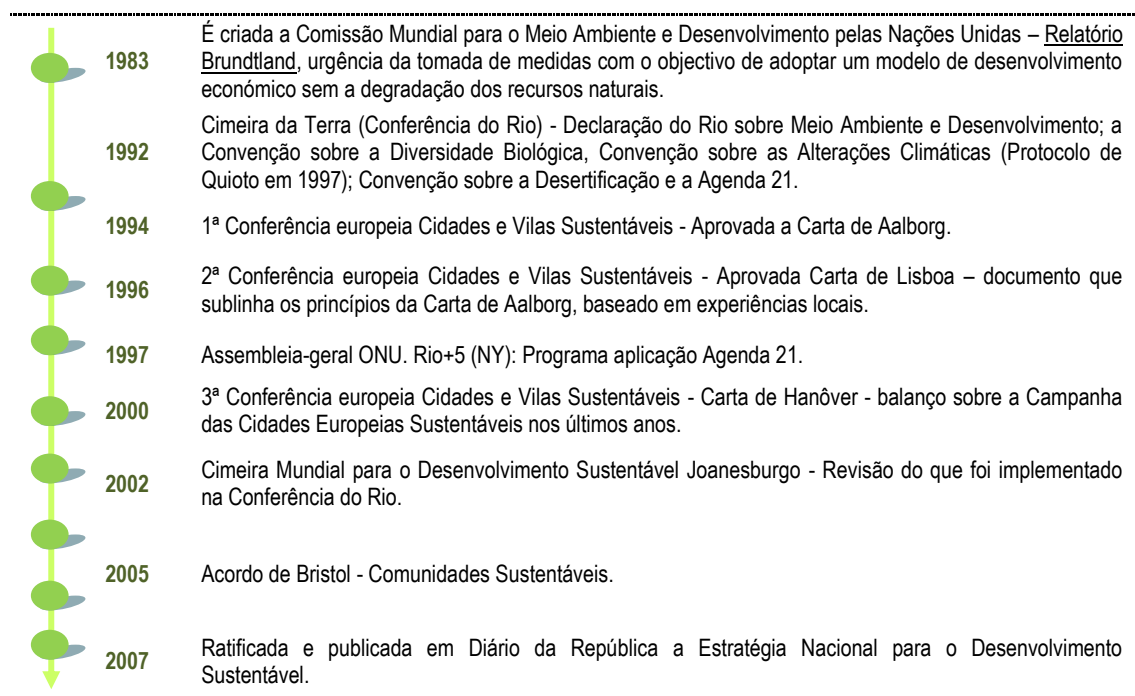


Figura 1. Enquadramento histórico.

Fonte: SPI, 2008.

Estabelecem-se então os conceitos e princípios de desenvolvimento, designadamente o princípio de que “(...) a justiça social terá que assentar necessariamente na sustentabilidade económica e na equidade, que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental”. A Conferência marcou o início da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis destinada a apoiar a política da União Europeia nesta matéria. O conceito de desenvolvimento sustentável é definido como “(...)o **desenvolvimento que satisfaz as necessidades recentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades**” (ONU, Relatório Brundtland, 1987), o que implica agir de forma a que o crescimento de hoje não ponha em perigo as possibilidades de crescimento das gerações futuras. Assim sendo, o desenvolvimento sustentável encerra três componentes – económica, social e ambiental – que é necessário equilibrar.

Alcançar o desenvolvimento sustentável significa alcançar o equilíbrio entre a preservação dos recursos naturais (sítio onde vivemos), o desenvolvimento económico (actividades que exercemos) e a qualidade de vida e justiça social (oportunidades para todos).

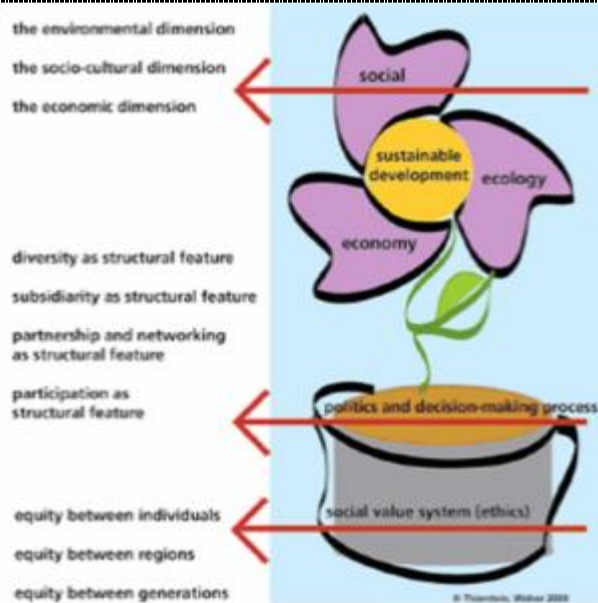


Figura 2. Flor da sustentabilidade.
Fonte: Thierstein and Walser, 1997.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável, através da mobilização das políticas económicas, sociais e ambientais, surge como um dos principais objectivos a alcançar pela União Europeia para o período 2007-2013 (definido na comunicação *Building Our Common Future*, em 2004) e, por consequência, por Portugal.

Em termos legais, o conceito de Desenvolvimento Sustentável aparece subjacente a uma vasta diversidade de legislação, fundamentalmente associada ao ambiente e ordenamento do território. **De seguida fazemos um breve roteiro pelas principais directrizes legais que abordam a temática.**

A **Lei de Bases do Ambiente** (LBA) (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril) sintetiza as opções político-legislativas fundamentais. A política estabelecida na LBA, estabelece que “*Todos os cidadãos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva*”, e que “*A política de ambiente tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativa, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado*”. A LBA estabelece, ainda, princípios específicos que fundamentam toda a estratégia nacional em termos de desenvolvimento sustentável e, mais precisamente, a Agenda 21 Local:

- Princípio da **Prevenção**;
- Princípio do **Equilíbrio** (com a finalidade do desenvolvimento integrado, harmónico e sustentável);
- Princípio da **Participação** dos diferentes grupos sociais na formulação e execução da política do ambiente;
- Princípio da **Unidade** de gestão e acção a nível das entidades públicas com responsabilidade em matérias ambientais;
- Princípio da **Cooperação** internacional;
- Princípio da **Procura** do nível mais adequado de acção, seja de âmbito internacional, nacional, regional, local ou sectorial;
- Princípio da **Recuperação**, através da tomada de medidas urgentes, para limitar processos de degradação;
- Princípio da **Responsabilização** dos agentes atendendo à afectação sobre os recursos naturais.

A LBA prevê a elaboração de uma estratégia de conservação da Natureza. Por outro lado, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) estipula, também, a necessidade da existência de uma estratégia para a conservação da diversidade biológica. Em conformidade, foi elaborada a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)**, em articulação com os compromissos internacionais assumidos no quadro da CDB e com a estratégia europeia neste âmbito.

A ENCNB, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, assume três objectivos gerais:

1. Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;
2. Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;

3. Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, aprovada para ratificação pelo Decreto n.º 21/93, de 29 de Junho, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

Para a concretização destes objectivos, a **ENCNB** formula 10 opções estratégicas:

1. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;
2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
3. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;
5. Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
6. Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade;
9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
10. Intensificar a cooperação internacional.

A **Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU, Lei nº48/98)**, documento de suporte para o planeamento e gestão do território nacional, define e integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes

regiões e aglomerados urbanos. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, publicado na Resolução de Conselho de Ministros nº 46/2006 de 27 de Abril), é um dos resultados da LBOTU e reforça a actuação territorial baseada nos seus princípios gerais:

“Art.5º:

- a. *Sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando a transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados;*
- b. *Economia, assegurando a utilização ponderada e parcimoniosa dos recursos naturais e culturais;*
- c. *Coordenação, articulando e compatibilizando o ordenamento com as políticas de desenvolvimento económico e social, bem como as políticas sectoriais com incidência na organização do território, no respeito por uma adequada ponderação dos interesses públicos e privados em causa;*
- d. *Subsidiariedade, coordenando os procedimentos dos diversos níveis da Administração Pública, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão;*
- e. *Equidade, assegurando a justa repartição dos encargos e benefícios decorrentes da aplicação dos instrumentos de gestão territorial;*
- f. *Participação, reforçando a consciência cívica dos cidadãos através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial;*
- g. *Responsabilidade, garantindo a prévia ponderação das intervenções com impacte relevante no território e estabelecendo o dever de reposição ou compensação dos danos que ponham em causa a qualidade ambiental;*
- h. *Contratualização, incentivando modelos de actuação baseados na concertação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada na concretização dos instrumentos de gestão territorial;*
- i. *Segurança jurídica, garantindo a estabilidade dos regimes legais e o respeito pelas situações jurídicas validamente constituídas.”*

Em 2004, foi criada a **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)**, que institui as orientações estratégicas para a preparação da Agenda 21 Local. Esta é uma estratégia global de desenvolvimento, que abrange um longo período (2005-2015) e que “(...) consiste num conjunto coordenado de actuações que, partindo da situação actual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente”.

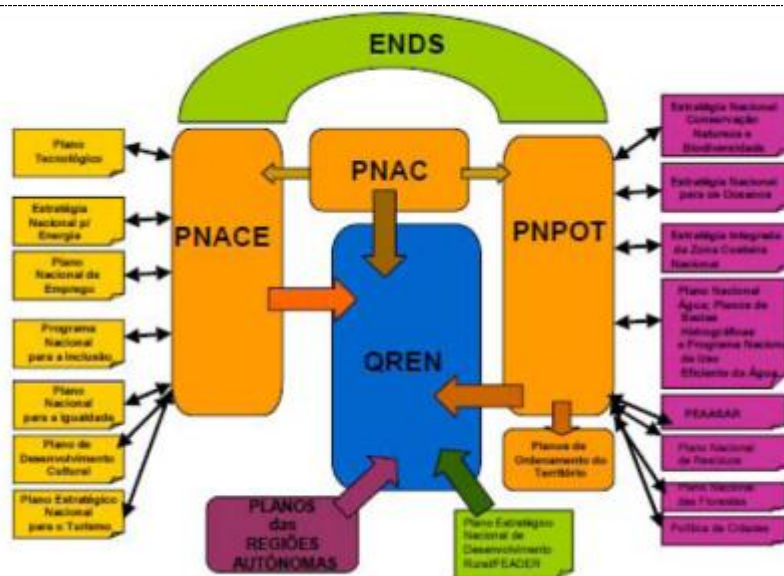


Figura 3. Implementação da ENDS - principais instrumentos.

Fonte: PROT-C, 2009 (PIENDS, 2007).

O grande desígnio que fundamenta a ENDS é o de “(...) fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social”. Este documento de referência partilha com a Agenda 21 Local a mesma visão e define os princípios a partir dos quais a A21L se rege, designadamente:

- **Qualificação dos Portugueses em Direcção à Sociedade do Conhecimento:** “(...) alteração em profundidade da actual situação no que respeita à qualificação da população activa, à formação ao longo da vida e à disponibilidade de competências necessárias para um maior potencial de inovação das empresas, como para o cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do Ambiente, num contexto de crescente complexidade, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a “sociedade do conhecimento”;
- **Economia Sustentável, Competitiva e Orientada para Actividades do Futuro:** “(...) assegurar um crescimento mais rápido à economia portuguesa, que permita retomar a dinâmica de convergência, tal objectivo deverá assentar num crescimento mais rápido da produtividade, associado a um forte investimento nos sectores de bens transaccionáveis, o que para ser compatível com a criação de emprego exige uma mudança no padrão de actividades do país, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional; esse crescimento deverá ser menos intensivo em consumos energéticos e recursos naturais, aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas do País, incluindo património, cultura, conhecimentos e competências”;

- **Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente e do Património Natural:** *“(...) assegurar um modelo de desenvolvimento que integre a protecção do ambiente numa sociedade em que a protecção do ambiente assenta sobretudo na prevenção e valorização e em que o património natural seja assumido como valor a evidenciar e factor de diferenciação positivo”;*
- **Organização Equilibrada do Território que Valorize Portugal no Espaço Europeu e que Proporcione Qualidade de Vida:** *“(...) contribuir para reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, actuando ao nível das redes, do sistema urbano e da competitividade e atractividade das cidades e áreas metropolitanas, assegurando uma melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território conducente à salvaguarda do seu valor estratégico no longo prazo, ao mesmo tempo que se promovem padrões mais elevados de qualidade de vida em todo o território nacional”;*
- **Dinâmica de Coesão Social e de Responsabilidade Individual:** *“(...) assegurar que as instituições responsáveis pela satisfação de necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social sejam capazes de suportar o choque do “envelhecimento da população e do “amadurecimento” etário da população activa hoje residente, num quadro de coesão e equidade sociais, sem provocarem um descontrolo das finanças públicas e uma carga adicional de impostos”;*
- **Papel Activo de Portugal na Cooperação Global:** *“(...) cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo, e contribuir de forma empenhada para os esforços crescentes da comunidade internacional no sentido da sustentabilidade dos ecossistemas e o equilíbrio ambiental do planeta no seu todo”.*

As principais metas definidas na ENDS incluem adoptar e implementar, até 2010, uma Estratégia Nacional para as Cidades que coloque em vigor os princípios referidos. Neste âmbito, a Agenda 21 Local constitui um documento estruturante de uma abordagem sustentável ao desenvolvimento e marca um importante compromisso político e social, ao qual o Concelho se pretende aliar.



Figura 4. Dimensões e objectivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: ENDS.

1.2 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

1.2.1 Âmbito Nacional

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) português estabelece as linhas gerais que nortearão a forma como Portugal utilizará os 21 500 milhões de euros de recursos financeiros da UE, ao longo dos próximos sete anos, com o objectivo de desenvolver as competências em Portugal, fomentar um crescimento sustentável, garantir a coesão social, assegurar o desenvolvimento do território e das cidades e melhorar a governança.

Segundo o próprio texto do QREN: *“Assumindo o referencial político que responsabiliza a política de coesão económica e social pela redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento das regiões, a política regional comunitária para 2007-2013 privilegia os seus contributos para o crescimento, para a competitividade e para o emprego.*

Esta renovação da política regional traduz-se no aumento das exigências e das responsabilidades que assim são conferidas à intervenção estrutural comunitária que, não sendo mais assumida como apenas promotora da equidade regional, é chamada a intervir proactivamente no desenvolvimento económico das regiões.”

O reajustamento estratégico das políticas comunitárias, influenciando significativamente a coesão económica e social, é inteiramente assumido por Portugal que associa à prossecução dos desígnios da Agenda de Lisboa a superação dos desafios explicitados pela implementação do Plano Tecnológico.

As responsabilidades da política regional portuguesa são, neste contexto, mais complexas, determinando a abordagem estratégica agora adoptada pelo QREN e as prioridades de desenvolvimento dos respectivos Programas Operacionais.

Também em Portugal a política regional é renovada, com consequências significativas na valorização do território e das suas potencialidades diversificadas que, superando as restrições decorrentes de uma concepção baseada na referência regional, assume a crescente complexidade das dinâmicas territoriais em que as cidades e as áreas metropolitanas desempenham funções centrais na promoção da competitividade e da coesão.

Afasta-se assim a dicotomia entre políticas públicas nacionais e regionais de desenvolvimento, em que as primeiras assumem os objectivos da competitividade e as segundas da coesão – para consagrar a partilha das responsabilidades pelo crescimento e pela solidariedade, prosseguindo coerentemente os objectivos da competitividade e da coesão do País e das regiões. Este posicionamento e esta abordagem determinam a atribuição de inequívoca prioridade à integração eficaz das intervenções públicas e privadas de investimento de base territorial, para criar condições favoráveis à emergência de economias de aglomeração, sobretudo nos territórios menos desenvolvidos, e assim sustentar a respectiva capacidade endógena de captação de investimento produtivo e de geração de riqueza – e, consequentemente, de correcção das desigualdades sociais.

Para o período 2007-2013, Portugal conta com três programas operacionais temáticos:

- O Programa **Factores de Competitividade** financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Portugal pretende aumentar a percentagem de empresas de média e alta tecnologia no sector da indústria para 6,2 % em 2010, em contraste com a actual percentagem de 3,4%.
- O Programa **Potencial Humano** financiado essencialmente pelo Fundo Social Europeu (FSE) abrange todas as regiões do continente. Todos os jovens com 18 anos, ou com menos de 18 anos, terão acesso a formação. O objectivo do programa é aumentar os cursos profissionais a nível do ensino secundário, a fim de reduzir a percentagem elevada de abandono escolar (38% em 2005).
- O Programa **Valorização Territorial** financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão. A ideia é dar continuidade a projectos no sector dos transportes e do ambiente já financiados no decurso do período de programação anterior.

Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Com base na LBOTU, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) visa concretizar a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, constituindo-se o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, visto que

enquadra os restantes Instrumentos de Gestão Territorial (IGT). O PNPOT tem como principais objectivos:

- Definir o quadro unitário para o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do País, tendo em conta a identidade própria das suas diversas parcelas e a sua inserção no espaço da União Europeia;
- Garantir a coesão territorial do País, atenuando as assimetrias regionais e garantindo a igualdade de oportunidades;
- Estabelecer a tradução espacial das estratégias de desenvolvimento económico e social;
- Articular as políticas sectoriais com incidência na organização do território.

Este instrumento territorial está organizado num conjunto de objectivos estratégicos, objectivos específicos e medidas que definem um caminho para Portugal no horizonte 2025.

Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE)

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego visa responder aos requisitos da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico e constitui uma referência de enquadramento para as diversas políticas governamentais de âmbito macroeconómico, microeconómico e de qualificação e emprego. O PNACE pretende atingir quatro Objectivos Estratégicos, os quais constituem uma agenda para a modernização em Portugal:

- *“Reforçar a credibilidade, consolidando as contas públicas e apostando em políticas fortes, transparentes, focalizadas;*
- *Apostar na confiança, fomentando o crescimento económico, melhorando o contexto jurídico e legal, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas, incrementando o investimento público nos sectores chave para o sucesso dessas políticas, atraindo o investimento privado e apoiando a modernização do tecido empresarial.*
- *Assumir os desafios da competitividade, implementando um plano tecnológico que acresça a capacidade de gerar valor das pessoas, das empresas e das instituições, através do conhecimento, da tecnologia e da inovação (...);*
- *Reforçar a coesão social, territorial e ambiental como factores de competitividade e desenvolvimento sustentável.(...)”* Estratégia de Lisboa - Portugal de Novo, PNACE 2005/2008.

O PNACE tem por base a implementação das seguintes políticas - Reforma do Regime de Segurança Social, Simplificação e Modernização da Administração Pública, Redes de Conhecimento e Inovação, Ligar Portugal, Portugal Logístico, Estratégia Nacional para a Energia, Valorização do Ensino Básico, Novas Oportunidades e Rede de Serviços Comunitários de Proximidade.

Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) apresenta-se como o instrumento de política que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto e do Acordo de Partilha de Responsabilidades no seio da UE, bem como antecipa os impactes das alterações climáticas e propõe medidas de adaptação que visem reduzir os aspectos negativos desses impactes.

De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente, o PNAC 2006, actualmente em vigor, pretende:

- Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão;
- Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas;
- Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono.

Este programa, enquanto primeiro programa nacional desenvolvido com o objectivo específico de controlar e reduzir as emissões de GEE (Gases com Efeito de Estufa), deve constituir o instrumento privilegiado de combate às alterações climáticas e a primeira etapa dum longo processo, que envolve a sua regular revisão e adaptação às evoluções internacionais, comunitárias e nacionais.

Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS)

O Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS), para o período 2008-2013, segue os princípios orientadores preconizados no âmbito da Organização Mundial de Saúde e de vários Planos e Programas comunitários, nomeadamente o Sexto Programa Comunitário de Acção em matéria de Ambiente (2002-2012), o Programa de Acção Comunitário no Domínio da Saúde Pública (2003-2008) e o Plano de Acção Europeu Ambiente e Saúde 2004-2010.

O PNAAS define como principais objectivos:

- Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos;
- Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a factores ambientais;
- Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
- Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

Para responder aos desafios estratégicos enunciados, o PNAAS estabelece os seguintes nove domínios prioritários: (1) água, (2) ar, (3) solo e sedimentos, (4) químicos, (5) alimentos, (6) ruído, (7) espaços construídos, (8) radiações e (9) fenómenos meteorológicos.

O PNAAS pretende ser um instrumento mobilizador da sociedade portuguesa, dos diferentes parceiros sociais e, individualmente, de cada cidadão, contendo acções concretas com vista à redução dos impactos ambientais adversos na saúde da população.

1.2.2 Âmbito Regional

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)

Ainda em elaboração, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) constitui a principal referência para o planeamento do desenvolvimento territorial da Região Centro, apresentando uma análise e diagnóstico que sustenta o modelo territorial delineado.

“O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro incorpora o conjunto de orientações estabelecidas em estratégias, políticas, programas e planos de âmbito nacional nomeadamente na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), no Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), bem como nos planos e nas estratégias sectoriais com incidência territorial.” PROT-C.

A estratégia do PROT-C corporiza na sua estratégia os objectivos, com implicações territoriais, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

“O PROT-C é elaborado segundo o objectivo geoestratégico de afirmar a Região Centro como um território portador de um contributo activo e autónomo para a estruturação e desenvolvimento sustentável do território continental numa lógica de combinação virtuosa entre objectivos de competitividade e de coesão territoriais. Esta opção corresponde a estruturar um modelo territorial que afirme a sua autonomia face às regiões urbanas de Lisboa e do Porto. Corresponde também a afirmar-se como um território pertinente de políticas públicas de base territorial e a um espaço de integração de diferentes políticas sectoriais.” PROT-C.

Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro)

Regionalmente, o Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro) assume seis eixos de desenvolvimento para o período 2007-2013:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais;
- Eixo 4: Protecção e Valorização Ambiental;
- Eixo 5: Governança e Capacitação Institucional;
- Eixo 6: Assistência Técnica.

A filosofia da Agenda 21 Local responde aos desafios preconizados no **Eixo 4 do Mais Centro**, designadamente, a **“Protecção e Valorização Ambiental”**, cujas áreas de intervenção passam, entre outras, pela protecção de zonas ambientalmente sensíveis, valorização de recursos específicos da Região e apoio do desenvolvimento sustentável, através de mecanismos de intervenção que incidam na sensibilização e educação do público relativamente à preservação do meio físico.

Projecto Mobilidade, Inovação e Território (MIT)

O Projecto MIT tem como objectivo *“(...) promover a valorização de uma realidade territorial com relevância estratégica à escala ibérica e europeia construindo uma estratégia e um plano de acção para o desenvolvimento de uma plataforma pragmática de cooperação transfronteiriça e transnacional envolvendo a Região Centro de Portugal e a Região de Castilla y León (CenCyl) de Espanha, alicerçada em diferentes modelos de colaboração público-público e público-privado e visando “colocar no mapa”, como espaço regional emergente com dinamismo internacional, a ideia de uma comunidade de sinergias.”* Road Book do Projecto MIT.

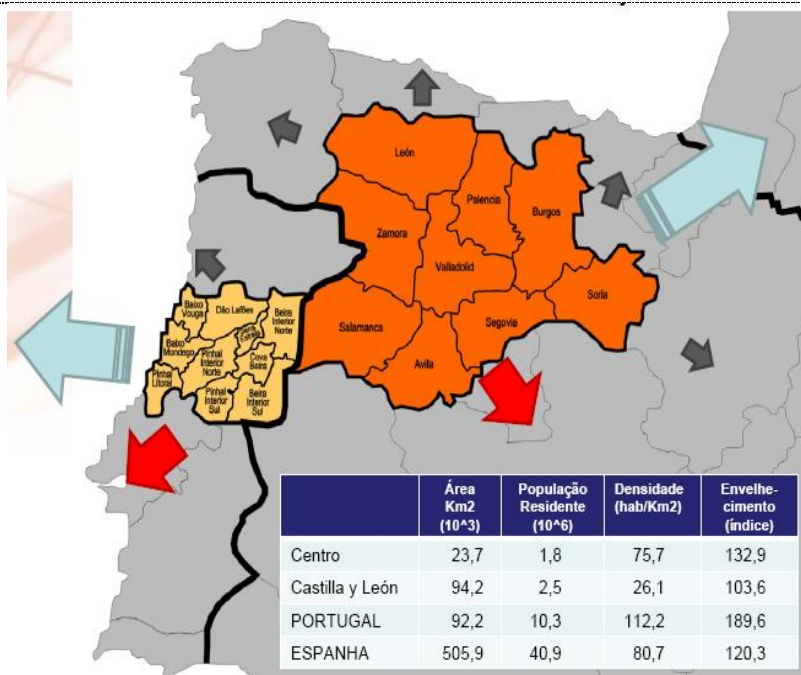


Figura 5. O Corredor do MIT e o Território “CenCyl – Eixo de desenvolvimento em busca de atractividade e rejuvenescimento.”

Fonte: CCDRC, 2009.

O MIT visa promover a valorização desta realidade territorial através do desenvolvimento da cadeia de valor das infra-estruturas e equipamentos de mobilidade e transportes que estão construídos ou em vias de construção, com vista a:

- Atrair novas actividades económicas;
- Potenciar novas polarizações industriais;
- Criar serviços com maior valor acrescentado;
- Incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico associado a toda a problemática da mobilidade, dos transportes e das comunicações.

A aposta central do projecto MIT é “*Conceber e executar um “cluster” restrito de “projectos-âncora” de cooperação territorial dinâmica partilhado pelas duas regiões organizado com base na ideia-chave de uma **conectividade facilitada, ordenada e qualificada**”*” (Road Book do Projecto MIT).

O projecto incidirá nas seguintes temáticas: transportes e logística; ordenamento do território; indústria, comércio e serviços; inovação e desenvolvimento tecnológico; turismo; **ambiente e desenvolvimento sustentável**. O Road Book do Projecto MIT define um objectivo nuclear ao nível do desenvolvimento sustentável – **criar uma rede de cidades sustentáveis ao longo do corredor do MIT**, com os seguintes objectivos específicos:

- Promover uma gestão integrada do ambiente urbano;
- Aumentar a sensibilidade dos cidadãos para o meio ambiente;
- Melhorar as condições de vida das cidades neste corredor, com o fim de as tornar mais atractivas e favorecer o seu desenvolvimento económico.

2. A AGENDA 21 LOCAL DE TÁBUA

A Agenda 21 Local de Tábua corresponde a um processo participativo, dinâmico e multi-sectorial que consiste na gestão partilhada do futuro do Município de Tábua em termos sustentáveis. A preparação e implementação da Agenda 21 Local pressupõe a integração do conceito de sustentabilidade na política e actividade do Município e a consciencialização da comunidade local, para que se possa envolver activamente.

Através de processos de partilha e de parceria, os vários agentes locais elaboraram em conjunto um Plano de Acção para a promoção da sustentabilidade ao nível local e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O Plano de Acção resulta assim da discussão e definição de uma visão comum para o futuro do Município.

Este programa assenta nos objectivos estipulados pela ENDS e que respondem às vertentes do desenvolvimento sustentável, nomeadamente, o desenvolvimento económico, a coesão social, a valorização cultural e a protecção ambiental.

2.1 Objectivos



Figura 6. Objectivos específicos da Agenda 21 Local.

Fonte: SPI, 2009.

O objectivo geral da elaboração da Agenda 21 Local (A21L) consiste na gestão partilhada do futuro sustentável do território, com base num processo de parceria, através do qual os diferentes agentes

locais trabalham com os vários sectores da comunidade na elaboração de um Plano de Acção para a promoção da sustentabilidade ao nível local e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A concretização deste objectivo envolve, o cumprimento dos seguintes objectivos específicos:

- Promover o desenho do futuro pretendido e a responsabilização de todos os cidadãos para que este seja alcançado;
- Ter como prioridades estratégicas a prossecução, a nível local, dos 7 objectivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e que, de forma equilibrada, respondem às três vertentes do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento económico, coesão social e protecção ambiental.

2.2 Metodologia

A preparação e implementação da Agenda 21 Local de Tábua tem por base uma metodologia estruturada em quatro fases (figura seguinte) que a seguir se descrevem:

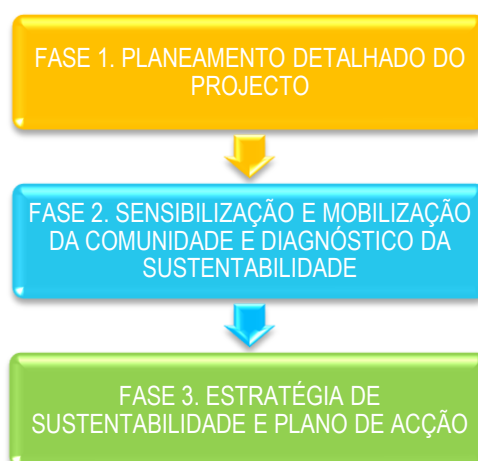


Figura 7. Metodologia Agenda 21 Local.

Fonte: SPI, 2009.

Fase 1. Planeamento detalhado do projecto

Esta primeira fase corresponde ao arranque do projecto e planeamento fino das actividades a desenvolver. Nesta fase terá lugar o lançamento oficial do projecto, a assinatura da Carta de Aalborg, a criação do Grupo Coordenador (GC), o processo de sensibilização/informação dos técnicos da autarquia e a sistematização das políticas, planos, projectos e actividades que directa ou indirectamente estão relacionadas com o desenvolvimento sustentável deste território (a nível regional e local).

Nesta fase, a SPI identifica as necessidades de informação dos quadros da autarquia e recolhe toda a informação relativa à acção intermunicipal e municipal nos domínios económico, social e ambiental. Este

trabalho permitirá definir o conteúdo das sessões de sensibilização/formação a desenvolver e definir, em parceria com a CIMPIN e a Câmara Municipal, a constituição do Grupo Coordenador Regional e do Grupo Coordenador Municipal, fazendo parte destes, enquanto equipa técnica de suporte, com estatuto de observador.

A realização desta primeira Fase de trabalho compreende as seguintes etapas:

- Etapa 1.1. Reunião de arranque e planeamento detalhado;
- Etapa 1.2. Reunião de auscultação interna com as equipas técnicas para levantamento de toda a informação sobre a actividade municipal e auscultação das necessidades de informação sobre desenvolvimento sustentável;
- Etapa 1.3. Apoio na criação da imagem e estruturação de sítio *web* do projecto;
- Etapa 1.4. Formalização da constituição do grupo coordenador;
- Etapa 1.5. Mergulho no território;
- Etapa 1.6. Acção de sensibilização e informação interna e sistematização da informação.

Fase 2. Sensibilização e mobilização da comunidade e diagnóstico da sustentabilidade

Nesta fase inicia-se a sensibilização da comunidade e a estratégia de comunicação. Será elaborado o plano de participação (actividades, seu calendário e meios necessários, no sentido de fomentar a colaboração e participação da população) e o plano de comunicação (estratégia de divulgação da informação e de sensibilização da população). Nesta fase serão lançados questionários à população no sentido de elaborar o perfil da comunidade, destacando-se também a criação do Fórum Participativo.

Para se atingirem todos os grupos e faixas etárias da comunidade é fundamental adaptar as actividades aos receptores pretendidos, sobretudo quando se pretende atingir pessoas com menor acesso à informação. A elaboração do Perfil da Comunidade a nível municipal permitirá obter um conhecimento detalhado da população e efectuar uma adaptação adequada das acções a desenvolver.

Nesta fase, tornar-se-á também fundamental o estabelecimento de parcerias com a imprensa e com outros actores locais para que o sucesso das A21L seja assegurado pela implementação de processos participativos eficazes e por uma efectiva disseminação de informação.

A SPI pretende efectivar um correcto sistema de participação de toda a comunidade, colaborando na definição e animação do Fórum Participativo (FP) e eventuais Grupos de Trabalho Temático (GTT) e na identificação e apoio à concretização das parcerias com diferentes agentes locais.

Em termos globais, nesta fase, a SPI actuará como elemento técnico na promoção e animação dos diferentes momentos de participação a nível regional e local, na elaboração dos *deliverables* documentais

(entre eles os perfis das comunidades e diagnósticos da sustentabilidade) e como catalisadora na constituição de parcerias.

A realização da Fase 2 do trabalho compreende as seguintes Etapas:

- Etapa 2.1. Constituição do Fórum Participativo;
- Etapa 2.2. Questionários à população e instituições de carácter regional;
- Etapa 2.3. Elaboração do perfil da comunidade;
- Etapa 2.4. Elaboração do plano de comunicação e divulgação;
- Etapa 2.5. Elaboração de guias de boas práticas e apoio no estabelecimento da rede de parceiros locais;
- Etapa 2.6. Apoio no desenvolvimento e dinamização da 2ª sessão do Fórum Participativo – Sessão Municipal de Diagnóstico;
- Etapa 2.7. Elaboração do Diagnóstico Municipal da Sustentabilidade.

Fase 3. Estratégia de Sustentabilidade e Plano de Acção

Esta fase consiste na preparação da Estratégia de Sustentabilidade e do Plano de Acção concelhio. Estes documentos serão sucintos, claros e estruturados, facilitando a sua compreensão por toda a população. Propõe-se que em termos estratégicos seja dada especial ênfase à escala multimunicipal no sentido de fortalecer a coesão e a capacidade de alcançar as metas de sucesso estabelecidas.

Esta fase iniciar-se-á com os *inputs* recolhidos na sessão de diagnóstico da Etapa 2.6, sendo definida uma visão de sustentabilidade para o Concelho de Tábua com a identificação da missão do Concelho na implementação da estratégia regional/local de sustentabilidade. Esta estratégia será aprovada pelo GCR e GCM e apresentada no FP.

Com base nas áreas de actuação prioritária e no trabalho elaborado pelos Grupos de Trabalho Temático (GTT) será elaborado o Plano de Acção. O Plano de Acção será construído com base nos resultados da participação pública e deve possuir um sentido eminentemente prático, destinado a combater os problemas prioritários de uma forma coerente e integrada. Serão apresentadas medidas a tomar, identificados os responsáveis pela sua concretização, objectivos, metas, indicadores de sucesso e recursos financeiros a alocar. O Plano de Acção será apresentado e aprovado pelo GCM e GCR e debatidos nas reuniões do FP.

A realização da Fase 3 compreende as seguintes Etapas:

- Etapa 3.1. Elaboração da Estratégia de Sustentabilidade Local;

- Etapa 3.2. Apoio no desenvolvimento e dinamização da 3ª Sessão do Fórum Participativo – Sessão Municipal para apresentação de propostas de acção;
- Etapa 3.3. Elaboração do Plano de Acção do Concelho;
- Etapa 3.4. Realização de sessão de debate, discussão e aprovação do Plano de Acção.

2.3 Processo de Participação Pública na Implementação da Agenda 21 Local

Importância da Participação Pública

A dificuldade de envolvimento da comunidade em assuntos de índole política é, actualmente, uma fragilidade a combater pelo poder local e central, uma vez que constitui um obstáculo à eficácia de planos e programas a implementar no território. Por outro lado, os agentes de desenvolvimento têm uma grande dificuldade de acesso a informação, o que motiva o seu desinteresse e actuação pouco coerente, que se poderão tornar graves ameaças para o equilíbrio ambiental e socioeconómico.

É neste sentido que a Agenda 21 Local de Tábua se revela fundamental para o desenvolvimento sustentável do Município, uma vez que possui uma **forte vertente de mobilização colectiva e de participação da comunidade local**, regendo-se por princípios fundamentais para a preservação ambiental, valorização cultural, coesão social e desenvolvimento económico. O apelo à participação e cooperação constituem, portanto, as principais particularidades do processo, tratando-se de um instrumento inovador devido ao seu carácter dinâmico, flexível e abrangente.

A Câmara Municipal de Tábua encontra na Agenda 21 Local um instrumento de desenvolvimento que não está exclusivamente subordinado à lógica economicista do mercado e que valoriza os princípios de índole ambiental, social e cultural, favorecendo a participação e, conseqüentemente, a **democracia**, num exercício de **cidadania livre e responsável**.

A participação da comunidade local é fundamental durante o desenrolar de todo o processo e está presente nas seguintes formas:

Tabela 1. Processos de participação pública.

FASES	TIPOS DE PARTICIPAÇÃO
Fase 1	Identificação de forças vivas locais a envolver: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2 Técnicos do Município; ▪ 5-6 elementos para o Grupo Coordenador; ▪ 15-20 elementos para o Fórum Participativo
	Realização de 2 reuniões de auscultação interna com a equipa técnica municipal e regional;
	Estruturação de sítio web do projecto
	Realização de Reunião de formalização da constituição do Grupo Coordenador
	Mergulho no território
Fase 2	Realização de 2 acções de sensibilização e informação interna e sistematização da informação
	Realização de Reunião de constituição e 1.ª sessão do Fórum Participativo
	Realização de 50 questionários
	Realização de 5 entrevistas
	Realização de 1 reunião com Grupo Coordenador Regional e representante do Grupo Coordenador Municipal para aprovação do plano de comunicação e divulgação
Fase 3	Realização de Reunião de diagnóstico (Fórum Participativo)
	Realização de 1 reunião com Grupo Coordenador Regional e representante do Grupo Coordenador Municipal para aprovação do Diagnóstico Municipal da Sustentabilidade
	Realização de 1 reunião do Fórum Participativo para apresentação das reflexões e propostas elaboradas
	Realização de 1 reunião de debate, discussão e aprovação do Plano de Acção (Fórum Participativo)
	Realização de 1 reunião de debate, discussão e aprovação do Plano de Acção (Grupo Coordenador)
	Realização de 1 reunião com o Grupo Coordenador Regional e representante do Grupo Coordenador Municipal

Fonte: SPI, 2009.

A sensibilização e discussão de ideias constituem a base de todo o processo, uma vez que facultam informações pertinentes para a construção do Diagnóstico de Sustentabilidade do Concelho. Trata-se de familiarizar a população com o processo, o que facilitará a sua participação, despertando-a para a responsabilização colectiva e para a troca de ideias relativamente ao desenvolvimento sustentável no Município.

Espera-se, portanto, que a implementação da Agenda 21 Local de Tábua possibilite à população repensar as relações estabelecidas entre si e o meio (físico, económico, social e cultural), no sentido de alcançar uma mudança de atitudes e comportamentos.

Processos de Participação na elaboração do Diagnóstico de Sustentabilidade

O processo de participação pública da Agenda 21 Local de Tábua implicou um trabalho minucioso de recolha de dados, através da realização de reuniões de trabalho, de entrevistas, acções de in (formação) e sensibilização, de questionários, do estudo de boas práticas a nível nacional e internacional, bem como

da pesquisa bibliográfica e estatística. Até ao momento realizaram-se os seguintes momentos de participação pública:

1. **Reuniões/sessões de sensibilização e discussão:** As sessões de sensibilização corresponderam ao arranque do processo de sensibilização/formação dos técnicos da autarquia e a sistematização das políticas, planos e actividades da autarquia que directa ou indirectamente estão relacionadas com o desenvolvimento sustentável do Concelho. Foram realizadas **duas sessões de sensibilização e informação com os técnicos autárquicos**, propondo-se que possam ser realizadas reuniões ao longo das três fases do Projecto.
2. **Questionários:** A realização de questionários teve em vista a aquisição de conhecimento respeitante aos hábitos de participação e as percepções/noções existentes *à priori* em matéria de desenvolvimento sustentável. A informação resultante contribui-o para a elaboração das acções de comunicação e participação e em particular do Perfil da Comunidade. Foram realizados cerca de 50 questionário à população do Município, com especial enfoque nas escolas (alunos e professores), na administração local (Juntas de Freguesia), nas associações culturais e desportivas e no tecido empresarial.
3. **Entrevistas:** O objectivo da realização de entrevistas é análogo à realização de questionários. Estando contemplada na metodologia proposta a realização de 6 entrevistas, após o trabalho com a equipa técnica foram elencadas várias entidades com base na sua representatividade regional e no potencial contributo que podem dar para a análise da sustentabilidade regional. Até ao momento realizaram-se as seguintes entrevistas:
 - **Administração da Região Hidrográfica do Centro**, I. P.;
 - **ABAE**- Associação Bandeira Azul da Europa;
 - **APPTA** – Associação de Turismo Acessível;
 - **ACES Pinhal Interior Norte I** (CS Arganil, CS Góis, CS Lousã, CS Miranda do Corvo, CS Oliveira do Hospital, CS Pampilhosa da Serra, Tábua, CS Vila Nova de Poiares) — Dr. António Sequeira;
 - **ACES Pinhal Interior Norte II** (CS Alvaiázere, CS Ansião, CS Castanheira de Pera, CS Figueiró dos Vinhos, CS Pedrógão Grande, CS Penela) — Dra. Aida Grilo;
 - **Banco Alimentar contra a Fome** – Coimbra.
4. **Fórum Participativo:** O Fórum Participativo é a estrutura por excelência de discussão, reflexão e participação cívica. A primeira reunião do Fórum Participativo, a realizar, incluirá a explicação do projecto e a definição do calendário de trabalhos destes órgãos até ao final do processo de elaboração das A21L. Na 1ª sessão do Fórum Participativo também será eleita a respectiva lista

gestora que assumirá, em parceria com a SPI sempre que tal se justifique, a animação das sessões de trabalho.

5. **Reuniões do Grupo Coordenador Municipal:** Esta é a estrutura a quem compete a operacionalização e acompanhamento da A21L. No que se refere à estratégia de participação, é a este grupo que compete a apreciação dos resultados dos momentos de participação bem como, se achar necessário, a sua adequação/reorientação. No dia 24 de Novembro de 2009 realizou-se a reunião de constituição do Grupo Coordenador Municipal e de aprovação dos documentos entregues até ao momento (Maqueta de Logótipo do Projecto, Modelo desdobrável para divulgação, Maqueta de *Website*, Plano de Participação e Comunicação, Guias de Boas Práticas).

O cronograma apresentado mostra os diferentes momentos de participação da população no que se refere à fase de preparação da Agenda 21 Local.

Tabela 2. Calendarização dos principais momentos de participação pública.

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro
Fase 1: Planeamento Detalhado do Projecto							
Etapa 1.1	●						
Etapa 1.2		● ●					
Etapa 1.4					●		
Etapa 1.6			● ●				
Fase 2: Sensibilização da Comunidade e Diagnóstico da Sustentabilidade							
Etapa 2.1					●		
Etapa 2.2				●			
Etapa 2.4					●		
Etapa 2.6					●		
Etapa 2.7					●		
Fase 3: Estratégia de Sustentabilidade e Plano de Acção							
Etapa 3.2						●	
Etapa 3.4							● ●

LEGENDA:

- RI – Reuniões Internas / Sessões de sensibilização
 - RGC - Reuniões Grupo Coordenador Municipais/Regional
- Q – Questionários / Entrevistas
 - SFP - Sessões Fórum Participativo

Após o período de preparação da **Agenda 21 Local**, e uma vez aprovado o Plano de Acção, prevê-se a continuação das reuniões mensais do Grupo Coordenador Municipal e do Fórum Participativo.

3. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E ESTRATÉGICO

3.1 Contexto Administrativo e Dinâmicas Institucionais

O Município de Tábua tem um notável passado histórico, conforme testemunham os vestígios de peças de cerâmica e inscrições românicas. A Freguesia de Póvoa de Midões pertencia à zona de romanização de Bobadela (Concelho de Oliveira do Hospital). Tábua nunca teve foral, novo ou velho. As suas terras eram a agregação de diversas povoações que compreendia os bairros de Alvarelos, Fundo de Vila e Silhada. Todavia, não restam dúvidas sobre o facto de todo o território do actual Concelho de Tábua ter sido de domínio da civitas senense ou, depois do fortíssimo castelo de Seia, compreendendo-se assim que, posteriormente, as primitivas paróquias do Concelho surjam incluídas administrativamente na «terra» ou julgado medieval de Seia. Sabe-se também que Tábua, no século XII, foi, efectivamente, honra da família dos «de Cunha», por dádiva da filha de D. Afonso Henriques, Infanta D. Tereza, conforme as Inquirições de 1258. A esta família «de Cunha», concedeu D. Afonso IV, por carta de 30 de Dezembro de 1342, a jurisdição civil e criminal de Tábua – concessão confirmada por D. João I em 1392. O topónimo Tábua encontra-se relacionado com uma antiga ponte feita de tábuas sobre um curso de água existente neste território. Posteriormente, o Concelho de Tábua englobou os extintos Concelhos de Candosa (extinto em 1840 e anexado ao de Midões), de Midões, Ázere e Sinde. (in www.cm-tábua.pt)

Em termos administrativos, o Concelho de Tábua pertence ao Distrito de Coimbra, situando-se na Região Centro de Portugal – NUTS II – na Sub-Região do Pinhal Interior Norte – NUTS III (Figura 8).

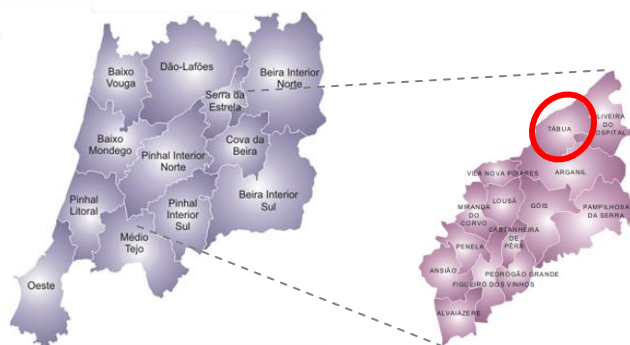


Figura 8. Localização de Tábua na NUT II (Região Centro) e NUT III (Pinhal Interior Norte).
Fonte: SPI.

O Concelho de Tábua é constituído por 15 freguesias: Ázere, Candosa, Carapinha, Covas, Covelo, Espariz, Meda de Mouros, Midões, Mouronho, Pinheiro de Coja, Póvoa de Midões, São João da Boavista, Sinde, Tábua e Vila Nova de Oliveirinha (Figura 9).



Figura 9. Freguesias do Concelho de Tábua.

Fonte: Atlas do Ambiente in Carta Educativa do Concelho de Tábua, 2006.

3.2 Enquadramento do Concelho nas estratégias de desenvolvimento de diferentes escalas territoriais

Face ao desafio da sustentabilidade que, de forma integrada, é agora assumido pelo Município, torna-se fundamental identificar os instrumentos que sustentam diferentes políticas e opções de desenvolvimento local. Os instrumentos estratégicos existentes, com temas nas diferentes escalas serão veículos privilegiados para a integração da sustentabilidade na gestão “corrente” do desenvolvimento do Concelho.

A definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável tem que se articular de forma integrada com as diferentes escalas de análise (regional, municipal e sectorial) garantindo a coerência da programação proposta. No ponto que se segue pretende-se analisar instrumentos de suporte existentes no Concelho de Tábua.

3.2.1 Estratégia definida para o território da CIMPIN – Plano Estratégico e de Acção para a Região do Pinhal Interior Norte 2007-2013 (PEA-PIN) – Março de 2008

Reconhecida a importância de definir uma estratégia regional sustentada, criando e/ou valorizando vantagens competitivas com base nos factores diferenciadores do seu território e em parcerias estratégicas, e explorando eficazmente as oportunidades existentes, a Comunidade Intermunicipal do

Pinhal Interior Norte (CIMPIN) tomou a iniciativa de elaborar o Plano Estratégico e de Acção para a Região do Pinhal Interior Norte (2007-2013).

A definição da visão e linhas de orientação estratégica do Plano Estratégico e de Acção enfatizou as possibilidades de cooperação e parcerias com instituições de IDI e com outras instituições, numa perspectiva de fortalecimento do capital intelectual e incremento de uma economia baseada no conhecimento.

Ancorada à escala regional o Plano reitera que a Região do Pinhal Interior Norte (PIN) deverá distinguir-se pelo seu carácter alternativo, como espaço de excelência para residir, trabalhar e repousar, valorizando o seu posicionamento estratégico em relação a eixos fundamentais do sistema urbano nacional e a qualidade ambiental como factores diferenciadores e potenciadores de um território atractivo e competitivo. A estas duas características intrínsecas à Região estava associada uma estratégia de atracção e valorização do capital humano, que promovia a qualidade na educação e formação dos habitantes residentes, de modo a criar uma nova geração que invista e valorize a sua terra. A estratégia regional delineada apontava como prioritária a consolidação da base económica local, apostando na inovação enquanto dinâmica de desenvolvimento de um tecido empresarial forte, **assente em padrões de sustentabilidade** e gerador de mais-valias capazes de, progressivamente, colocar a Região no mapa da economia do conhecimento.

O carácter central deste território e a qualidade do ambiente urbano e natural são elementos fundamentais para a captação de pessoas e investimentos que procurem um espaço de excelência alternativo aos grandes centros urbanos, com a sustentabilidade, como pilar de desenvolvimento.

Em termos do quadro estratégico é proposta a visão:

PINHAL INTERIOR NORTE: UM CENTRO ALTERNATIVO E SUSTENTÁVEL

E as seguintes três linhas estratégicas:

- **Linha Estratégica 1. Apostar na educação e na qualificação – Investir nas pessoas e criar uma Região empreendedora**, orientada para a valorização do potencial humano regional como pilar estratégico do desenvolvimento integrado e sustentado da Região;
- **Linha Estratégica 2. Qualificar o território, estruturar e integrar diversidades – Criar uma Região coesa e competitiva**, alinhada com os novos desafios de valorização territorial com vista à criação de um espaço de qualidade, e organizada de modo a garantir e estimular o sucesso dos projectos a implementar;
- **Linha Estratégica 3. Valorizar a base económica regional – Apostar numa Região inovadora que ousa ser diferente**, através do estímulo à capacidade de inovar, de criar valor e do fomento da progressão na cadeia de valor dos produtos e sectores económicos existentes ou que se revelam com forte potencial regional.

De seguida apresenta-se o Programa Territorial de Desenvolvimento, documento que serviu de base à negociação dos fundos comunitários regionais entre a CCDRC, a Comunidade Intermunicipal da Região do Pinhal Interior Norte e as autarquias.

Em termos de carteira de projectos apontam-se projectos de escala regional e local. No caso do Concelho de Tábua foram definidos os seguintes:

Tabela 3. Projectos definidos para o Concelho de Tábua no âmbito do Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte.

Operação Integrada I. Redes de Suporte à Economia Regional
POR-C. Eixo 1. Competitividade, Inovação e Conhecimento
Regulamento Específico. Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
P10.25. Centro de negócios - Serviços avançados
P.10.26. Área de Acolhimento Empresarial
Operação Integrada II. Programa de Valorização da Rede Urbana e Qualidade de Vida
EIXO 3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais
Regulamento Específico. Equipamentos para a Coesão Local
P21. Centro Cultural de Tábua
Operação Integrada III. Rede Intermunicipal de Mobilidade e Acessibilidades
Eixo 3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais
Regulamento Específico. Mobilidade Territorial
P.12.12. Ligação viária Tábua Exterior (Santa Comba)
Operação Integrada IV. Programa Estratégico de Valorização Ambiental
Eixo 4. Protecção e Valorização Ambiental
Regulamento Específico. Acções de Valorização Ambiental
P09. Valorização Ambiental da Ribeira de Tábua (Frente Ribeirinha)

Fonte: Programa Territorial de Desenvolvimento para a região do Pinhal Interior Norte.

De acordo com os projectos mobilizadores, constitui nas Grandes Opções do Plano 2009 do Município de Tábua o projecto de valorização ambiental da Ribeira de Tábua (frente ribeirinha). Este projecto pretende valorizar a frente ribeirinha, de importância estruturante para o Concelho de Tábua. Outros dos projectos elencados nas Grandes Opções do Plano 2009 dizem respeito à construção do Centro Cultural de Tábua, ao Centro de Negócios e à construção de uma Área de Acolhimento Empresarial.

3.2.2 Plano de Acção Rural do Vale do Alva



No âmbito da acção n.º 8, “Dinamização do Desenvolvimento Agro-Florestal e Rural”, da medida Agricultura e Desenvolvimento Rural, dos Programas Operacionais Regionais, apresenta-se o Plano de Acção do Vale do Alva. **Este plano pretendeu estabelecer uma estratégia de desenvolvimento dos territórios rurais rentabilizando os recursos e o potencial existente.**

O Plano de Acção Rural do Vale do Alva é constituído por um território contínuo acentuadamente rural. Compreende os concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital, Penacova, Tábua e Vila Nova de Poaires. A nível administrativo integra-se no distrito de Coimbra e está inserido na Região Centro, localizando-se maioritariamente na NUT III – Pinhal Interior Norte, à excepção de Penacova que se encontra na Sub-região do Baixo Mondego.

Dadas as características do território foram definidas seis grandes áreas de actuação: o rio e os seus afluentes; o turismo; a agricultura e floresta, o ordenamento do território, sensibilização, divulgação e promoção, implementação e execução. Sendo que para cada uma das áreas de actuação definiram-se linhas estratégicas que servem de base a medidas realistas e a acções específicas para a sua concretização.

3.2.3 Projecto EURENERS: Eficiência Energética e Promoção de Energias Renováveis



O programa europeu Leader + com o Programa PRODER, apoia a promoção de iniciativas inovadoras nos territórios rurais. Este programa encoraja igualmente a cooperação entre os territórios europeus. Um grupo de acção local espanhol – a associação TEDER, em Navarra - emitiu um anúncio de cooperação na primavera de 2006, no intuito de encontrar parceiros interessados em desenvolver a temática “energia”. Após este anúncio dois territórios espanhóis, um território francês e um território português (ADIBER¹) manifestaram o desejo de integrar este projecto. Assim nasceu o projecto de cooperação transnacional “EURENERS”, o qual se integra nas políticas europeias e nacionais a favor do domínio da energia e do desenvolvimento das energias renováveis. Durante dois anos (2007–2008), os territórios trocaram as suas experiências e puseram em prática um conjunto de acções comuns. Cada parceiro comprometeu-se igualmente a executar acções individuais, mais específicas ao seu território.

Através da troca de experiências, implementar em conjunto metodologias para diferentes acções e criar novos instrumentos de comunicação e sensibilização, o projecto visa:

- Promover a poupança e a eficiência energética;
- Incentivar o desenvolvimento das energias renováveis;
- Valorizar a biomassa como recurso energético.

Este projecto deve igualmente exercer repercussões económicas e sociais positivas, sobre estes territórios rurais.

No âmbito do projecto apresenta-se o programa de acções comuns:

¹ Tem como área de intervenção Território, a Região da Beira Serra – Concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua.

Tabela 4. Programa de acções comuns do projecto EURENERS.

Objectivos	Detalhe das acções consideradas
Comunicação e difusão do projecto	<ul style="list-style-type: none">• Criação de uma página web comum aos diferentes territórios, apresentando o projecto, os seus objectivos e resultados;• Edição de um folheto conjunto que apresenta o projecto e os territórios associados, de modo a informar os actores e a população dos diferentes territórios.
Promoção das energias renováveis	<ul style="list-style-type: none">• Criação de um catálogo de boas práticas para a promoção das energias renováveis no território de cooperação, através da compilação das experiências positivas efectuadas pelo conjunto das entidades parceiras.
Promoção da biomassa como recurso energético	<ul style="list-style-type: none">• Troca de experiências e colocação em comum de metodologias para a valorização energética da biomassa nos territórios participantes, numa lógica de preservação do ambiente e de desenvolvimento socioeconómico;• Sensibilização e formação prática de técnicos e outros profissionais, a concretizar através de visitas que visam tomar contacto com as experiências efectuadas nos territórios participantes;• Organização de um Congresso transnacional sobre as energias renováveis e a valorização energético da biomassa (encontro de actores que trabalham nestes domínios, troca de experiências, divulgação de boas práticas, comunicação e sensibilização à maior escala)
Plano de economia de energia e de eficiência energética	<ul style="list-style-type: none">• Edição de guias que versem a eficiência energética e economia de energia, com base na identificação de boas práticas desenvolvidas nos territórios cooperantes, os quais serão divulgados junto de associações, empresas e outros organismos locais (públicos e privados).
Avaliação, acompanhamento e controlo do projecto	<ul style="list-style-type: none">• Reuniões periódicas de planeamento, acompanhamento e avaliação das acções do projecto de cooperação, desenvolvidas nos diferentes territórios;• Avaliação do projecto, efectuada por um organismo externo.

Fonte: <http://www.adiber.web.pt/>

3.2.4 Estratégias e Projectos de Desenvolvimento Municipal

Plano de Desenvolvimento do Concelho de Tábua

Reconhecida a importância de definir uma estratégia local sustentada, centrada no desenvolvimento territorial, que crie vantagens competitivas com base nos factores diferenciadores do Concelho e explore eficazmente as oportunidades existentes, a Câmara Municipal de Tábua tomou a iniciativa de promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Concelho de Tábua.

A estratégia de desenvolvimento que se propõe para o Concelho de Tábua assume a seguinte visão, que expressa o que se pretende que venha a ocorrer no Concelho num ponto no futuro:

“Em 10 anos Tábua deverá ser reconhecido como um exemplo regional de desenvolvimento sustentável de um Concelho do interior, constituindo-se como um local de referência para viver, trabalhar, visitar e investir.”

Associado a esta visão foi desenvolvido um “mote” que faz alusão às singularidades locais como vantagens competitivas para o futuro desenvolvimento municipal. Pretende-se com isto enfatizar as mais-valias associadas ao contexto socioterritorial de Tábua, tirando partido destas para gerar e potenciar factores diferenciadores e dinamizar o tecido económico:

“TÁBUA: A ALAVANCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL”

A estratégia para o desenvolvimento do Concelho de Tábua desdobra-se depois e suporta-se em três linhas de orientação estratégica:

- I. **Apoiar e dinamizar a base económica local**, promovendo infra-estruturas e serviços de apoio, assim como a cooperação e as parcerias entre agentes de desenvolvimento, tanto ao nível dos sectores já implantados como ao nível dos sectores emergentes.
- II. **Valorizar o território e o ambiente como suportes do desenvolvimento**, assumindo que, sendo fundamental reforçar a enfoque no imaterial, não se pode negligenciar a qualidade dos territórios como factor essencial de desenvolvimento.
- III. **Consolidar novos factores competitivos centrados na educação e formação**, considerando as prioridades de abrir a “escola” ao meio envolvente, fomentar o fluxo de informação sobre as novas necessidades do tecido empresarial e as novas tecnologias de acesso à informação e fomentar a cooperação institucional.




Tabela 5. Carteira de projectos mobilizadores do Plano de Desenvolvimento do Concelho de Tábua.

Nº Projecto	Designação do Projecto
A.1. ALET	Áreas de Localização Empresarial de Tábua
A.2. GAE	Gabinete de Apoio ao Empresário
A.3. INCUBAR	Incubadora de Empresas
A.4. FÓRUM	Fórum Empresarial
A.5. GAPE	Gabinete de Apoio aos Produtos Endógenos
A.6. TÁBUA EVENTOS	Eventos Anuais em Tábua
B.1. SANEATÁBUA	Rede de Saneamento de Tábua
B.2. PARQUE FLUVIAL	Parque Fluvial da Agueira
B.3. VALE DO ALVA	Programa Integrado de qualificação do Vale do Alva
B.4. ATRACTUR	Programa de atracção de unidades turísticas
B.5. ENERTÁBUA	Estratégia Municipal de Energia de Tábua
B.6. CADIGITAB	Cadastro Digital de Tábua
C.1. ESCOTÁBUA	Reordenação da rede escolar de Tábua
C.2. TÁBUA DIGITAL	Disponibilização de TIC em Tábua
C.3. NOVOS VALORES	Programa Educativo para a Promoção de Valores Estratégicos
C.4. QUADROS	Programa de Formação para Quadros
C.5. ATRAIR	Programa de Atracção de Jovens Qualificados
C.6. CASA DO AZEITE	Estrutura de carácter cultural e científico

Quanto aos projectos mobilizadores, segundo o Relatório de Gestão 2008, o Município promoveu o apoio directo ao tecido empresarial e desenvolveu esforços para a criação das condições necessárias para o seu desenvolvimento através de investimentos em parques industriais e todo o apoio nas necessidades demonstradas pelos empresários. Criaram-se e estão a ser desenvolvidos esforços tendentes à materialização de projectos de infra-estruturas rodoviária, culturais, empresariais, educacionais que contribuam de uma forma activa para o bem-estar dos residentes no Concelho.

É importante referir que foi já proposta, no documento “Grandes Opções do Plano do ano 2009” da Câmara Municipal, a construção de um conjunto de Redes de Águas Residuais (R.A.R.) e de 7 ETAR’s.

Atendendo aos instrumentos elencados, pretende-se de seguida identificar e caracterizar os actores chave, potenciais parceiros estratégicos para a operacionalização da Agenda 21 Local de Tábua. A nível sub-regional, como actores chave para o desenvolvimento concelhio, destacam-se as seguintes entidades:

- **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C):**
A CCDR-C é um organismo desconcentrado do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional que tem por missão interpretar e aplicar no território as políticas de ambiente, de ordenamento do território, de requalificação urbana, de planeamento estratégico regional e de apoio às autarquias locais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento integrado e sustentável da Região Centro².
- **Turismo Centro de Portugal:** surge recentemente como o organismo público com a responsabilidade da promoção e valorização turística da marca Centro de Portugal. Esta entidade compreende o território correspondente às unidades territoriais de Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Dão -Lafões, Beira Interior Sul.
- **Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte:** constituída em 2007, esta comunidade, que congrega todos os municípios da NUT III com o mesmo nome, surge do interesse que os 14 concelhos demonstraram em se unir para mais facilmente articularem investimentos de interesse intermunicipal, através, nomeadamente, da contratualização da gestão de projectos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para o período de programação financeira 2007-2013;
- **Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão:** constituída pelos Concelhos de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Sta. Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. Esta associação foi responsável pela criação de um sistema integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que

² <http://www.ccdrc.pt/ccdr/missao-e-competencias>.

permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à protecção do ambiente e à preservação da beleza da região;



- **Lusitânia – Agência de Desenvolvimento Regional:** tem como principal objectivo a consolidação do desenvolvimento do território, através da participação em projectos de tipologia diversa. Para isso envolveu no seu núcleo entidades como Associações de Desenvolvimento Local, Associações Empresariais, Estabelecimentos de Ensino Superior e Escolas Profissionais para além do Município de Tábua e todos os Municípios da NUTIII – Dão Lafões;



- **Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor (ADESA):** constituída por seis municípios da Região da Serra do Açor (Arganil, Oliveira do Hospital, Góis, Pampilhosa da Serra, Tábua e Penacova) e por mais algumas instituições regionais e locais representativas dos órgãos da administração e da sociedade civil. O principal objectivo da Associação é a promoção do desenvolvimento global da Região, através de uma integração adequada com os espaços e entidades de âmbito regional, nacional ou internacional;




- **Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra (ADIBER):** é uma Associação de Desenvolvimento Local, fundada em 25 de Outubro de 1994, cujo objectivo é a dinamização de iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações locais. A região da Beira Serra envolve os Concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua;



- **Web para a Região Centro (WRC):** é uma Agência de Desenvolvimento Regional, constituída em Abril de 2002, tendo sido criada com o objecto estatutário de promover acções geradoras de emprego e que permitissem fomentar a coesão e melhorar a qualidade de vida na Região Centro, em actividades de serviços, indústria e comércio, exclusivamente relacionadas com a sociedade de informação e a nova economia. A WRC é constituída por 42 autarquias da Região Centro, pela Universidade de Aveiro, pelo Instituto Politécnico de Coimbra e por um conjunto de empresas de base tecnológica;



- **Centro de Serviços do Ambiente (CESAB):** uma Associação de interesse público e direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objectivo a promoção da qualidade do Ambiente.

-  A **Eptoliva** marca presença nos concelhos de Oliveira do Hospital, de **Tábua** e de Arganil e por essa razão é constituída por três espaços. Um desses espaços está localizado em Oliveira do Hospital, e funciona também, como sede da escola, um outro está situado na Vila de Tábua, sendo designado por Pólo de Tábua e um outro está situado na vila de Arganil, o qual é designado por Pólo de Arganil. Todos estes espaços estão equipados de acordo com a especificidade de cada curso profissional em funcionamento.

Sugere-se, portanto, um modelo de posicionamento geoestratégico para o Concelho de Tábua que potencie a diversidade de interações eficazes, consolidando o seu posicionamento dentro de uma lógica de especialização.

ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL

3.3 Suporte Físico / Sistemas Naturais

3.3.1 Caracterização geomorfológica

O Município de Tábua integra a unidade biofísica da Beira Alta, segundo a denominação adoptada no modelo territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)³, vulgarmente identificado como “Planalto Beirão”.



Figura 10. Carta hipsométrica de Portugal, detalhe da Região de Tábua.
Fonte: Instituto do Ambiente, “Atlas do Ambiente – Digital”.

O território de Tábua situa-se na secção sul da unidade biofísica referida, caracterizada por elevações pouco expressivas. Apresenta um relevo planáltico, recortado por outeiros e vales, oscilando entre os 120m, no limite noroeste (vale do rio Mondego) e os 514m (Pinhal de Santa Cruz na Venda da Esperança) na secção sudeste. O relevo apresenta uma forma genericamente suave com poucas variações bruscas, com a excepção das vertentes dos vales dos principais rios e ribeiras, que possuem declives superiores a 15%. A presença de inúmeras linhas de água constitui o elemento marcante do território, sendo inclusivamente enquadrado pelo rio Mondego a norte e pelo rio Alva a sul, e atravessado pelo rio Cavalos, no sentido sudeste-noroeste.

Em termos geológicos o território localiza-se numa zona de transição entre o xisto grauváquico, característico da Serra da Lousã e Açor, e o granito, componente predominante do território do planalto beirão.

³ CCDRC (2008), “PROTCENTRO - Proposta de Modelo Territorial”.

3.3.2 Caracterização biológica

A área do Concelho apresenta uma **relativa homogeneidade de coberto vegetal**, prevalecendo uma floresta relativamente densa de produção, composta primordialmente de pinheiro bravo e em menor grau de eucalipto. O pinheiro bravo dispõe de condições óptimas de crescimento nesta secção do planalto beirão, o que associado à sua elevada capacidade de adaptação e propagação contribuiu para que, em conjunto com o eucalipto, facilmente substituísse a vegetação natural do território. No entanto, a expansão destas espécies de crescimento rápido representa uma ameaça para a variedade da floresta local, historicamente composta por dezenas de espécies de árvore, colocando-as em risco de extinção. Estas florestas, especialmente as de eucalipto, contribuem para o **empobrecimento dos solos** e também constituem ambientes pouco acolhedores para a maior parte da nossa fauna, o que se reflecte na **escassa biodiversidade dos seus habitats**.



Figura 11. Vista do miradouro da Pedra da Sé - Tábua.

Fonte: sapo.fotos.pt

Esta floresta de pinheiros e eucaliptos representa também, pela sua elevada combustibilidade, um risco acrescido de incêndio. Como se pode ver na figura seguinte, o Concelho apresenta uma considerável área ardida.

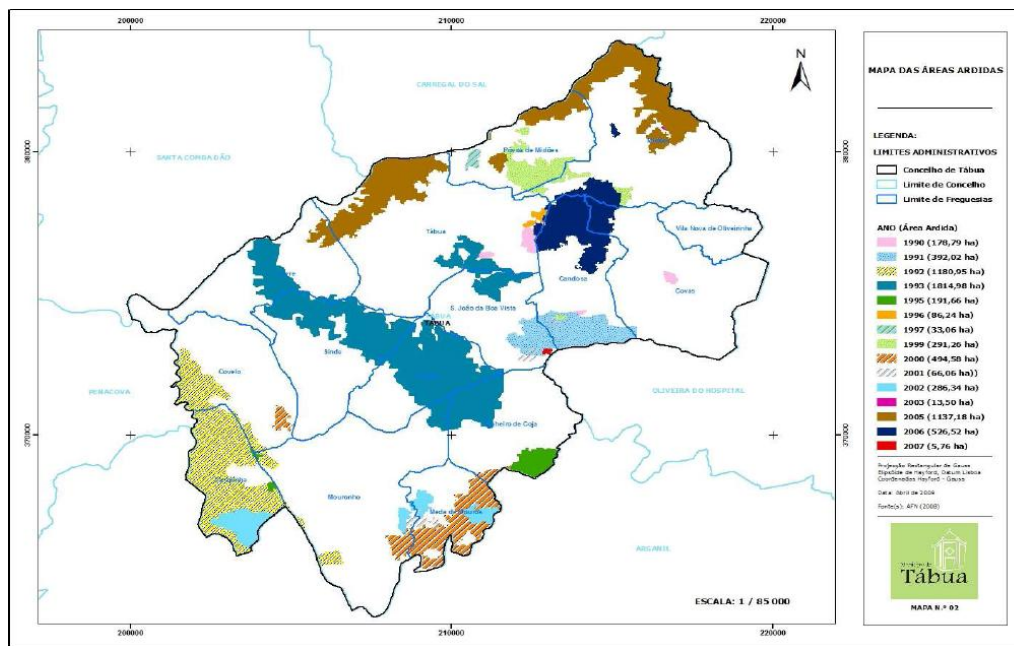


Figura 12. Mapa das áreas aridas.
 Fonte: Plano Operacional Municipal de Tábua.

Nos locais onde o fogo já passou, especialmente nos solos de componente xistosa, o coberto arbóreo dá lugar a um coberto arbustivo mais degradado, composto especialmente por urzes, tojos e carquejas. Em alguns locais perfeitamente determinados, algumas espécies de *quercus* fazem igualmente parte do coberto vegetal, nomeadamente o carvalho alvarinho. A oliveira também tem uma presença considerável no Concelho, bem como algumas árvores de fruto.

Ao longo das vertentes das linhas de água a homogeneidade do coberto vegetal dá lugar a uma considerável riqueza ecológica, em que a água, e espécies frondosas como salgueiros, amieiros e choupos constituem habitats para uma fauna fluvial diversa, incluindo aves como o gaio melro e a perdiz, e peixes como o barbo, a boga, a truta ou mesmo a lampreia e mamíferos como a lontra e a toupeira-de-água.

3.3.3 Conservação e gestão activa da natureza

O Município possui uma pequena parte do Sítio do Carregal do Sal (apenas 2% da área total), localizado integralmente na freguesia de Midões, constituindo a única zona de protecção especial do Concelho.

A significativa área florestal e a sua importância económica conduziu à **criação de quatro zonas de intervenção florestal**: ZIF Tábua-Mondego, ZIF Tábua-Alva, ZIF Tábua-nordeste e ZIF Lourosa. Trata-se de uma área territorial delimitada constituída por espaços florestais pertencentes a entidades privadas, administrada por uma única entidade, com o objectivo de gerir de forma sustentável, eficiente e adequada os seus recursos florestais. A prevenção de incêndios florestais é uma das principais razões que levou à

constituição das ZIF. Neste capítulo, a CAULE – Associação de Proprietários Florestais - é uma das entidades que se destaca na gestão sustentável dos espaços florestais do Concelho. A criação da “Confraria do Medronho – Associação Nacional para a Conservação do Medronho e do Medronheiro” constitui um exemplo da sua acção preponderante no Concelho. Esta iniciativa visa a “defesa dos interesses e a formação dos proprietários de povoamentos de medronheiros e também o desenvolvimento de acções de promoção, valorização e conservação do medronho e do medronheiro e dos seus ecossistemas, tendo por base uma gestão sustentável dos recursos naturais”⁴.

Existem também diversas actividades de valorização da paisagem e do património natural/cultural do Município. Neste âmbito destacam-se a criação de percursos pedestres/cicláveis, associados a pontos de interesse do ponto de vista cultural e natural, e a praia fluvial da Ronqueira, em Mouronho e a praia fluvial de Meda de Mouros.



Figura 13. Praia fluvial da Ronqueira, no rio Alva.

Fonte: sapo.fotos.pt

3.3.4 Suporte físico / sistemas naturais – síntese

A área do Concelho apresenta uma relativa homogeneidade de coberto vegetal, composto por pinheiro bravo e eucalipto, que se revela incapaz de albergar uma biodiversidade significativa. Este coberto representa também um risco acrescido de incêndio, como se verifica pelos diversos incêndios dos últimos anos. No entanto, existem espaços determinados de grande valor paisagístico e ecológico, em especial junto de linhas de água.

A significativa área florestal, a sua importância económica e o risco associado em termos de incêndio conduziu à criação de zonas de intervenção florestal, que promovem a sua gestão sustentável e um grande dinamismo interventivo nestes espaços, consubstanciado pela acção da associação local de

⁴ Informação retirada de: <http://www.faroldanossaterra.com/tabua-%E2%80%93-confraria-do-medronho/>

proprietários florestais. Quanto aos espaços de valor paisagístico têm sido desenvolvidas diversas actividades de valorização, destacando-se as praias fluviais e os percursos pedestres/cicláveis.

3.4 Ocupação Humana

3.4.1 Modelo Territorial

De acordo com a análise efectuada no âmbito da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro, a sub-região do Pinhal Interior Norte caracteriza-se pela “**rarefação de povoamento, ausência de armadura urbana forte e despovoamento**”⁵. Este território regista no geral “**perda demográfica**, em que as tendências da década de 1991/2001 assinalam a atractividade das sedes de concelho e cidades principais por oposição ao esvaziamento dos territórios envolventes”⁶.

O Município de Tábua incorpora uma aglomeração composta por Santa Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Arganil, que se estruturam em torno da boa acessibilidade ao IP3 e o IC12. A **proximidade com Viseu** leva a que se integre esta aglomeração no “Sistema Urbano de Viseu”, não excluindo a presença de **fortes relações de carácter funcional com a cidade de Coimbra**. A aglomeração referida forma uma subconjunto próprio designado como “Envolvente da Albufeira da Aguieira e Fronhas”, testemunhando por um lado a importância que a lógica da gestão das bacias hidrográficas possui neste Concelho, e por outro lado, a forte articulação entre o Município e os concelhos do sul da NUTS III Dão-Lafões, consubstanciando uma tendência centrífuga de Tábua relativamente ao Pinhal Interior Norte.

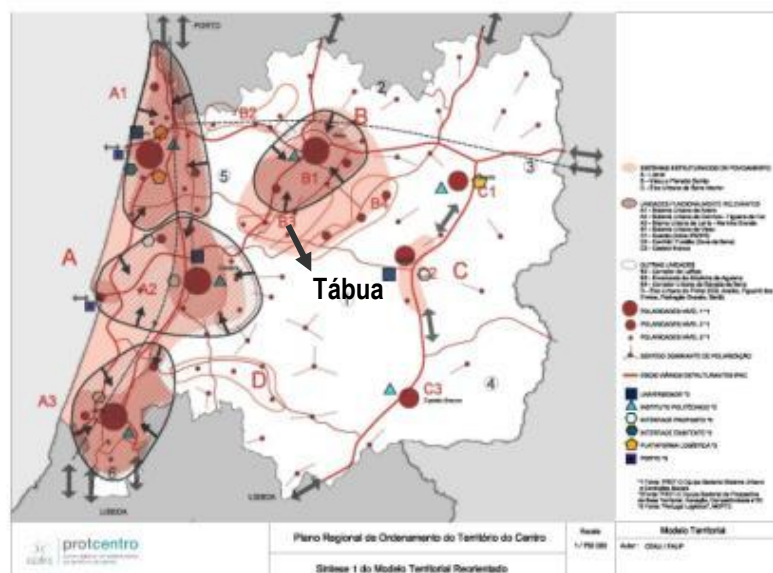


Figura 14. Síntese do Modelo Territorial da Região Centro.
Fonte: CCDRC, PROT-C.

⁵ CCDRC-C, “Modelo Territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.” (2008).

⁶ Idem, ibidem.

3.4.2 Ocupação e Uso do Solo

O território de Tábua é ocupado principalmente por área florestal dedicada à silvicultura (Figura 15), em especial nos montes e encostas do Concelho. Nos interflúvios localizam-se os principais aglomerados e as áreas dedicadas à agricultura e pecuária.

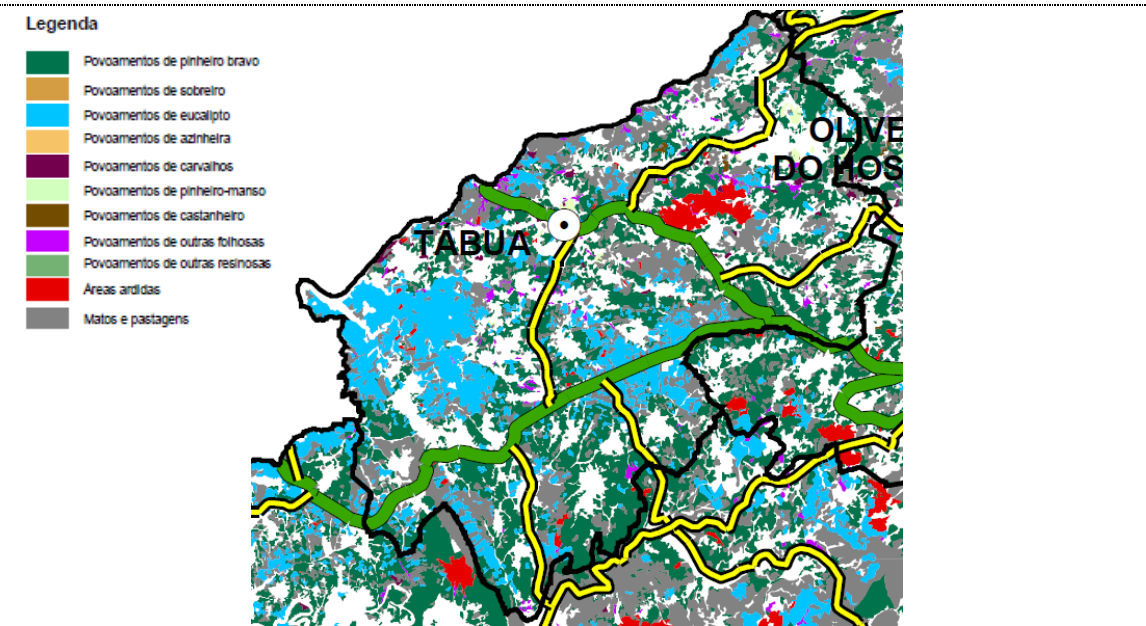


Figura 15. Povoamentos florestais e arbustivos.

Fonte: Direcção-Geral de Recursos Florestais, "Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte – Bases de Ordenamento".

A área de herbáceas para pastagem constitui uma parte importante da superfície concelhia, em particular a parte norte, nas freguesias de Covas, Midões, Póvoa de Midões e Vila Nova de Oliveirinha. Estas áreas sustentam a criação de ovelhas, que aqui assume uma significância particular em termos de produção de um produto de elevada qualidade e um recurso económico altamente diferenciado: Tábua faz parte dos produtores do queijo da Serra. A vinha do Dão situa-se também neste contexto tirando partido do regime climático de Verões quentes e secos. Na envolvente a aglomerados urbanos dispersos dispõem-se de forma modesta campos agrícolas de policultura de subsistência. A distribuição da ocupação do solo de natureza urbana é ilustrada na figura seguinte.

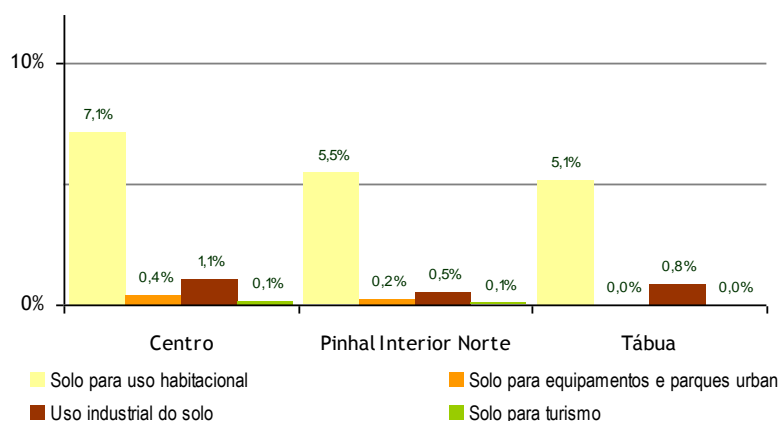


Figura 16. Distribuição da ocupação para usos urbanos.

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2007.

A leitura do gráfico permite constatar que os diversos usos antrópicos ocupam um **área reduzida** da superfície concelhia, situando-se abaixo dos valores de referência da Região Centro e do Pinhal Interior Norte, comprovando a **baixa densidade** do Concelho. Neste âmbito como seria de esperar, sobressai claramente o uso habitacional.

3.4.3 Vias de comunicação e transporte

A análise à estrutura da rede viária na envolvente a Tábua (Figura 17) permite concluir da **proximidade do Concelho relativamente à rede viária de importância nacional e regional**. Apesar de não passar qualquer troço do IP3 dentro dos limites concelhios, é este eixo que constitui a principal via estruturante de Tábua, e que lhe permite uma acessibilidade rápida e directa aos principais pólos regionais (Viseu e Coimbra), com quem o Concelho estabelece relações funcionais importantes, e nacionais.



Figura 17. Estrutura viária primária e secundária de Tábua e região envolvente.

Fonte: SPI sobre base Viamichelin.

A análise da mesma figura permite afirmar que a mobilidade no denominado Planalto Beirão encontra-se relativamente assegurada. Pelo contrário, no tocante à sub-região Pinhal Interior Norte, a situação é contudo diferente, verificando-se a carência de ligações primárias de natureza intermunicipal, consubstanciando a fraqueza de relações funcionais geradas. O caso da ligação de Tábua aos seus concelhos vizinhos de Arganil e Góis é um exemplo dessa carência.



Figura 18. Rede viária interna do Concelho de Tábua.
Fonte: viajar.clix.pt

Em termos internos, o Concelho dispõe de uma rede viária que serve a totalidade das freguesias de forma eficaz, facilitada pela suavidade do relevo. A N234-6 assume um papel importante na medida em que constitui a principal via de entrada a partir do IP3/IC12. A N337 é o eixo de ligação local a Arganil, enquanto que a N17 estabelece as ligações locais no sul/sudeste. A abrangência da rede viária concelhia permite que as carreiras de transporte público (operadas pela Transdev) sirvam a totalidade das freguesias.

Apesar de não existir qualquer estação no Município, o transporte ferroviário constitui um meio de deslocação com alguma expressão no Concelho, uma vez que a Linha da Beira Alta passa pelos concelhos vizinhos de Santa Comba Dão e Carregal do Sal, colocando Porto, Lisboa e destinos internacionais a algumas horas de distância por comboio.



Figura 19. Pormenor da Rede Ferroviária Nacional. Indicação da localização do Concelho de Tábua.

Fonte: REFER, 2009.

3.4.4 Ocupação humana – síntese

A sub-região do Pinhal Interior Norte caracteriza-se pela rarefacção de povoamento, ausência de armadura urbana forte e despovoamento e por uma gradual perda demográfica, em que as sedes de concelho conservam ainda alguma atractividade em detrimento dos territórios envolventes. Em termos de relações funcionais e de proximidade, o Município de Tábua incorpora uma aglomeração composta por Santa Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Arganil, integrada no Sistema Urbano de Viseu, não despiciendo de fortes relações de carácter funcional com a cidade de Coimbra.

O território de Tábua é ocupado principalmente por área florestal dedicada à silvicultura e por áreas dedicadas à pastagem. A criação de ovelhas assume uma significância particular na medida que Tábua faz parte dos produtores certificados do Queijo da Serra. Os usos urbanos ocupam uma área reduzida, comprovando a baixa densidade populacional do território.

Em termos de acessibilidade, o Concelho encontra-se relativamente próximo dos eixos de importância nacional e regional, com destaque para o IP3, que constitui a principal via estruturante de Tábua. No tocante à sub-região do Pinhal Interior Norte, a situação é contudo diferente, verificando-se uma carência ao nível de ligações primárias de natureza intermunicipal. A nível interno o Concelho dispõe de uma rede viária que serve a totalidade das freguesias de forma eficaz e em que o transporte ferroviário constitui um meio de transporte com alguma expressão no Concelho, uma vez que a Linha da Beira Alta passa pelos concelhos vizinhos de Santa Comba Dão e Carregal do Sal.

4. INDICADORES AMBIENTAIS – O ESTADO DO AMBIENTE EM TÁBUA

4.1 Qualidade do Ar

Uma boa Qualidade do Ar constitui um aspecto essencial na manutenção da saúde do ser humano, do ambiente e do património construído. As causas da sua deterioração estão nas alterações da composição química natural da atmosfera resultantes das actividades humanas, nomeadamente a industrial e a utilização de transportes automóveis, mas também de fenómenos naturais, tais como e.g. os incêndios. Estas alterações produzem efeitos em grande escala como o aquecimento global e consequentes mudanças climáticas, a deterioração da camada de ozono na alta atmosfera que protege da incidência de raios nocivos, mas também de uma forma mais localizada, a degradação do ar respirável.

Como tal, a melhoria e preservação da qualidade do ar tem, sido nas últimas décadas uma preocupação prioritária da União Europeia. A introdução da Directiva-Quadro da Qualidade do Ar, Directiva 96/62/CE de 27 de Setembro, que define as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar, tem-se traduzido num dos grandes êxitos das políticas comunitárias em matéria de ambiente.

Em Portugal, os princípios, objectivos e normas gerais de avaliação e gestão da qualidade do ar constam do Decreto-Lei n.º 276/99 de 23 de Julho que transpõe a Directiva-Quadro da Qualidade do Ar para a ordem jurídica nacional. A operacionalização deste normativo tem conseguido mostrar que o desenvolvimento económico não tem que acarretar uma correspondente e contínua degradação do ambiente, nomeadamente da qualidade do ar. Não obstante, e apesar das acções empreendidas, persistem problemas a que urge dar resposta.

É neste sentido que a Agência Portuguesa de Ambiente (APA), em consonância com a estratégia para a qualidade do ar da União Europeia, estabeleceu um Plano de Acção, que visa estabelecer as metodologias, medidas e acções que garantam que a qualidade do ar seja mantida dentro dos níveis recomendáveis.

Na prossecução dos objectivos inerentes ao Plano de Acção para a Qualidade do Ar, foi conjuntamente instituído o Programa dos Tectos de Emissão Nacional (PTEN) traduzindo uma contínua melhoria e actualização dos instrumentos que conduzam à redução das emissões. Este Programa resulta da transposição para o direito nacional, na figura do Decreto-Lei 193/2003, de 22 de Agosto, da Directiva 2001/81/CE de 23 de Outubro relativa aos Tectos de Emissão Nacionais. Também o Plano Nacional de Redução das Emissões das Grandes Instalações de Combustão (PNRE-GIC) resulta da transposição de legislação comunitária, a Directiva 2001/80/CE, no Decreto Lei 178/2003 de 5 de Agosto.

Estes planos e programas, para além da avaliação da situação existente, contemplam a análise de vários cenários e equacionam, quando necessário, medidas adicionais e respectivas relações custo-eficácia e custo-benefício, de forma a atingir os níveis de qualidade do ar estipulados. Afiguram-se como

instrumentos de combate à acidificação, eutrofização e ozono a nível do solo, promovendo a adopção de soluções sustentáveis, de forma integrada, e em harmonia com o desenvolvimento socioeconómico.

Quanto à emissão de gases com efeito de estufa, Portugal é juntamente com os restantes Estados Membros da União Europeia, signatário do Protocolo de Quioto da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC). Os Estados Membros estabeleceram assim um Acordo de Partilha de Responsabilidades para a redução colectiva de 8 % dos Gases com Efeito de Estufa no período 2008-2012, relativamente às emissões verificadas em 1990.

4.1.1 Gases com Efeito Estufa

Tendo por base uma análise às emissões de Gases com Efeito Estufa (GEE) nos últimos anos, verifica-se que o posicionamento Portugal no contexto internacional não tem sido favorável. No ano de 2006, os valores das emissões nacionais de CO₂ eram significativamente superiores à Meta 2008-2012⁷. No entanto, desde 2005 que se tem verificado uma ligeira e contínua descida do valor destas emissões, facto corroborado pelos dados preliminares do ano de 2007 da APA⁸.

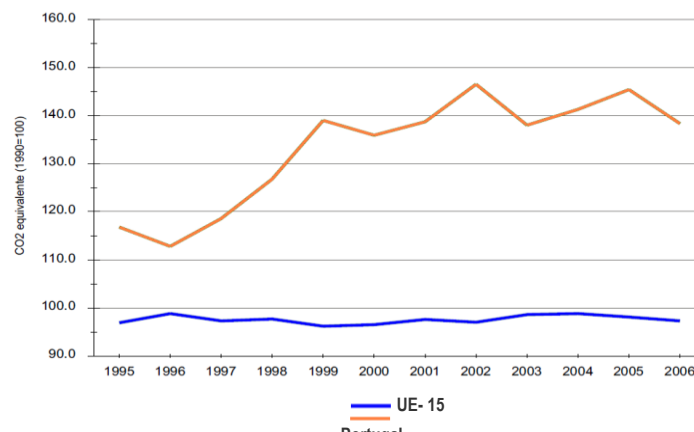


Figura 20. Emissão de Gases com Efeito Estufa, evolução 1995-2006.

Fonte: Eurostat (citado na publicação do DPPRI –Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº3, 2009).

Comparativamente aos valores apresentados pela UE15, apenas a Espanha apresentava em 2006 emissões de CO₂ superiores às portuguesas e significativamente acima da sua meta nacional. Por parte de Portugal, esta situação induz a um diagnóstico que revela debilidades em termos de sustentabilidade ambiental e uma deficiente convergência para as metas de Quioto. Constata-se também que ao nível da União Europeia as metas estipuladas não têm sido cumpridas.

⁷ Protocolo de Quioto - Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC)..

⁸ Alocação Espacial de Emissões em 2007 (Emissões Totais por Concelho - Versão de 13.07.2009), APA

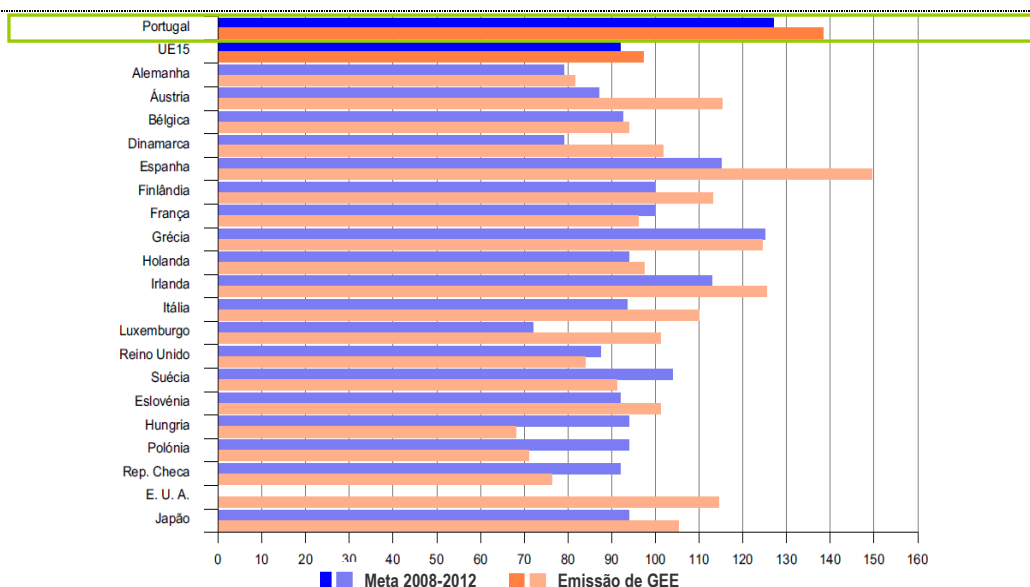


Figura 21. Emissão de Gases com Efeito Estufa em 2006 e metas estabelecidas para 2008-2010.

Fonte: Eurostat (citado na publicação do DPPRI –Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº3, 2009).

Face ao contexto internacional e nacional, importa conhecer a realidade da Região (NUTS III) - Pinhal Interior Norte e do Concelho de Tábua em matéria de qualidade do ar. Atendendo aos dados da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), é possível quantificar ao nível das referidas subdivisões administrativas e estatísticas, as emissões atmosféricas de gases com efeito de estufa, gases acidificantes, precursores de ozono, partículas em suspensão e metais pesados

Tabela 6. Emissões totais* de Gases com Efeito de Estufa em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km²).

	Área (km ²)	CO ₂		CH ₄		N ₂ O	
		2005	2007	2005	2007	2005	2007
<i>Anos:</i>							
Portugal (cont.)	92160,31	739,485	678,531	4,837	5,037	0,222	0,210
Pinhal Interior Norte	2616,66	222,536	139,401	2,949	2,187	0,064	0,057
Alvaiázere	160,39	340	159	2,205	2,444	0,088	0,086
Ansião	176,17	396	213	3,756	3,982	0,144	0,142
Arganil	332,84	155	106	2,362	1,615	0,046	0,040
Castanheira de Pera	66,78	345	165	1,937	2,122	0,035	0,035
Figueiró dos Vinhos	173,57	322	139	1,780	1,943	0,041	0,040
Góis	263,31	106	59	1,032	0,884	0,025	0,023
Lousã	138,42	303	263	4,348	4,175	0,063	0,059
Miranda do Corvo	126,37	290	244	5,984	4,046	0,086	0,069
Oliveira do Hospital	234,53	257	215	3,859	3,643	0,114	0,108
Pampilhosa da Serra	396,48	95	47	3,472	0,524	0,034	0,013
Pedrogão Grande	128,75	306	122	2,312	1,433	0,048	0,040
Penela	134,79	166	121	2,809	2,069	0,073	0,064
Tábua	199,79	201	153	2,583	2,500	0,077	0,074
Vila Nova de Poiares	84,46	250	201	4,409	3,144	0,064	0,053

Legenda: protóxido de azoto(N₂O) Metano (CH₄); Dióxido de carbono (CO₂).

* O somatório das emissões de fontes pontuais e das emissões em área resulta nas emissões totais nacionais

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Relatório da Alocação Espacial de Emissões em 2005 e dados preliminares de 2007 - Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono; Partículas; Metais Pesados e Gases com Efeito de Estufa.

O inventário de emissões de poluentes atmosféricos, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), permite constatar que de 2005 a 2007 os valores dos GEE apresentam, de forma geral, tendência a diminuir. Este quadro geral também se verifica para os GEE em análise no Concelho de Arganil (Figura 20). Os valores das emissões destes gases são baixos se comparados com os valores médios de Portugal Continental, e em 2007, o Concelho de Tábua estava a emitir quantidades superiores, embora próximas, das do Pinhal Interior Norte. De acordo com a APA (2005), os principais sectores responsáveis pelas emissões nacionais de metano (CH₄) e protóxido de azoto (N₂O) são a deposição de resíduos no solo (47,0% de CH₄); as águas residuais (25,2% CH₄ e 9,2% N₂O); e as actividades agrícolas (44,7% N₂O) e pecuárias (12,4% CH₄ e 20,1% N₂O).

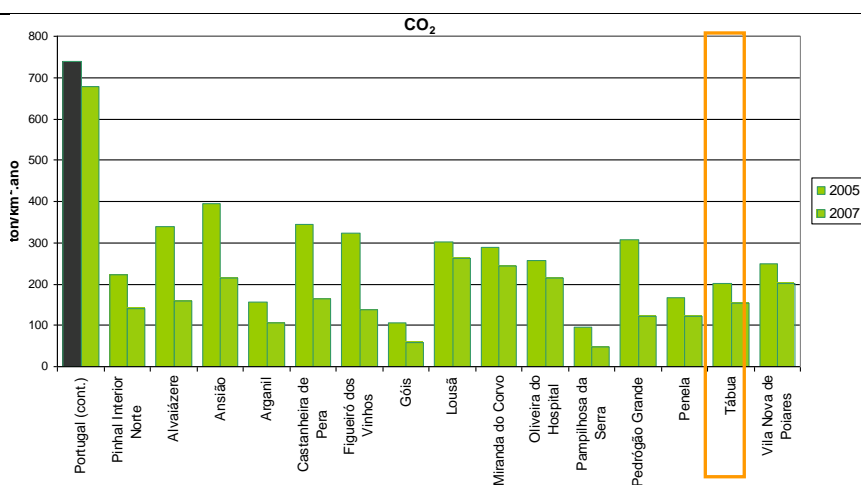


Figura 22. Emissões de CO₂ em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Quanto ao dióxido de carbono, a tendência, tanto a nível nacional como regional, é a de descida dos valores de emissão. Os sectores de actividade que mais contribuem para as emissões de CO₂, em Portugal, são a produção de energia (32,6%), os transportes rodo/ferroviários (27,7%) e combustão industrial (24,1%) (APA, 2005). **O Concelho de Tábua estava em 2007 a emitir ligeiramente acima da média regional embora significativamente abaixo da média nacional, e em clara evolução positiva face a 2005. As razões explicativas para este facto poderão encontrar-se nas actualizações tecnológicas adoptadas pelas unidades industriais transformadoras, (uma vez que não ocorreu uma diminuição do número destas unidades a laborar no concelho) e/ou em alterações das condições climáticas ocorridas no período em análise.**

4.1.2 Partículas e metais pesados

A rede de monitorização da Qualidade do Ar da Região Centro é constituída por três zonas e duas aglomerações. O Concelho de Tábua encontra-se inserido na Zona Centro Interior, que para efeitos de quantificação dos parâmetros relevantes se considera como sendo uma área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional. A monitorização das emissões de partículas em suspensão (PM10), assim como os óxidos de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x), e ozono (O₃), é assegurada por uma estação do tipo regional de fundo, localizada em Salgueiro-Fundão, e que está muito distanciada de fontes pontuais (e.g. grandes unidades industriais) para ser representativa de uma vasta área. (<http://www.ccdrc.pt/ambiente>).



Figura 23. Zonas de monitorização da qualidade do ar – Região Centro.

Fonte: CCDRC.

No Concelho de Tábua, as emissões de metais pesados para a atmosfera, mais concretamente de chumbo(Pb), revelam estar próximas das da NUTS III-Pinhal Interior Norte e do País. Este elemento (Pb) provém essencialmente do sector dos transportes motorizados (59,0% em 2005)(APA). Saliente-se que a “gasolina sem chumbo” não é totalmente isenta desse metal pesado. De acordo com o Decreto-Lei n.º

104/2000, que estabelece especificações das gasolinas e do gasóleo, o teor máximo de chumbo da gasolina comercializada em Portugal é de 0,005 g/l. Contribuem ainda para a emissão deste metal pesado para a atmosfera, as combustões associadas ao tratamento de resíduos e processos industriais. Este é um elemento de elevada toxicidade, muito nefasto para a saúde humana e dos ecossistemas., pelo que devem ser envidados todos os esforços no sentido de baixar as quantidades deste elemento libertadas para a atmosfera.

Os restantes metais pesados monitorizados, o cádmio(Cd) e o mercúrio (Hg) apresentam valores residuais.

Tabela 7 - Emissões totais* de partículas (de diâmetro < 10µm) e metais pesados em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km²)

	Área (km²)	PM10		Pb		Cd	Hg
		2005	2007	2005	2007	2005	2007
<i>Anos:</i>							
Portugal (cont.)	92160,31	1,362	1,537	0,002	0,0020	0,000	0,000
Pinhal Interior Norte	2616,66	0,926	0,977	0,002	0,0020	0,000	0,000
Alvaiázere	160,39	1,540	1,653	0,004	0,0037	0,000	0,000
Ansião	176,17	1,696	1,805	0,004	0,0040	0,000	0,000
Arganil	332,84	0,633	0,663	0,001	0,0013	0,000	0,000
Castanheira de Pêra	66,78	1,532	1,644	0,004	0,0037	0,000	0,000
Figueiró dos Vinhos	173,57	1,468	1,582	0,003	0,0036	0,000	0,000
Góis	263,31	0,505	0,539	0,001	0,0010	0,000	0,000
Lousã	138,42	1,013	1,028	0,002	0,0021	0,000	0,000
Miranda do Corvo	126,37	0,978	0,994	0,002	0,0020	0,000	0,000
Oliveira do Hospital	234,53	0,941	0,963	0,002	0,0018	0,000	0,000
Pampilhosa da Serra	396,48	0,472	0,508	0,001	0,0009	0,000	0,000
Pedrogão Grande	128,75	1,431	1,546	0,003	0,0035	0,000	0,000
Penela	134,79	0,688	0,718	0,001	0,0013	0,000	0,000
Tábua	199,79	0,771	0,798	0,002	0,0015	0,000	0,000
Vila Nova de Poiares	84,46	0,865	0,886	0,002	0,0017	0,000	0,000

Legenda: Partículas de diâmetro < 10µm (PM10); Chumbo(Pb); Cádmio(Cd), Mercúrio(Hg).

* O somatório das emissões de fontes pontuais e das emissões em área resulta nas emissões totais nacionais

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Relatório da Alocação Espacial de Emissões em 2005 e dados preliminares de 2007 - Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono; Partículas; Metais Pesados e Gases com Efeito de Estufa

As partículas PM10 podem ser definidas de maneira simplificada como aquelas cujo diâmetro aerodinâmico é menor que 10 µm. São partículas inaláveis, a cuja exposição prolongada o corpo humano pode ficar susceptível, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de patologias do foro respiratório.

Analisando a Tabela 7 verifica-se que no Concelho de Tábua são detectadas quantidades relativamente baixas de partículas quando comparadas à média nacional e regional mas também que estas sofreram um aumento no período 2005-2007. O aumento registado terá múltiplas causas. O tráfego automóvel, a

intensificação da laboração das indústrias extractivas(extracção de argilas, calcários granitos, etc.) a ocorrência de incêndios e a existência de uma relevante indústria da transformação de madeiras e seus derivados (e.g. serrações) são factores que contribuem também de uma forma relevante para a emissão de partículas.

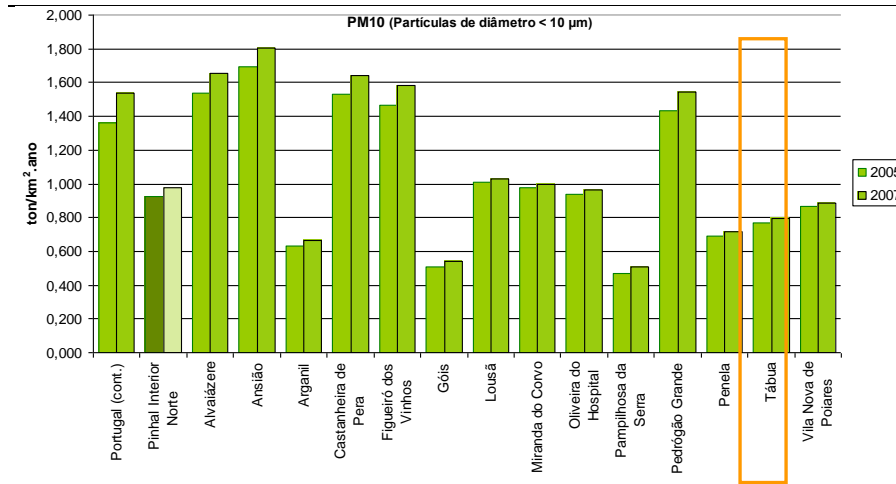


Figura 24. Emissões de partículas PM10 em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Não foram, no entanto, registadas, para o ano de 2008, excedências nos limiares estabelecidos legalmente (Tabela 8) na zona de monitorização a que está afecto o Concelho de Tábua.

Tabela 8. Valores limite para as partículas em suspensão (PM10) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).

PM10 Estação do Salgueiro – ano: 2008				
Média anual* (µg/m³) (VL =40 µg/m3)	Valor ~máximo (µg/m³)		Valores Limite para a Protecção da Saúde Humana n.ºcasos> 50µg/m³** (Máx=35 exc.)	Valor Máximo* (µg/m³)
	Por hora	Por dia		
12	78	50	0	50

* Médias Horárias.

** Médias Diárias

Fonte: CCDRC, Relatório da qualidade do ar na Região Centro 2008.

4.1.3 Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precusores de Ozono

SOx Os óxidos de enxofre (SOx), em particular, o dióxido de enxofre, SO₂ ocorrem naturalmente quando emitidos por acção vulcânica. Nas sociedades industriais, estes são produzidos em grande escala por processos fabris. O enxofre é um composto abundante nos combustíveis fósseis como carvão e petróleo, sendo que a combustão dos mesmos emite quantidades consideráveis de SO₂. Quando libertado para a atmosfera, o SO₂ dissolve-se no vapor de água, formando um ácido que interage com outros gases e

partículas, originando sulfatos e outros compostos secundários nocivos. São estes compostos de enxofre os maiores responsáveis pela formação das chuvas ácidas.

As emissões de SO_x provenientes dos sectores da produção de energia, das combustões e processos industriais contribuíram em 92,6% do total de emissões nacionais destes compostos em 2005 (APA).

Tabela 9. Emissões totais* de gases acidificantes, eutrofizantes e precursores de ozono em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km²).

Unidade Territorial	Área (km ²)	SO _x		NO _x		NH ₃		NMVOC		CO	
		2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007
Portugal (cont.)	92160,31	2,330	2,005	3,089	2,769	0,745	0,612	7,869	7,629	9,459	6,843
Pinhal Interior Norte	2616,66	0,429	0,408	1,592	1,213	0,196	0,164	2,594	2,053	9,967	2,020
Alvaiázere	160,39	0,838	0,828	1,990	1,894	0,328	0,285	1,901	3,216	2,428	2,293
Ansião	176,17	0,873	0,844	2,338	2,145	0,702	0,639	4,304	4,168	4,617	3,130
Arganil	332,84	0,275	0,251	1,183	0,838	0,122	0,099	1,996	1,391	9,898	1,527
Castanheira de Pêra	66,78	0,837	0,827	2,006	1,911	0,061	0,041	1,847	1,973	2,422	2,350
Figueiró dos Vinhos	173,57	0,832	0,826	1,875	1,797	0,116	0,094	1,704	2,105	2,002	1,889
Góis	263,31	0,244	0,236	0,746	0,627	0,087	0,076	0,995	0,839	2,923	0,818
Lousã	138,42	0,307	0,266	1,967	1,553	0,158	0,114	2,573	2,170	8,818	3,674
Miranda do Corvo	126,37	0,326	0,276	2,330	1,465	0,213	0,162	4,037	2,493	2,486	3,459
Oliveira do Hospital	234,53	0,301	0,261	1,710	1,344	0,385	0,319	3,949	3,506	8,922	3,276
Pampilhosa da Serra	396,48	0,241	0,235	1,414	0,579	0,024	0,017	2,588	0,645	28,355	0,729
Pedrógão Grande	128,75	0,829	0,825	2,055	1,725	0,099	0,077	2,776	2,111	11,089	1,674
Penela	134,79	0,263	0,244	1,295	0,921	0,211	0,167	3,088	2,432	10,765	1,818
Tábua	199,79	0,301	0,263	1,297	1,052	0,238	0,195	2,655	2,398	5,495	2,281
Vila Nova de Poiares	84,46	0,324	0,275	1,888	1,266	0,15	0,111	3,045	2,000	17,251	2,831

Legenda: Óxidos de enxofre (SO_x); Óxidos de azoto (NO_x); Amónia (NH₃); Compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM); Monóxido de carbono (CO);

* O somatório das emissões de fontes pontuais e das emissões em área resulta nas emissões totais nacionais

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Relatório da Alocação Espacial de Emissões em 2005 e dados preliminares de 2007 - gases acidificantes, eutrofizantes e precursores de ozono; partículas; metais pesados e gases com efeito de estufa.

O Concelho de Tábua não é, no contexto da Região do Pinhal Interior Norte, um dos maiores contribuintes para as emissões deste poluente. Os dados da APA revelam que estava a emitir em 2007 quantidades significativamente inferiores à média regional e nacional, apresentando, ainda uma ligeira tendência decrescente face a 2005.

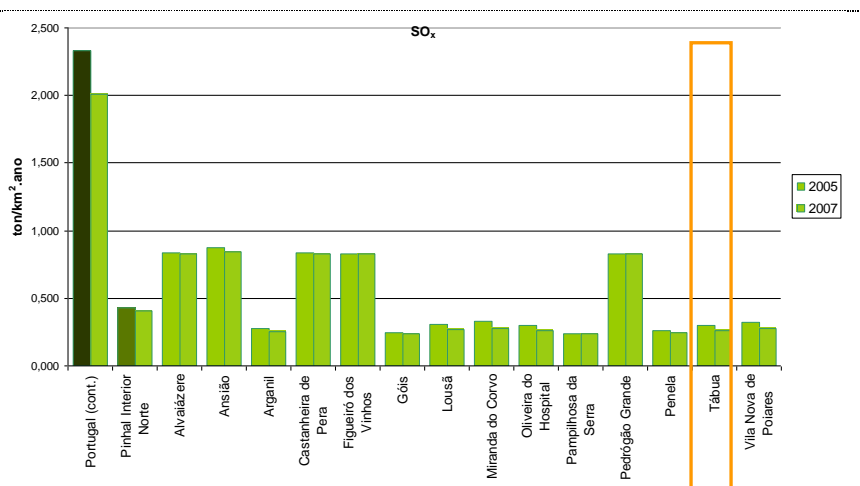


Figura 25. Emissões de SOx em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Os dados registados na zona de monitorização da qualidade do ar a que o Concelho de Tábua está afecto (Zona Centro Interior), não revelaram em 2008, excedências nas emissões de SO₂, de acordo com os limiares legais estipulados. (Tabela 10)

Tabela 10. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de enxofre (SO₂) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).

SO ₂ Estação do Salgueiro – ano: 2008					
Média anual* (µg/m ³)	Valor Limiar de Alerta VLA = 500 µg/m ³ * (durante três horas consecutivas)	Valores Limite para a Protecção da Saúde Humana		Valores Limite para a Protecção dos Ecossistemas	Valor Máximo* (µg/m ³)
		n.ºcasos> 350µg/m ³ * (Máx=24 exc.)	n.ºcasos> 125µg/m ³ ** (Máx=3 exc.)	Média ano civil* (Média=20 µg/m ³)	
2	0	0	0	2	12

* Médias Horárias.

** Médias Diárias

Fonte: CCDRC, Relatório da qualidade do ar na Região Centro 2008.

NOx Em Portugal, os óxidos de azoto (NOx), entre os quais o dióxido de azoto (NO₂) provêm em larga escala dos sectores dos transportes rodo/ferroviários, da produção de energia, e da Indústria por via de processos de combustão. São compostos que reagem na atmosfera para formar ácido nítrico, bem como nitratos orgânicos tóxicos. É também considerado um gás precursor de ozono na medida em que desempenha um papel importante na formação de ozono ao nível do solo. Uma vez que o dióxido de azoto é um poluente relacionados com o tráfego, as emissões são geralmente mais elevadas nas zonas urbanas e nas imediações de vias de tráfego densamente utilizadas.

Na Tabela 11 é possível observar os valores registados no ano 2008, na estação de Salgueiro-Fundão. Verifica-se que os valores estiveram sempre dentro dos parâmetros legais.

Tabela 11. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de azoto (NO₂) e óxidos de azoto (NO_x) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).

NO ₂ Estação do Salgueiro – ano: 2008				NO _x	
Média anual* (µg/m ³)	Valor Limiar de Alerta* VLA = 400 µg/m ³ * (durante três horas consecutivas)	Valores Limite para a Protecção da Saúde Humana*		Valor Máximo* (µg/m ³)	Valor Limite para a Protecção da Vegetação (NO _x) Média Anual * (VL= 30µg/m ³)
		n.ºcasos> VL+MT (220µg/m ³) (Máx=18 exc.)	Média anual (VL+MT=44µg/m ³)		
6	0	0	0	27	2

* Médias Horárias.

** Médias Diárias

Fonte: CCDRC, Relatório da qualidade do ar na Região Centro 2008

Analisando os valores das emissões dos óxidos de Azoto para o Pinhal Interior Norte e estabelecendo a comparação com o Concelho de Tábua, constata-se que estes últimos são mais reduzidos do que a média da sub-Região. **De 2005 a 2007, verificou-se ainda uma forte diminuição, o que aqui também pressupõe uma tendência positiva em matéria de preservação da qualidade do ar.** Estes compostos de azoto quando depositados em excesso nos ecossistemas, conduzem à eutrofização, provocando alterações na composição de comunidades de flora, e a sua consequente redução da biodiversidade.

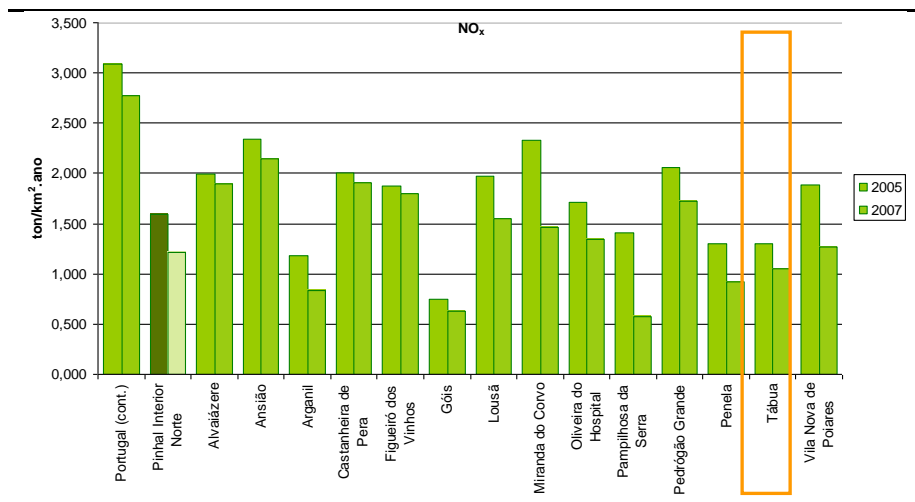


Figura 26. Emissões de NO_x em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

NH₃ As emissões de amónia (NH₃) resultam em grande parte da produção animal e da agricultura. Elevadas emissões de NH₃ estão também associadas à gestão de resíduos e de águas residuais. Como se pode observar pela tabela 4, o Concelho de Tábua estava em 2005 e 2007 a emitir quantidades de NH₃ ligeiramente acima da média de emissões da região do Pinhal Interior Norte

NMVOC O coberto vegetal é em Portugal, uma fonte de emissões naturais de Compostos Orgânicos Voláteis não Metânicos (NMVOC) muito significativa tendo contribuído, juntamente com os fogos florestais, para cerca de 58,7% do total de emissões de NMVOC em 2005.

Considerando apenas as emissões destes compostos com origem nas actividades humanas, verifica-se que são os sectores com uso de solventes, os transportes rodó/ferroviários e os processos industriais, os que mais contribuíram para as emissões totais destes poluentes (67,7% das emissões antropogénicas, segundo a APA), seguindo-se os sectores da agricultura e das indústrias envolvendo combustões que registaram percentagens de contribuição que variam entre 4,3% e 8,2%(APA), 2005.

O Concelho de Tábua registou de 2005 a 2007 uma melhoria deste indicador. As quantidades destes poluentes libertadas para a atmosfera baixaram, em consonância com a tendência que se verifica no mesmo período para o país e para os restantes Concelhos da sub-Região, à excepção de Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos (Figura 27).

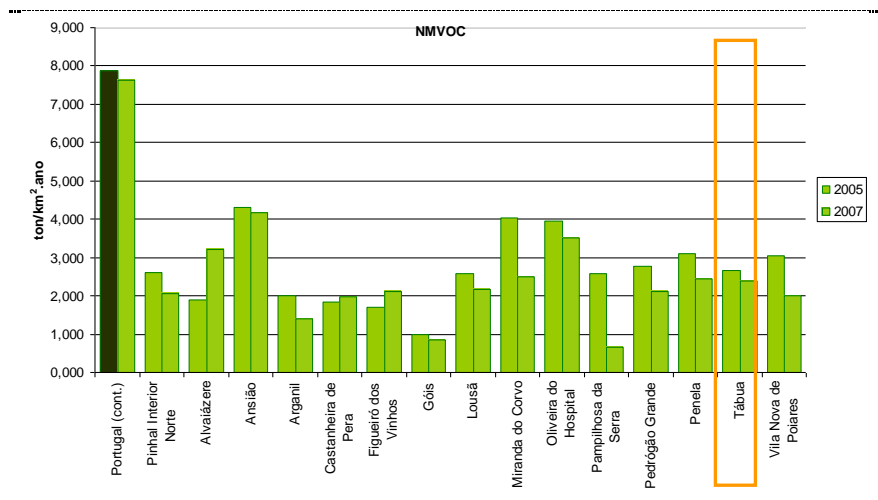


Figura 27. Emissões de NMVOC em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

CO O monóxido de carbono (CO) é um composto químico que advém da combustão incompleta de combustíveis fósseis ou de biomassa. Este é um poluente fortemente relacionado com o tráfego automóvel. As emissões mais relevantes deste gás ocorrem nas zonas urbanas e nas imediações de vias de tráfego com elevadas taxas de utilização. Também, a ocorrência de incêndios florestais provoca a libertação deste composto. É um precursor de ozono, uma vez que lhe dá origem através da interacção entre a radiação solar e o oxigénio.

O Concelho de Tábua esteve de 2005 a 2007, entre os municípios do Pinhal Interior norte que geraram menores quantidades de CO. Os valores registados em 2007 são bastante próximos das emissões médias para a sub-Região.

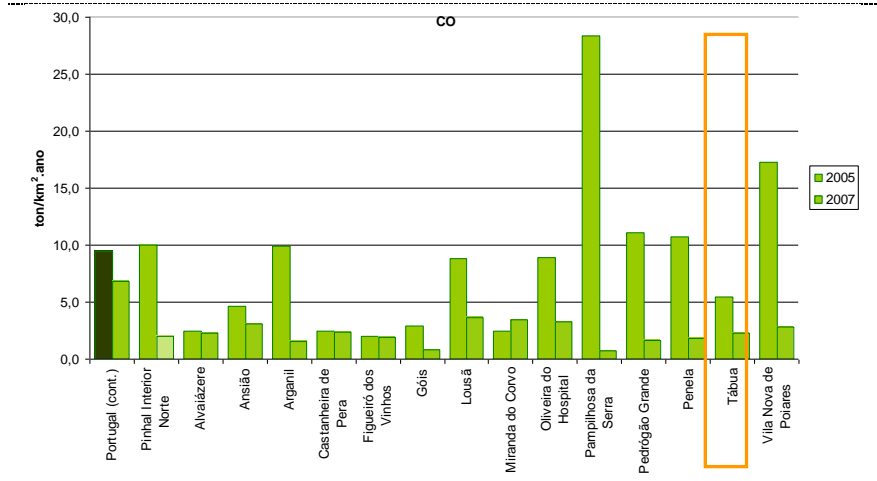


Figura 28. Emissões de CO em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Em 2005, porém, as quantidades deste composto libertadas para a atmosfera no Pinhal Interior Norte, tinham sido muito superiores às de Tábua, e mesmo superiores às emissões médias nacionais. A justificação para os valores de 2005 estará (entre outras razões) na correlação com a dimensão e extensão dos fogos florestais ocorridos na região nesse ano, que segundo os dados do ministério da Agricultura ultrapassaram os 50 000 ha.

No concelho de Tábua, em 2005, foram afectados pelos incêndios cerca de 1.007 ha de florestas e matos, a maior área ardida desde o ano 2000. Fica aparente a correlação entre a ocorrência de fogos e a degradação dos indicadores de qualidade do ar com eles relacionados.

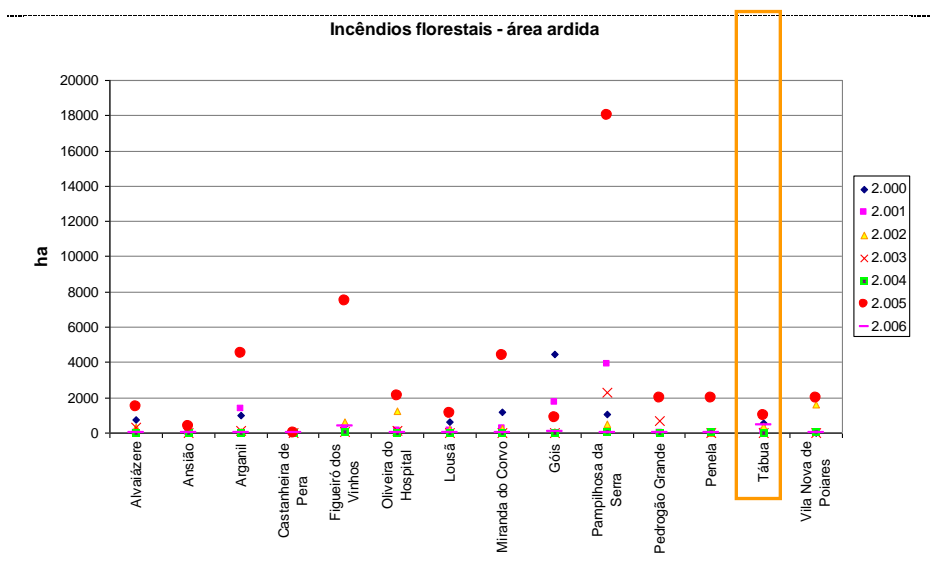


Figura 29. Incêndios florestais – área ardida (ha) 2000-2006

Fonte: Autoridade florestal nacional.

4.1.4 Ozono (O₃)

Como ficou patente, o ozono ao nível do solo não é um poluente primário, mas ocorre como resultado de reacções químicas entre as espécies precursoras na presença de luz solar e de temperaturas elevadas. Este tipo de ozono, ao contrário do ozono estratosférico, tem efeitos nocivos para a saúde humana e dos ecossistemas. Quando em concentrações relativamente elevadas, é susceptível de causar irritações do tracto respiratório, podendo provocar dificuldades respiratórias, e a nível ambiental é responsável por danos na vegetação e consequentes perdas agrícolas.

O Decreto-lei 320/2003, de 20 de Dezembro, estabelece limiares de informação e alerta às populações para o caso das concentrações nele estipuladas serem atingidas ou ultrapassadas. Estes limites têm como objectivo evitar, prevenir ou reduzir os efeitos nocivos deste gás na saúde humana e ou no meio ambiente, ou em casos mais graves, a adopção de medidas imediatas, segundo as condições fixadas no referido diploma. A Tabela 12 mostra que no ano de 2008, não foram registados pela estação de monitorização de Salgueiro-Fundão, quaisquer incidentes relativos a este poluente.

Tabela 12. Valores limiar para o ozono (O₃) tendo por base o cumprimento do Decreto-Lei 320/2003, de 20 de Dezembro

O ₃ (Ozono) Estação do Salgueiro – ano: 2008			
Valor Máximo* (µg/m ³)	Valores Limiares para a Protecção da Saúde Humana		
	Informação* (nºcasos>180 [g/m ³])	Alerta* (nºcasos>240µg/m ³)	Alerta** (nºcasos>240µg/m ³)
151	0	0	0

* Médias Horárias.

** Três horas consecutivas

Fonte: CCDRC, Relatório da qualidade do ar na Região Centro 2008.

4.1.5 Qualidade do ar - Síntese

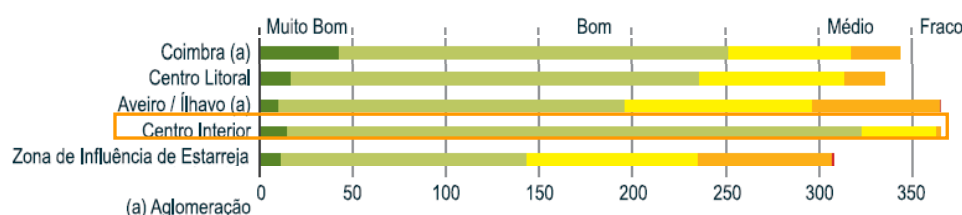


Figura 30. Índice de qualidade do ar para a Região Centro em 2007.

Fonte: CCDRC 2008

A qualidade do ar no Concelho de Tábua pode ser, de uma forma geral, considerada boa. A manutenção da qualidade do ar estará contudo condicionada a alguns desafios identificados, nomeadamente ao nível das emissões de partículas e amónia(NH₃). Verifica-se que tanto no contexto regional como nacional,

este Concelho goza de condições privilegiadas para dar resposta a estes desafios, através do envolvimento dos agentes relevantes e implementação de medidas adequadas.

4.2 Energia

Portugal é um país que não dispõe de recursos energéticos de origem fóssil. O Relatório do Estado do Ambiente (REA 2007)⁹, refere que mais de metade do consumo de energia no país tem, no entanto, por base o petróleo. Isto significa custos avultados para satisfazer as necessidades energéticas do país.

Por esta razão, e como ficou já explanado no ponto “Qualidade do Ar”, as actividades desenvolvidas pelo sector energético têm efeitos ambientais gravosos, particularmente através das emissões de poluentes atmosféricos.

Acresce a este facto a fraca eficiência na forma como Portugal utiliza a energia, o que se demonstra com a intensidade energética da economia nacional, quando analisada à luz da realidade europeia. Embora ocupe uma posição bastante mais sustentável quando colocado em contraste com os ‘novos membros’ da União Europeia, Portugal encontra-se ainda acima da média comunitária (UE27) (Figura 31). Este facto deverá conduzir a uma necessária alteração de padrões de produção e de consumo de energia a fim de aumentar a eficiência energética e ambiental da economia portuguesa e assim reduzir a vulnerabilidade em relação a conjunturas internacionais desfavoráveis.

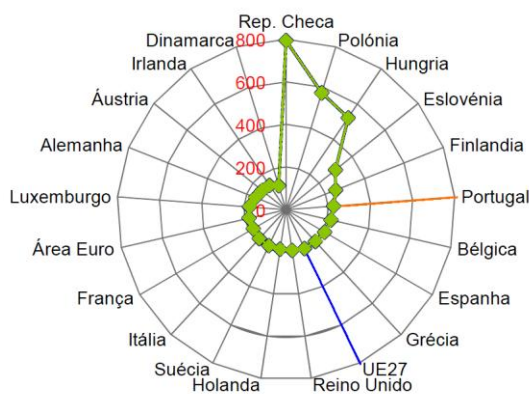


Figura 31. Intensidade energética da economia (1995=100), em 2006.

(tonelada equivalente de petróleo / 1000 €)

Fonte: Comissão Europeia, Indicadores Estruturais (citado na publicação do DPPRI –Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº4, 2008).

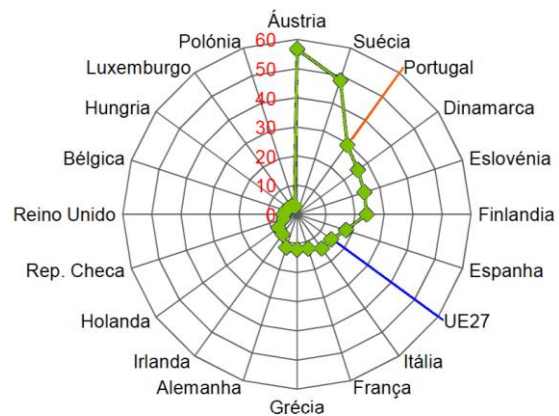


Figura 32. Electricidade obtida a partir de fontes renováveis, em 2006.

(% do consumo total de electricidade)

⁹ A Lei de Bases do Ambiente estipula a apresentação anual, à Assembleia da República, de um relatório sobre o estado do ambiente (REA) em Portugal referente ao ano anterior.

O Relatório do Estado do Ambiente (REA 2007) refere porém, que nos últimos anos, o esforço na chamada de atenção para a problemática da energia em Portugal, se tem vindo a concretizar nos sentidos da valorização dos recursos endógenos (renováveis) e na maior sensibilização para o uso mais racional da energia. O esforço tem-se traduzido no crescimento da energia obtida por fontes renováveis, e apesar do consumo total a nível do país ter crescido ligeiramente, os indicadores ambientais de qualidade do ar têm vindo a melhorar. A tal não deve ser alheio o facto de estar em vigor a Estratégia Nacional para a Energia, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que substitui a anterior Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2003, de 28 de Abril. Esta visa atingir um aumento da qualidade do serviço, incentivar a concorrência por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, e ainda garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global.

As políticas de obtenção de energia a partir de fontes renováveis seguidas pela União Europeia e por Portugal têm surtido efeito. De acordo com os dados da Comissão Europeia, em 2006, o peso da produção de electricidade a partir de fontes renováveis no consumo de energia eléctrica nos países da UE-15 ascendia a 14.9%, destacando-se a Áustria (53,3%) e a Suécia (46,8%) (Figura 32).

Nesse ano, Portugal ocupava o 3º lugar com 30,6% de electricidade obtida a partir de fontes renováveis em termos de peso no consumo nacional. São indicadores que se afiguram positivos e cuja tendência de evolução se revela também favorável.

4.2.1 Consumo Energético

No que diz respeito a padrões de consumo, identificam-se três grandes sectores intervenientes, a indústria, os transportes e os serviços (inclui residencial). Como se pode observar na Figura 33, o sector dos transportes é o que tem maior peso no consumo energético e o que mais cresceu no período de tempo em análise. Este é, em Portugal, um sector chave na procura de energia e consequente geração de emissões poluentes. A racionalização do consumo deverá aqui passar pela adopção de soluções organizativas e tecnológicas mais adequadas.

Entre 1995 e 2006 verifica-se ter havido uma regressão do consumo energético no sector da indústria nacional. Portugal, à semelhança dos restantes Estados Membros, sofreu nas últimas décadas um processo muito significativo de terciarização da sua economia, como comprova o crescimento da procura de energia por parte do sector dos serviços. Também o aumento do parque habitacional contribuiu para este aumento.

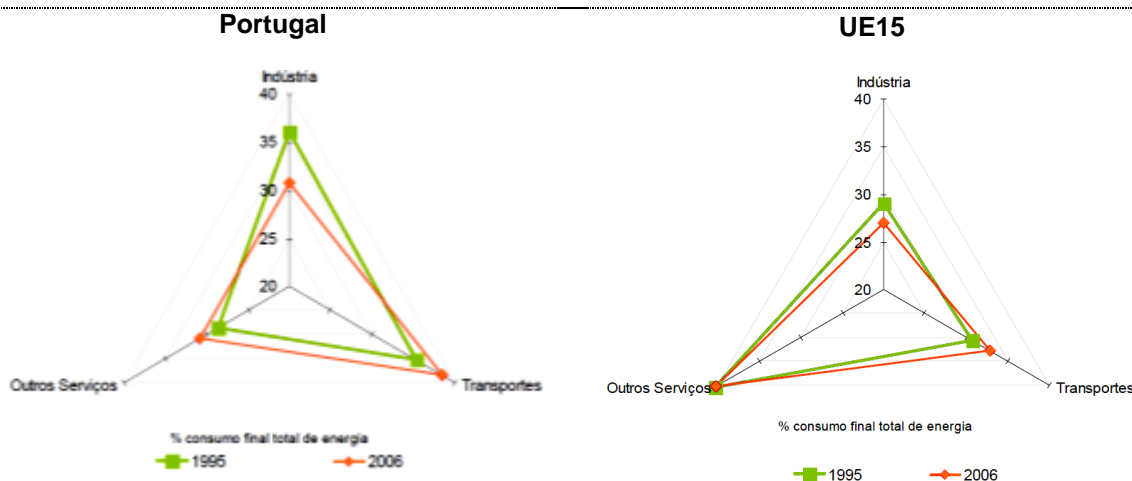


Figura 33. Consumo final de energia por sector de actividade.

Fonte: Comissão Europeia, Indicadores Estruturais (citado na publicação do DPPRI –Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº4, 2008)

Na União Europeia dos 15 regista-se um comportamento distinto, os serviços constituem o sector preponderante. A indústria representa no conjunto da UE(15) o sector com menor peso na distribuição dos consumos.

Feito um breve retrato da realidade nacional e comunitária em termos da problemática energética, importa então conhecer a situação do Concelho de Tábua e do Pinhal Interior Norte.

No Concelho, a análise do consumo de energia eléctrica por consumidor demonstra que em 2006 houve uma diminuição do consumo *per capita*, 3.600 kWh, face aos 3.700 kWh de 2005. Pese embora esta evolução, o valor assinalado mantém-se inferior ao registado ao nível da NUT III Pinhal Interior Norte – 4.700 kWh *per capita* e da NUT II Centro - 8.100 kWh *per capita*.

A análise dos consumos patentes na Tabela 13 evidencia a indústria transformadora como a principal consumidora de energia eléctrica, seguindo-se o sector doméstico, sendo assim o sector da agricultura o de menor expressão. Saliente-se que este último consome no total do Pinhal Interior Norte muito menos do que a média da Região Centro e substancialmente menos que a média nacional.

Tabela 13. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor) - milhares de kWh

Unidade Territorial	Total		Doméstico		Agricultura		Indústria		Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
<i>Anos:</i>	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Portugal (cont.)	7,7	7,8	2,6	2,5	5,9	5,6	128,8	146,1	1,3	1,3
Região Centro	7,9	8,1	2,3	2,3	4,2	4,1	148,9	173,5	1,2	1,2
Pinhal Interior Norte	4,5	4,7	1,8	1,8	1,1	1,1	68,8	82,6	1,1	1,1
Alvaiázere	2,8	2,9	1,5	1,6	1,0	1,1	22,6	21,6	0,9	1,0
Ansião	5,1	5,3	1,9	1,9	2,0	2,1	71,5	82,5	1,0	1,0
Arganil	3,5	3,5	1,5	1,5	1,0	1,1	44,9	50,2	1,1	1,1
Castanheira de Pêra	4,9	5,0	1,6	1,6	0,4	0,7	44,3	59,3	1,1	1,1
Figueiró dos Vinhos	3,2	3,1	1,8	1,8	0,5	0,4	31,0	26,5	1,1	1,1
Góis	2,2	2,2	1,2	1,2	2,0	2,2	11,0	12,0	1,1	1,2
Lousã	5,3	5,7	2,4	2,4	0,9	1,2	78,0	102,2	1,2	1,2
Miranda do Corvo	4,1	4,3	2,5	2,4	0,6	0,7	37,8	47,3	1,1	1,1
Oliveira do Hospital	8,3	8,9	2,0	2,0	1,4	1,5	202,3	256,8	1,0	1,1
Pampilhosa da Serra	1,9	2,0	1,0	1,0	1,0	0,8	9,1	16,8	1,1	1,1
Pedrógão Grande	3,1	3,5	1,6	1,6	0,3	0,3	45,9	61,9	1,1	1,2
Penela	3,9	3,9	1,8	1,7	1,2	1,2	38,6	40,0	0,9	0,9
Tábua	3,7	3,6	1,7	1,8	1,3	1,3	55,5	56,9	1,0	1,0
Vila Nova de Poiares	4,7	4,8	2,3	2,2	1,1	1,2	39,9	48,5	1,2	1,2

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

Os gráficos seguintes colocam em evidência as diferenças entre o Concelho de Tábua e os restantes Concelhos do Pinhal Interior Norte. Em comparação com os restantes municípios da sub-Região, Tábua encontra-se numa posição intermédia quanto ao consumo de energia eléctrica por consumidor, nos três sectores com valores significativamente inferiores a Concelhos como a Lousã, Miranda do Corvo ou Vila Nova de Poiares. **São consumidas neste Concelho quantidades de electricidade menores que a média nacional e da Região Centro, embora iguais à media do Pinhal Interior Norte, no sector doméstico (2006). O sector da agricultura consome em média mais energia eléctrica que o Pinhal Interior Norte, 1.300 kWh/ano face a 1.100 kWh/ano.**

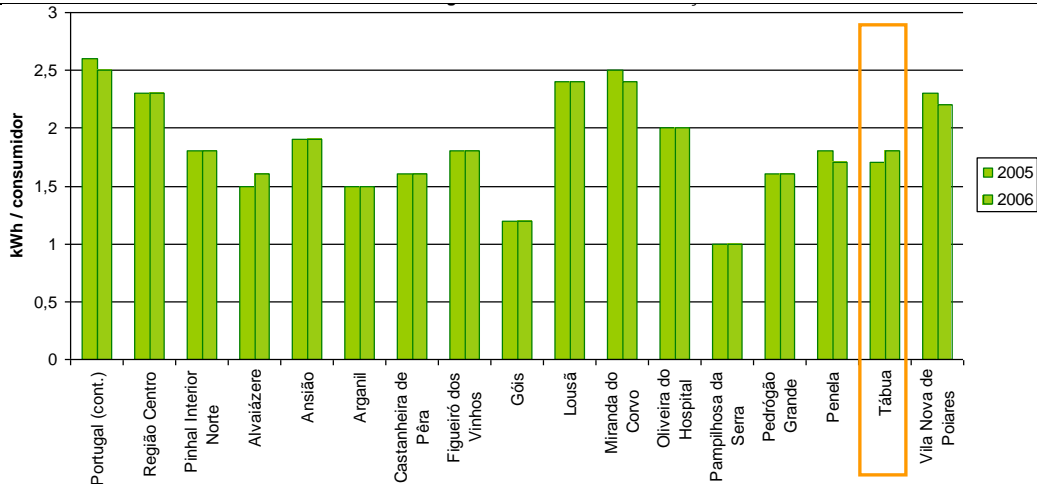


Figura 34. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor doméstico) - milhares de kWh

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

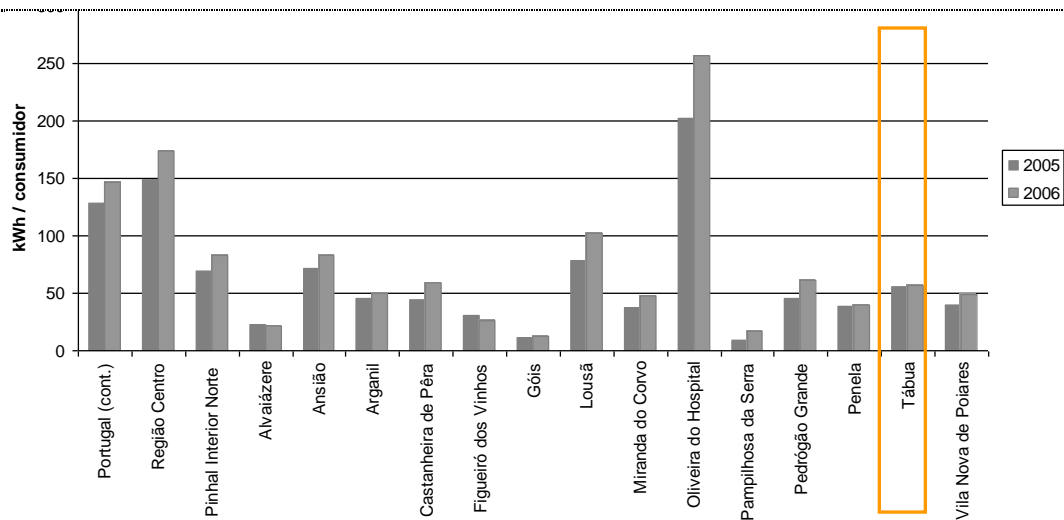


Figura 35. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor agrícola) - milhares de kWh

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

O consumo do sector **doméstico aumentou no período em análise, em contraciclo com a dinâmica populacional negativa registada nesse mesmo espaço temporal**. Atendendo ao valor do consumo médio por habitante, **Tábua não é o Concelho mais ineficiente do Pinhal Interior Norte**. Cada município consome em média **1.00kWh por ano (2007)**, estando entre os valores mais baixos no conjunto da sub-Região.

O sector industrial consumiu ligeiramente mais energia eléctrica em 2006 face a 2005, num período em que as dinâmicas económicas revelam uma ligeira tendência crescente de fixação no **Concelho de unidades industriais e empresariais**, estando assim este dois indicadores em consonância.

A Câmara Municipal de Tábua promove na sua página *internet* a tomada de consciência quanto à problemática do consumo energético apelando ao bom senso na sua utilização e fornece conselhos úteis para evitar situações de desperdício. Este é por si só uma acção positiva na promoção dos princípios da sustentabilidade.



Figura 36. Campanha de sensibilização para o uso racional da energia eléctrica no Município de Tábua.

<http://www.cm-tabua.pt>

O Estado e outros organismos oficiais terão de ser o motor das mudanças comportamentais dos cidadãos, induzindo assim a alterações positivas do foro socioeconómico, apostando em políticas e projectos que visem a promoção da eficiência energética. Observe-se os consumos efectuados por estas entidades públicas à escala do Pinhal Interior Norte na Tabela 14:

Tabela 14. Energia: Edifícios do Estado/ de utilidade pública e iluminação da via pública

Unidade Territorial	Edifícios do Estado/ de utilidade pública (kWh*1000)		Capitação* (kWh)	Vias públicas(kWh*1000)		Capitação** (kWh)
	2005	2006		2005	2006	
<i>Anos:</i>	2005	2006	2006	2005	2006	2006
Região Centro	531122	549165		373878	404980	
Pinhal Interior Norte	22630	22705		23909	27039	
Alvaiázere	859	947	121	1501	1592	203
Ansião	1719	1667	123	2310	2361	174
Arganil	2552	2534	198	2112	2551	199
Castanheira de Pêra	569	461	142	824	1077	331
Figueiró dos Vinhos	1470	1362	197	1758	1901	275
Góis	912	934	210	1407	1547	348
Lousã	3180	3140	167	2024	2093	111
Miranda do Corvo	2317	2388	174	1608	1942	142
Oliveira do Hospital	2789	2978	137	3108	3865	178
Pampilhosa da Serra	1086	1049	238	1557	1724	390
Pedrógão Grande	1006	1048	255	1139	1429	348
Penela	1284	1326	211	971	1176	187
Tábua	1884	1868	151	2182	2353	191
Vila Nova de Poiares	1003	1003	134	1408	1428	191

* nº de kWh consumidos em Edifícios do Estado / de utilidade pública por habitante do Concelho

** nº de kWh consumidos na iluminação da s vias públicas por habitante do Concelho

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

Comparativamente aos Municípios do Pinhal Interior Norte, Tábua apresenta de uma forma geral, valores intermédios no consumo de energia em edifícios do Estado e/ou de utilidade pública e para a iluminação de vias públicas. Em 2006, o valor para os edifícios do Estado e/ou de utilidade pública do Concelho contribuía com 8% dos valores agregados registados na NUT III - Pinhal Interior Norte. A iluminação da via pública contribuiu com 9%.

Este é, contudo, um município que não é dos mais ineficientes, uma vez que no quadro global da região do Pinhal Interior Norte, e no que concerne o consumo de energia em edifícios do Estado e/ou de utilidade pública, apresenta o valores intermédios (Tabela 14) . Este consumo foi em 2006, de 151 kWh por habitante. Para iluminação da via pública, estava a consumir 191 kWh por habitante, revelando neste indicador, também não ser o mais ineficiente.

Relativamente ao consumo de combustível automóvel por habitante, acompanhando a tendência nacional e regional, os valores médios municipais demonstram ter sofrido uma redução do consumo de 0,6 toneladas equivalentes de petróleo (tep) para 0,5 tep, entre 2005 e 2006. o que se poderá dever a uma crescente sensibilidade para as questões da sustentabilidade ambiental (partilha de veículos, uso de transportes colectivos). Esta tendência também não será alheia ao facto de se ter verificado uma subida nos preços dos combustíveis. Os consumos de combustível neste Concelho encontram-se próximas da média do Pinhal Interior Norte, sendo esta última, inferior às médias regionais e nacionais.

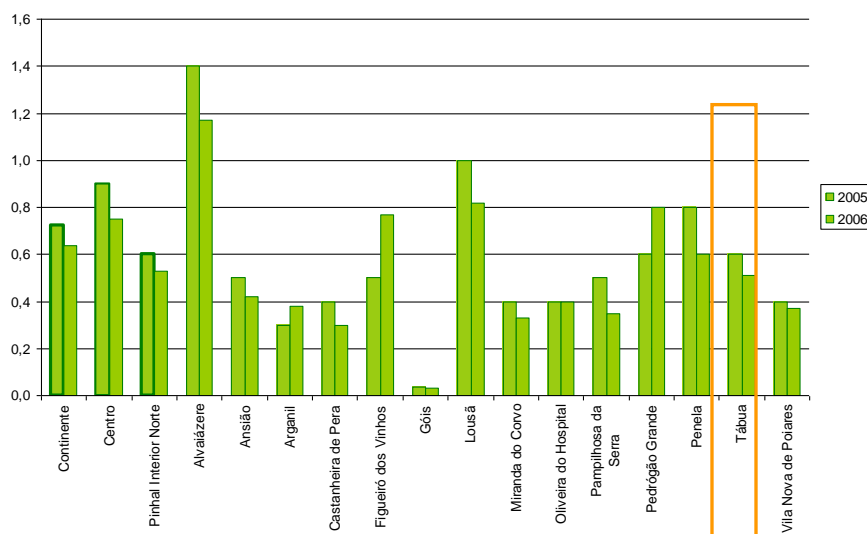


Figura 37. Consumo de combustível automóvel por habitante – tonelada equivalente de petróleo.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

Tabela 15. Consumo de combustível automóvel por habitante.

Unidade Territorial	Consumo de combustível automóvel por habitante - tep	
	2005	2006
<i>Anos:</i>		
Portugal (cont.)	0,7	0,6
Região Centro	0,9	0,8
Pinhal Interior Norte	0,6	0,5
Alvaiázere	1,4	1,2
Ansião	0,5	0,4
Arganil	0,3	0,4
Castanheira de Pera	0,4	0,3
Figueiró dos Vinhos	0,5	0,8
Góis	0,04	0,03
Lousã	1,0	0,8
Miranda do Corvo	0,4	0,3
Oliveira do Hospital	0,4	0,4
Pampilhosa da Serra	0,5	0,4
Pedrógão Grande	0,6	0,8
Penela	0,8	0,6
Tábua	0,6	0,5
Vila Nova de Poiares	0,4	0,4

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

4.2.2 Geração de energia no Concelho de Tábua

O Concelho de Tábua é um contribuinte para a eficiência energética de Portugal pela diversificação dos modos de produção, especificamente os renováveis, contando com uma central hídrica.

A central hídrica de Rei de Moinhos é uma central do tipo fio-de-água pertencente à ‘EDP Produção’ equipada com uma turbina movida pelas águas do Rio Alva. Iniciou a sua produção em 1927 com 0,2 MW de potência tendo sido remodelada em 1993 contando actualmente com 0,8 MW de potência instalada. Situa-se na freguesia de Meda Mouros, concelho da Tábua.

Segundo a Associação Portuguesa de Produtores de Energias Renováveis (APREN), o aproveitamento dos recursos renováveis disponíveis em Portugal permitiria evitar a importação e utilização de 1,3 milhões de toneladas de combustíveis fósseis em cada ano, bem como uma redução anual das emissões de dióxido de carbono (CO₂) de quase 3,0 milhões de toneladas.

A estratégia nacional para a energia prevê a revisão das metas definidas na Resolução do Conselho de Ministros nº 63/2003, de 19 de Outubro, para as várias fontes de energia renovável e prevê ainda a promoção da criação de *clusters* tecnológicos e de investimento associados às energias renováveis, como é também desígnio deste município¹⁰ nomeadamente pela exploração do potencial e aptidão para

¹⁰ Plano de Desenvolvimento do Concelho de Tábua, SPI 2007

produção de energia a partir de fontes renováveis. Os cursos de água suportam o aproveitamento para produção de energia hídrica e a floresta para produção de biomassa, existindo também potencial relacionado com a energia eólica.

4.2.3 Energia – síntese

O Concelho de Tábua não apresenta indicadores muito favoráveis no que ao consumo doméstico de electricidade diz respeito. Quanto aos consumos decorrentes da laboração agrícola, estes são superiores aos da média do Pinhal Interior Norte, denunciadores de algum dinamismo deste sector de actividade. O sector industrial não é, no cômputo geral do Pinhal Interior Norte, um dos maiores consumidores e os seus valores de utilização de energia eléctrica registaram um crescimento num período em que também se verificou um ligeiro aumento do número de empresas e sociedades ligadas às indústrias transformadoras. No que diz respeito ao consumo público de energia eléctrica (edifícios do estado/de utilidade pública e iluminação da via pública), Tábua não pode ser considerado um dos Concelhos mais eficientes do Pinhal Interior Norte.

O facto de estar a produzir energia eléctrica a partir de uma fonte renovável, contribui para um balanço que se afigura de uma forma geral positivo e que contribui para o esforço da sustentabilidade energética e ambiental no concelho, na região e no país.

4.3 Água

Uma adequada gestão da água pressupõe uma afectação racional dos recursos hídricos disponíveis. A maior preocupação deverá ser sempre a da optimização dos seus usos. Os objectivos são os de simultaneamente, maximizar o bem das populações, satisfazendo as suas necessidades actuais sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras e promover a protecção dos ecossistemas. A prossecução destes objectivos contribuirá para uma contínua melhoria da qualidade de vida. Uma correcta gestão da água em harmonia com o desenvolvimento socioeconómico permitirá, em ultima análise, contribuir para a redução das assimetrias territoriais, favorecendo a manutenção e fixação das populações no interior do país, como é o desígnio do Concelho de Tábua.

A gestão das questões associadas ao domínio da água tem sido conduzida pelo Plano Nacional da Água (PNA), o Decreto-Lei n.º 112/2002 de 17 de Abril, que visa consubstanciar uma abordagem integrada para o estabelecimento estruturado de uma estratégia racional de utilização de todos os recursos hídricos nacionais, em articulação com o ordenamento do território e a protecção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados.

Reconhecendo que “...a água não é um produto comercial como outro qualquer, mas um património, e que deve ser protegido, defendido e tratado como tal...”, o Parlamento e Conselho Europeus emitem a Directiva n.º 2000/60/CE, de 23 de Outubro, designada Directiva-Quadro da Água. A Lei n.º 54/2005 de 15 de Novembro começou por estabelecer no país a titularidade dos recursos hídricos e a Directiva é transposta para a ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro, a Lei da Água. Esta lei estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas em Portugal.

4.3.1 Água para Consumo Humano

A sociedade exige água para consumo humano de eminente qualidade dada a importância que esta representa tanto para a saúde pública como para a problemática da sua utilização racional e sustentada. O Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de Agosto regula a qualidade da água destinada ao consumo humano, revendo o Decreto-Lei n.º 243/ 2001 de 5 de Setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva Europeia 98/ 83/ CE de 3 de Novembro.

A Águas do Planalto é a concessionária do sistema público de abastecimento e distribuição de água à quase totalidade¹¹ do município de Tábua. Esta constitui-se assim como a entidade gestora e intervêm em todas as fases do ciclo da água para consumo humano: captação, tratamento, transporte em alta e distribuição em baixa. É de igual forma, responsabilidade da concessionária, a operação e manutenção

¹¹ segundo a CM Tábua, Carapinha e Meda de Mouros não são abastecidas pela Águas do Planalto

das infra-estruturas do sistema de abastecimento, composto por todas as barragens, poços e furos de captação, estações de tratamento (ETA) e reservatórios de água, assim como as condutas de adução e distribuição de água e os ramais domiciliários. Segundo dados da Autarquia a maior parte dos equipamentos que compõem o sistema encontram-se num estado funcional classificado de 'deficiente' a 'razoável'.

A concessionária, Águas do Planalto, sendo a entidade gestora é responsável pela elaboração anual do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), de acordo com a legislação, nomeadamente o referido Decreto-lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, o qual é submetido à aprovação prévia da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e dos Resíduos (ERSAR IP [antigo IRAR]). Esta é a autoridade competente para a qualidade de água para consumo humano e tem por função a verificação de todas as acções e medidas implementadas pela entidade gestora. O Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) é um instrumento que permite avaliar em continuidade a qualidade da água que chega aos consumidores pelo sistema público de abastecimento, de modo a garantir o cumprimento dos Valores Paramétricos nele estipulados.

No ano transacto de 2008, foi integralmente cumprido o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA). Os controlos da qualidade da água previstos no plano em cada ano têm revelado a existência de alguns incumprimentos dos valores paramétricos regulamentares. A seguir se expõe a síntese dos resultados para período 2005 - 2008.

Tabela 16. Evolução da qualidade da água para abastecimento público

Tábua			
Ano	Entidade gestora	% análises efectuadas em relação ao regulamentar	% análises em cumprimento dos Valores Paramétricos
2008	Águas do Planalto	100,00	98,97
2007	Águas do Planalto	100,00	98,70
2006	Águas do Planalto	99,43	97,64
2005	Águas do Planalto	100,00	97,74

Fonte: ERSAR.

Verifica-se uma melhoria da qualidade da água no período em análise. Destacam-se como factores muito positivos o cumprimento integral dos Planos de Controlo da Qualidade da Água em 2005, 2007 e 2008 a diminuição do número de valores paramétricos em incumprimento. Estes dados poderão estar a reflectir o estado de funcionamento das infra-estruturas do sistema de abastecimento Devem ser sempre identificados os incumprimentos afins de se proceder de imediato ao provimento da sua resolução, para que estes não tenham continuidade ao longo do tempo, não dando assim lugar a implicações para a Saúde Pública.

Perspectiva-se, no entanto uma oportunidade de melhoria com a entrada em funcionamento do sistema integrado de abastecimento de água da Associação de Municípios do Planalto Beirão. Este sistema abastece o Concelho a partir da barragem do Paul, e o Açude da Levadinha, e a água será conduzida para a Estação de Tratamento de Águas, construída de raiz. Refira-se, no entanto, que as captações existentes antes da entrada em funcionamento do sistema integrado, vão manter-se em serviço, funcionando como solução alternativa ou de reforço em caso de necessidade.

4.3.2 Evolução dos consumos

Os dados dos consumos de água mais recentes que o Instituto Nacional de Estatística (INE) disponibiliza, reportam aos anos de 2004 e 2005. O gráfico abaixo mostra os consumos médios por consumidor e por sector efectuados em cada um desses anos para os municípios do Pinhal Interior Norte.

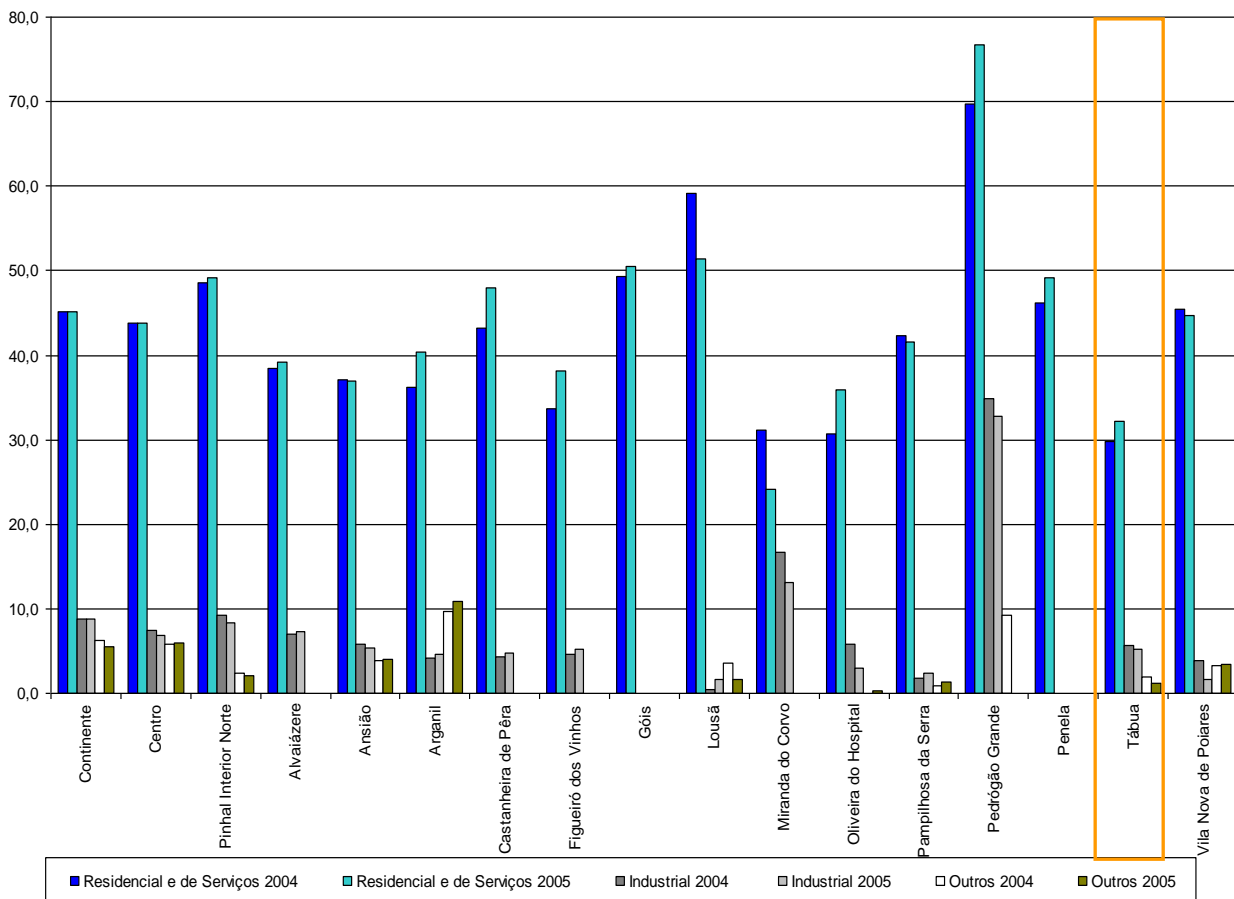


Figura 38. Consumo de água per capita por sector - m³.ano

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro, 2005 e 2006.

O Município de Tábua apresenta valores relativamente baixos no que concerne os consumos de água (por consumidor) no conjunto dos Concelhos do Pinhal Interior **Segundo os dados do INE, cada**

habitante do Concelho consumiu nesse ano (2005) para uso doméstico 32,2 m³ de água num aumento de cerca de 7,4 % face ao ano anterior. Este facto revela uma tendência negativa tendo em conta que Portugal continental sofreu nesse ano (2005) uma situação de escassez hídrica severa. Quanto aos usos industriais e para outros fins os consumos denotam uma tendência decrescente. Os valores de todas as tipologias de consumo são inferiores aos consumos médios do país, da Região Centro e do Pinhal Interior Norte, facto que demonstra um desempenho relativamente positivo no que concerne o uso racional e eficiente do recurso água.

Tabela 17. Consumo de água abastecida pela rede pública, 2005 e 2006 (em milhares de m3).

UNIDADE TERRITORIAL	Consumo de água residencial e dos serviços por habitante (m ³) por ano		Consumo								Sistemas públicos de abastecimento de água
			Total		Tipo de uso (m ³ *1000)						%
					Doméstico, Comercial e serviços		Industrial		Outros		
Anos:	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2006**
Portugal (cont.)	45,1	45,1	601 995	599 281	450 760	455 040	88 367	88 850	62 868	55 391	90
Região Centro	43,8	43,8	134 920	135 137	103 637	104 430	17 562	16 362	13 721	14 345	94
Pinhal Interior Norte	48,6	49,1	8 290	8 205	6 691	6 774	1 266	1 151	333	280	91
Alvaiázere*	38,4	39,2	371,00	386,00	314,00	328	57,00	58,00	-	-	89*
Ansião	37,1	36,9	639	633	507	504	80	74	52	55	100
Arganil	36,2	40,4	665	732	481	529	55	61	129	142	91
Castanheira de Pêra	43,2	47,9	167	178	152	162	15	16	-	-0	97
Figueiró dos Vinhos	33,6	38,1	273	304	240	267	33	37	-	-	100
Góis	49,3	50,5	230	230	230	230	-	0	-	-	76
Lousã	59,1	51,4	1 058	973	990	913	8	30	60	30	84
Miranda do Corvo	31,2	24,1	638	502	415	326	223	176	-	-	84
Oliveira do Hospital	30,7	35,8	801	855	674	783	127	65	-	7	92
Pampilhosa da Serra	42,3	41,6	218	210	205	193	9	11	4	6	88
Pedrógão Grande	69,7	76,7	490	461	300	323	150	138	40	-	99
Penela	46,2	49,2	298	313	298	313	-	-	-	-	100
Tábua	29,8	32,2	466	480	371	401	71	64	24	15	100
Vila Nova de Poiares	45,4	44,7	380	367	328	330	28	12	24	25	97

Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, 2005, 2006 e 2007.

* Para o Município de Alvaiázere : Anuários Estatísticos da Região Centro, 2003 e dados da CM Alvaiázere

** Instituto da Água I.P.: Inventário Nacional dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR)

De acordo com os dados do Instituto da Água (INAG), o Município de Tábua apresentava, em 2006, uma cobertura de 100% do sistema de abastecimento de água, sendo superior à média das NUT I, II e III. Este é um dado muito positivo do ponto de vista da equidade no acesso à água e do garante da manutenção dos seus níveis de qualidade.

4.3.3 Águas residuais

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II), do Ministério do Ambiente, estabelece como meta para 2013, que a taxa de cobertura do saneamento alcance a nível nacional 90% da população com um nível desejado de serviço em cada sistema integrado de 70% da população abrangida. No entanto, apesar do investimento e das obras realizadas de forma contínua na última década, o saneamento básico continua a ser um problema para muitos Concelhos da Região do Pinhal Interior Norte.

Em 2006 segundo dados do INE, a cobertura dos sistemas de águas residuais, a nível nacional, era de 77%, para uma taxa de 71% de tratamento efectivo dos efluentes em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Na Região Centro o valor destes mesmos indicadores era de 71% e 65% respectivamente. O pinhal Interior Norte insere-se numa realidade específica, marcada pela interioridade e pela dispersão do povoamento no território. A taxa de cobertura era nesta Região, também em 2006 de apenas 55% para os sistemas de drenagem de águas residuais e Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)

Tabela 18. Caudais de efluentes domésticos (em milhares de m³) e taxas de cobertura do sistema de drenagem (saneamento) e tratamento em ETAR, 2005 e 2006 .

UNIDADE TERRITORIAL	Drenagem de caudais efluentes domésticos por habitante (m ³) por ano		População servida por	
			%	
			Sistemas de drenagem de águas residuais**	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)**
Anos:	2004	2005	2006	2006
Portugal (cont.)	44,0	42,7	77	71
Região Centro	35,8	37,7	71	65
Pinhal Interior Norte	20,5	26,9	55	55
Alvaiázere	-	25*	25*	25*
Ansião	9,0	8,8	51	51
Arganil	64,0	68,2	92	94
Castanheira de Pêra	36,9	44,1	93	93
Figueiró dos Vinhos	6,4	6,8	31	22
Góis	37,5	38,4	71	69
Lousã	9,9	9,4	52	52
Miranda do Corvo	10,0	9,5	37	37
Oliveira do Hospital	13,6	49,9	87	85
Pampilhosa da Serra	17,5	45,9	33	41
Pedrógão Grande	29,0	50,1	63	64
Penela	15,0	15,3	29	33
Tábua	14,8	17,9	45	43
Vila Nova de Poiares	11,0	10,8	20	20

Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, INE 2007

** Instituto da Água I.P.: Inventário Nacional dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR)

* CM Alvaiázere

Enquanto o abastecimento de água abrange a totalidade da população, o cenário afigura-se menos positivo no que concerne a percentagem de população servida por ETAR. Este indicador tem, no Município de Tábua um valor inferior (43%, INAG 2006) ao da população servida pela rede de drenagem (45%, INAG 2006), revelando assim uma situação ambiental desfavorável, potencialmente

comprometedora do equilíbrio ambiental. O valor do caudal de efluentes domésticos tratados por habitante também não está entre os mais elevados do Pinhal Interior Norte.

As razões apontadas para a deficiente cobertura do serviço de saneamento básico prendem-se com vários factores, de ordem técnico-financeira os quais motivam as consequentes opções políticas. A questão do tratamento dos efluentes líquidos requer uma abordagem mais integrada. Devido à orografia deste território os projectos são de difícil execução. Ao nível do ordenamento do território, a ocupação dispersa contribui para o aumento de custos e ineficiência das redes. Acresce a isto uma fraca disponibilidade financeira. Os custos implicados fazem aumentar a dificuldade de avançar com as obras necessárias ao melhoramento e expansão da rede de saneamento básico. Politicamente existe a percepção de que avançar com este tipo de projectos pode prejudicar no próximo acto eleitoral o edil em exercício das suas funções, uma vez que um ciclo eleitoral não constitui na opinião dos executivos, tempo suficiente para levar a cabo todas as obras necessárias.

A Figura 39 sumariza a evolução dos níveis de serviço das infra-estruturas de abastecimento, saneamento básico e tratamento de águas residuais de 2004 a 2005. No quadro global, estes indicadores apresentaram, neste período temporal, uma evolução bastante favorável.

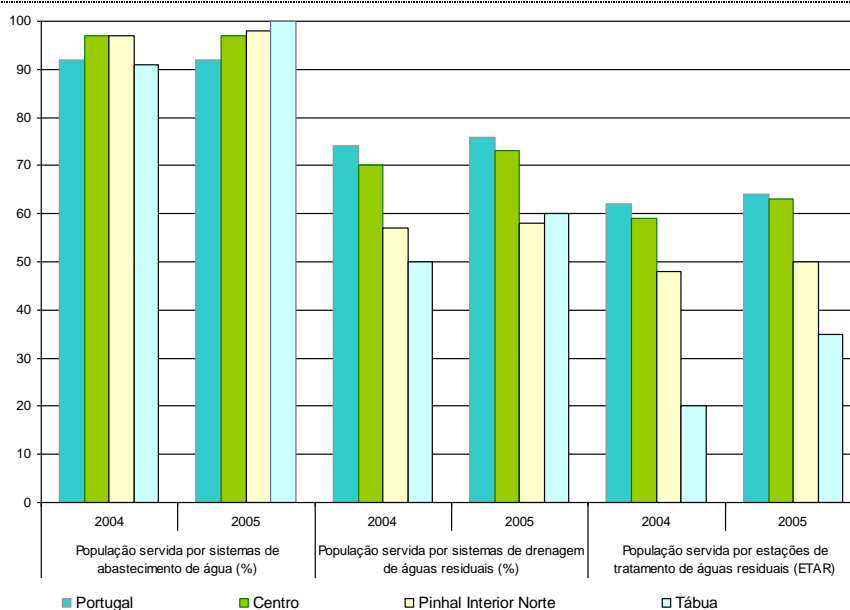


Figura 39. População servida por infra-estruturas de abastecimento e saneamento no Município de Tábua, PIN, Região Centro e Portugal (%).

Fonte: INE, Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico, 2005 e Instituto da Água I.P: Inventário Nacional dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR)

A Câmara Municipal de Tábua está a envidar esforços no sentido de melhorar a taxa de cobertura das infra-estruturas de drenagem de efluentes pela construção e requalificação dos seus sistemas de saneamento básico. Foram já realizadas melhorias pela beneficiação de ETAR's e outros sistemas de tratamento de esgotos e pelos estudos prévios/projectos de infra-estruturas de tratamento de efluentes

e/ou redes de saneamento, e mais acções desta índole estão previstas. (Relatório de Gestão, 2008 e Grandes Opções do Plano, 2009).

Com a implementação das infra-estruturas e contínua optimização do funcionamento dos sistemas estão reunidas as condições para um contínuo melhoramento dos indicadores de qualidade da água no Município de Tábua.

4.3.4 Aguas superficiais e subterrâneas

O Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego¹² (onde se inscreve o Concelho) refere o facto da ocupação humana poder dar lugar a vários tipos de contaminação, com especial incidência nas povoações que não são servidas por sistemas de saneamento básico. O nível de tratamento de águas residuais não é totalmente abrangente, a actividade industrial é diversificada e como tal os sistemas particulares (fossas sépticas) poderão constituir uma ameaça, devido a má construção, conservação ou à sua colocação em locais pouco adequados. O tipo de poluição resultante é sobretudo microbiológica, mas também se traduz por aumento de nitratos e outros compostos.

As praias fluviais do Pinhal Interior Norte obtiveram, no entanto, segundo o relatório anual sobre a “Qualidade das Águas Balneares”, do Instituto da Água I.P., classificação positiva na análise à qualidade das suas águas.

4.3.5 Agua – Síntese

Quanto à qualidade da água para consumo humano, as análises efectuadas no início de 2009 revelam problemas pontuais da sua degradação. Os sistemas de abastecimento servem a totalidade da população do Concelho, facto que se constitui como um aspecto positivo do ponto de vista da optimização do uso da água enquanto recurso escasso e da monitorização da sua qualidade. Os consumos totais são relativamente baixos quando comparados com os valores dos restantes municípios do Pinhal Interior Norte. Os consumos domésticos e dos serviços apresentaram uma tendência de aumento, mas os consumos industriais e para outros fins diminuíram.

Um aspecto a melhorar, relacionado com o ciclo da água no Concelho de Tábua, é o da drenagem e tratamento dos efluentes. Contudo estão a ser envidados os esforços pela entidade concessionária, a Águas do Centro, e pelo Município com vista a alargar a cobertura dos sistemas de saneamento básico e tratamento em ETAR o que irá necessariamente conduzir a uma melhoria do desempenho deste

¹² Síntese da qualidade da água subterrânea do plano De Bacia Hidrográfica do Mondego, disponível em: <http://www.ccdrc.pt/regiao/bacias-hidrograficas/mondego>.

Concelho quanto a estes indicadores. A qualidade das águas superficiais e subterrâneas está fortemente dependente da libertação de efluentes não tratados no ambiente. Como tal a melhoria das condições de resposta a esta problemática terá repercussões globais positivas em todas as vertentes decorrentes do uso da água no Concelho e no Pinhal Interior Norte.

4.4 Ruído

A poluição sonora é nas sociedades contemporâneas um indicador muito importante de qualidade de vida. O ruído é susceptível de causar alterações na saúde física e mental do ser humano. Reconhecendo este facto, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia emitem a Directiva 2002/49/CE de 25 de Junho relativa à Avaliação e Gestão do Ruído Ambiente. Esta advoga o princípio de que no planeamento, ordenamento do território e urbanismo, devem ter primazia as soluções que melhor assegurem a tranquilidade e o repouso das populações nos locais destinados à habitação, trabalho e lazer, considerando os mapas de ruído a ferramenta de diagnóstico privilegiada para determinação do grau de sensibilidade das populações ao ruído.

Em termos da legislação vigente no território nacional, o Decreto-Lei 9/2007, de 17 de Janeiro que aprova o Regulamento Geral do Ruído é peremptório ao afirmar inequivocamente no seu preâmbulo que “a prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações constitui tarefa fundamental do Estado, nos termos da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases do Ambiente.”

A legislação aplicável, na figura do Regulamento Geral do Ruído, em articulação com outros normativos como o regime jurídico da urbanização e da edificação e o de autorização e licenciamento de actividades, estabelece que as câmaras municipais devem recorrer a informação acústica adequada aquando da elaboração, alteração ou revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), devendo para esse efeito, proceder à elaboração de mapas de ruído.

Estes mapas constituem não somente uma ferramenta de diagnóstico, como também um importante instrumento de intervenção na gestão e controlo da poluição sonora. Através da informação neles disponibilizada é possível identificar as situações prioritárias a serem alvo de planos e estratégias de mitigação. Segundo o estipulado no artigo 8.º do Regulamento Geral do Ruído, as zonas sensíveis ou mistas expostas a ruído que exceda os valores limites devem ser objecto de Planos de Redução de Ruído, cuja elaboração é da competência dos municípios. Os objectivos são os da preservação de zonas com níveis sonoros regulamentares, a selecção de áreas prioritárias para redução de níveis de ruído não regulamentares e a criação de zonas sensíveis ou mistas, com níveis sonoros compatíveis com os seus usos. Estes planos têm carácter regulamentar e programático e vinculam os particulares e as entidades públicas, sendo aprovados pela assembleia municipal, sob proposta da Câmara municipal.

Saliente-se o facto de estes planos não serem obrigatórios para todas as áreas do Concelho onde se excedam os limites. A prevalência de níveis sonoros elevados tem por si só pouca relevância se os mesmos não se traduzirem em efectivos incómodos. Os Planos de Redução de Ruído devem-se aplicar a áreas objecto de zonas mistas¹³ ou sensíveis¹⁴ onde os limites legais não estejam a ser verificados.

A Carta de Ruído do Município de Tábua encontra-se em elaboração.

4.5 Resíduos

A produção de Resíduos Sólidos é um dos principais problemas ambientais que as sociedades actuais enfrentam. Torna-se assim imperativo o desenho de políticas que possam sensibilizar as populações para esta problemática, incentivando e promovendo a tomada de consciência quanto ao correcto destino a dar aos resíduos. Pretende-se que esta sensibilidade acrescida tenha influência no comportamento do cidadão para que este seja cada vez mais cívico e que cada indivíduo contribua para a preservação ambiental e, de uma forma mais óbvia, para a manutenção da higiene pública, designadamente no que diz respeito a salubridade e asseio dos espaços públicos e naturais.

No que concerne a preservação ambiental e salvaguarda dos recursos naturais, condições necessárias à operacionalização das premissas da sustentabilidade, saliente-se o papel preponderante desempenhado pela deposição selectiva de resíduos. Reduzindo na origem, valorizando, reutilizando e reciclando a maior parte dos resíduos sólidos produzidos, estar-se-ão a diminuir os seus impactos, a nível territorial, energético, da biodiversidade entre outros.

Importa então saber o que pode ser considerado “Resíduos Urbanos”. O Decreto-lei 178/06 de 5 de Setembro, define como sendo “O resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações. A gestão do resíduo constitui parte integrante do seu ciclo de vida, sendo da responsabilidade do respectivo produtor. Exceptuam-se do disposto no número anterior os resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1100 l por produtor, caso em que a respectiva gestão é assegurada pelos municípios.”

No que se refere aos agentes responsáveis pelas diferentes fases do ciclo de tratamento, tratando-se dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados, a recolha é realizada pela Cespa Portugal no âmbito do contrato com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão. O destino destes resíduos é a deposição no Aterro do Planalto Beirão (propriedade da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão).

¹³ **Zonas mistas:** áreas definidas para outras utilizações para além das referidas na definição de zonas sensíveis;

¹⁴ **Zonas sensíveis:** áreas definidas para usos habitacionais, escolas, hospitais, espaços de recreio e lazer, entre outros. Podem conter unidades de comércio ou serviços de utilização local e sem funcionamento nocturno.

4.5.1 Produção de resíduos

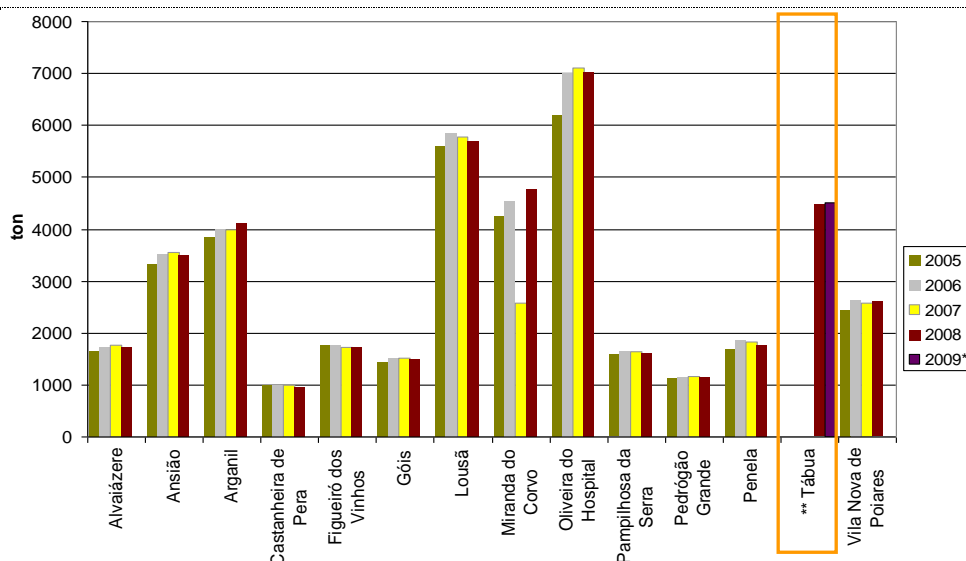


Figura 40. Produção de resíduos sólidos urbanos em 2005, 2006, 2007 e 2008.

Fonte: ERSUC, Resíduos Sólidos do Centro, S.A..

* Estimativa (com base nas médias mensais) das quantidades de rsu a serem produzidas até ao final de 2009.

** No Município de Tábua, o tratamento dos rsu está a cargo da Associação de Municípios do Planalto Beirão.

Em 2008, de acordo com os dados da Câmara Municipal de Tábua, foram produzidas 4457,18 ton de rsu. Com base nas quantidades produzidas de Janeiro a Setembro é possível obter uma estimativa das quantidades a registar para 2009. Será expectável um ligeiro aumento nas quantidades de Resíduos produzidas para um total de cerca de 4515 ton..

Observando a Tabela 19 pode constatar-se que os habitantes do Concelho estão, no conjunto do Pinhal Interior Norte, entre os maiores produtores individuais de resíduos com quase 1 kg por pessoa e por dia.

Tabela 19. Produção de resíduos sólidos urbanos em 2007 e 2008 e respectiva variação nesse período.

Unidade Territorial	População	Prod. RSU (Kg /habitante.dia)		Variação (%)
Anos:	2007 (INE)	2007	2008	2007-2008
Alvaiázere	7 827	0,613	0,595	-3,0
Ansião	13 591	0,710	0,696	-2,1
Arganil	12 799	0,846	0,867	2,5
Castanheira de Pera	3 250	0,833	0,792	-5,0
Figueiró dos Vinhos	6 901	0,678	0,678	0,0
Góis	4 446	0,923	0,907	-1,7
Lousã	18 786	0,844	0,834	-1,3
Miranda do Corvo	13 686	0,937	0,956	2,1
Oliveira do Hospital*	21 714	1,060	1,060	0,0
Pampilhosa da Serra	4 416	1,005	0,984	-2,0
Pedrógão Grande	4 111	0,756	0,740	-2,1
Penela	6 287	0,789	0,760	-3,7
Tábua *	12 331	-	0,992	
Vila Nova de Poiares	7 491	0,942	0,949	0,8

* Nos Municípios de Oliveira do Hospital e de Tábua, o tratamento dos rsu está a cargo da Associação de Municípios do Planalto Beirão.

Fonte: ERSUC.- Resíduos Sólidos do Centro, S.A

4.5.2 Recicláveis

Quanto à deposição selectiva de resíduos, não foi possível obter dados quantitativos desagregados por tipo de resíduos (embalagens, Papel/Cartão, Vidro). Contudo, a perspectiva de vir a aumentar a proporção de recicláveis poderá vir a ter bases mais sólidas para a sua concretização com uma aposta por da Câmara Municipal e outras instituições na optimização da logística de recolha. Também a sensibilização ambiental se revela nestes casos um meio eficaz de veicular os princípios da sustentabilidade associados à gestão de resíduos.



Figura 41. Campanha de sensibilização para a gestão dos resíduos na página *internet* do Município de Tábua.

Fonte: www.cm-tabua.pt

O caso do Município de Tábua poderá num prazo mais distendido vir a tornar óbvias as vantagens de introduzir programas e iniciativas desta índole, com evidentes efeitos benéficos.

Para atingir uma contínua melhoria quanto aos indicadores de deposição separativa de resíduos, existe no Concelho de Tábua um Ecocentro onde é possível depositar uma gama mais vasta de materiais para além das fileiras habituais (vidro, plástico e metal, papel e cartão). Resíduos como sucatas, resíduos de jardim, electrodomésticos, resíduos de demolições, óleos usados, madeiras e outros resíduos de grandes dimensões são depois reencaminhados para correcto tratamento e valorização.

4.5.3 Outros resíduos / Óleos alimentares usados

Ainda reconhecendo as crescentes ameaças que representa a incorrecta deposição tratamento do resíduo 'óleo alimentar usado', ao provocar danos, tanto nos ecossistemas naturais como nas infra-estruturas de saneamento (condutas e sistemas de tratamento), o Município implementou um projecto de recolha deste resíduo. *“Trata-se de um projecto dinamizado em parceria com a empresa Tratris – Tratamento de Resíduos Industriais Perigosos S.A. que há já três anos recolhe os óleos alimentares usados pelos restaurantes e cantinas, submetendo-os ao tratamento necessário(...)”* com vista à sua transformação em biocombustíveis.

Esta é uma iniciativa que se coaduna com o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados, Decreto-lei nº 267/2009 de 29 de Setembro de 2009, o qual atribui um papel de relevo aos municípios no estabelecimento de objectivos concretos para a constituição de redes municipais de recolha deste resíduo. A relevância atribuída à intervenção da autarquias está ainda, em consonância com a Directiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, que prevê a participação activa das autoridades locais no cumprimento dos objectivos nacionais em matéria de energias renováveis. (*incl.* Biocombustíveis). Será assim feita uma relevante contribuição para a melhoria do desempenho do Município de Tábua na promoção da sustentabilidade, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento e valorização (*incl.* energética) de todo o tipo resíduos produzidos no seu território.

4.5.4 Resíduos Industriais

Quanto aos resíduos do tipo industrial, cabe aos seus produtores recorrer a entidades acreditadas para a recolha, armazenamento e tratamento desses resíduos, no entanto, apenas as empresas de maior capacidade em termos de infra-estruturas e capital recorrem, com a frequência necessária, a estas entidades. O município apenas procede à recolha dos resíduos das empresas que sejam equiparados a urbanos.

4.5.5 Resíduos - Síntese

Os habitantes do Concelho, produzem individualmente quantidades elevadas de resíduos.

Contudo a existência de um Ecocentro e as campanhas de sensibilização para a gestão dos resíduos conduzidas pela Autarquia afiguram-se como factores positivos na promoção da sustentabilidade.

A atenção que é dada à problemática dos óleos alimentares usados pode representar uma resposta muito positiva dada pelo município aos desafios colocados pela necessidade de tratar e valorizar correctamente este resíduo.

O Município deverá contudo continuar a promover campanhas de sensibilização e alargar o seu campo de actuação no que respeita a outros tipos de resíduos que não os lixos domésticos e recicláveis (embalagens, papel, vidro). Deve ser feita uma abordagem mais integrada de forma a abranger, por exemplo, os resíduos inertes resultantes das actividades de construção civil e a disponibilização um serviço gratuito de recolha de resíduos volumosos (electrodomésticos, móveis, pneus, sucata etc.) encaminhando-os para o correcto tratamento e valorização, evitando que estes sejam depositados sem qualquer critério na via pública ou nos espaços naturais.

5. DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL

5.1 Dinâmica Populacional

5.1.1 Evolução demográfica global

O Concelho de Tábua registou em 2001 uma população residente de 12 602 habitantes, o que representa um **ligeiro decréscimo** de 3,6% relativamente ao recenseamento geral da população de 1991. Estes valores significam **uma continuação da tendência** verificada na década de 80, quando chegou a registar 13 456 habitantes.

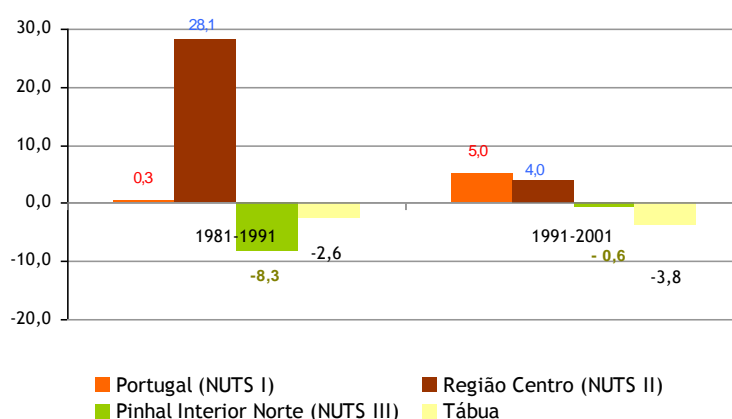


Figura 42. Taxas de crescimento populacional nos decénios 1981-1991 e 1991-2001.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 1981, 1991, 2001.

As taxas de crescimento descritas configuram uma situação divergente relativamente à evolução verificada na Região Centro e no território nacional. A análise de estimativas do INE, referente a períodos posteriores a 2001, permite inferir da **continuação da evolução** descrita no parágrafo anterior. De acordo com esses dados, prevê-se que a população tenha atingido 12 307 habitantes em 2008.

Com base nas taxas de crescimento registadas nos últimos anos, é possível fazer uma estimativa aproximada da população para o ano 2015 (Figura 43). Esta estimativa configura uma situação de ligeiro abrandamento das taxas verificadas nos últimos anos, prevendo-se uma certa estabilização em torno dos 12 300 habitantes no ano 2015.

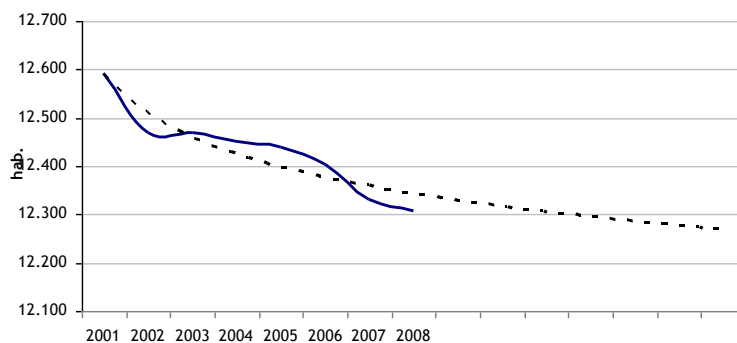


Figura 43. População residente no Concelho de Tábua e estimativa para o ano 2015.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001 e estimativas da população.

5.1.2 Taxas de mortalidade e natalidade

As taxas de crescimento populacional são explicadas (i) pelo saldo de crescimento natural, representando o diferencial entre nascimentos e óbitos, e (ii) pelo saldo migratório, composto pelo diferencial entre entradas e saídas de população, reflectindo o poder de atracção do Concelho. A análise desta informação relativamente a Tábua evidencia a **forte contribuição do saldo natural para a evolução decrescente da população** (Figura 44).

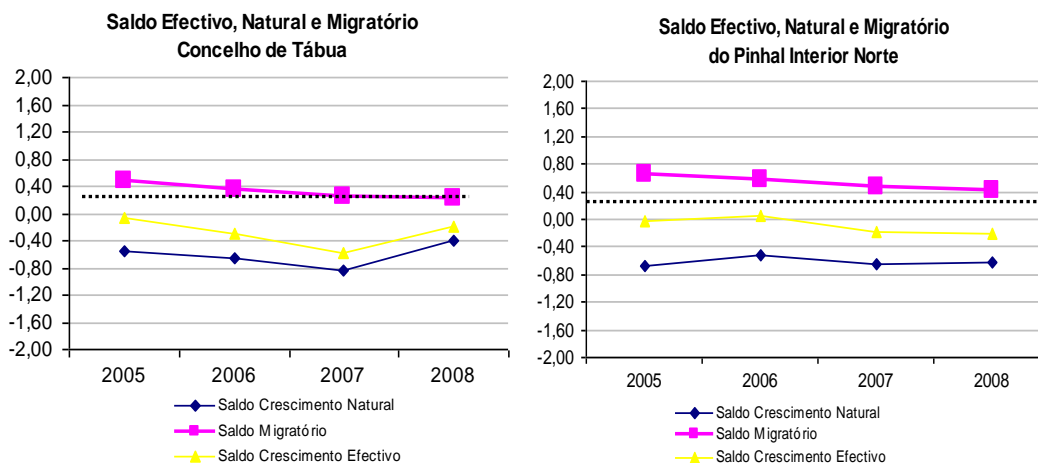


Figura 44. Evolução do saldo efectivo, natural e migratório do PIN (à esq.) e de Tábua (dir.).

Fonte: INE, Estimativas da população (2005-2008).

Como se depreende dos gráficos, o crescimento negativo dos últimos anos (2005 a 2008) foi explicado essencialmente pelo **saldo natural negativo** (a azul), ou seja, **o número de óbitos tem superado consistentemente o número de nascimentos** no Concelho, tendo-se cifrado na ordem dos 5‰ em 2008. Acresce que no período em causa, a taxa de natalidade registou um acréscimo positivo de 6%, enquanto que a taxa de mortalidade sofreu uma ligeira diminuição. O comportamento destas variáveis ajuda a entender a **atenuação da tendência de crescimento negativo previsto para os anos**

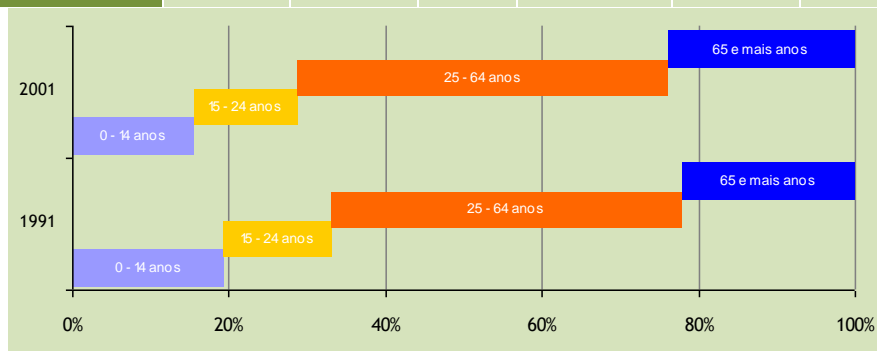
vindouros. Por sua vez, atestando alguma atractividade do Concelho, **o saldo migratório registou sempre valores positivos**, contribuindo para atenuar o impacto do decréscimo natural do Município.

5.1.3 Distribuição populacional por ciclos de vida

O cenário demográfico apresentado nos parágrafos anteriores, prefigura uma sociedade em ligeiro processo de envelhecimento. De facto, a faixa etária das pessoas com mais de 65 anos representava em 2001 24% da população, sendo **o grupo etário a experimentar o maior aumento populacional (4,3%)**. Inversamente, o número de crianças e jovens (0 aos 14 anos) decresceu, no mesmo período, 22,3%. Em termos proporcionais este grupo representava em 2001 apenas 16% da população. O índice de envelhecimento traduz a relação entre estes dois patamares da pirâmide etária. Em 1991, este índice somava 115 indivíduos com mais de 65 anos por 100 crianças e jovens com menos de 14; em 2001, este índice situava-se já nos 154. Com base nas estimativas mais recentes, prevê-se que esse valor tenha aumentado para 161 em 2008.

Tabela 20. População residente por ciclo de vida.

Grupo etário	População Residente		Variação da População		Proporção relativa	
	1991	2001	Nº	%	1991	2001
Total	13.101	12.602	-499	-3,8%	100%	100%
0 - 14 anos	2.528	1.963	-565	-22,3%	19%	16%
15 - 24 anos	1.814	1.677	-137	-7,6%	14%	13%
25 - 64 anos	5.863	5.942	79	1,3%	45%	47%
65 e mais anos	2.896	3.020	124	4,3%	22%	24%



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001.

5.1.4 Densidade populacional

Como já foi abordado anteriormente, o Concelho de Tábua apresenta uma **densidade populacional baixa** no contexto do Pinhal Interior Norte: 61 km²/habitante.

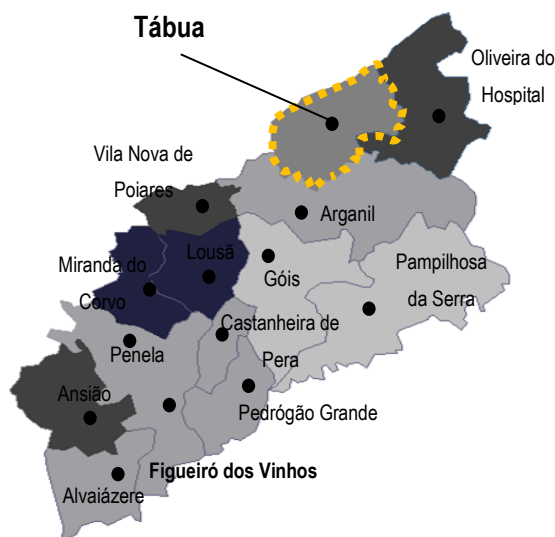


Figura 45 .Densidade populacional dos concelhos do PIN.

Fonte: SPI.

A tabela seguinte ilustra a distribuição intraconcelhia da população do Concelho de Tábua. A população encontra-se dispersa pelas diversas freguesias, no entanto, a tendência de **concentração da população nas sedes de concelho em oposição ao esvaziamento dos territórios** envolventes é perfeitamente visível. De facto, a freguesia sede, que alberga cerca de $\frac{1}{4}$ da população, e constituindo a freguesia mais densamente povoada (122 hab./km²), apresenta **um crescimento populacional considerável (20%)**. Midões é a segunda freguesia mais importante em termos de população residente, mas ao contrário da freguesia sede apresenta uma evolução negativa da sua população. O decréscimo populacional constitui na verdade a regra no conjunto das freguesias do Município com a excepção mencionada da sede e da freguesia do Covelo.

Tabela 21. População e densidade populacional nas freguesias de Tábua.

Local de residência (à data dos Censos 2001)	Densidade populacional			População residente		
	1991	2001	1991	2001	Varição (v.a.)	Varição
	N.º/km ²	N.º/km ²	nº	nº	nº	%
Tábua (Concelho)	65,57	63,08	13101	12602	-499	-4%
Ázere	67,44	66,28	813	799	-14	-2%
Candosa	73,21	71,81	834	818	-16	-2%
Carapinha	44,60	43	420	405	-15	-4%
Covas	74,14	68,84	1288	1196	-92	-7%
Covelo	20,79	22,95	279	308	29	10%
Espariz	83,90	78,61	810	759	-51	-6%
Meda de Mouros	33,61	29,15	256	222	-34	-13%
Midões	103,80	87,55	2083	1757	-326	-16%
Mouronho	44,95	40,96	1080	984	-96	-9%
Pinheiro de Coja	36,66	30,44	448	372	-76	-17%
Póvoa de Midões	79,72	69,32	759	660	-99	-13%
São João da Boa Vista	57,74	49,12	569	484	-85	-15%
Sinde	39,22	33,52	544	465	-79	-15%
Tábua	102,29	122,32	2538	3035	497	20%
Vila Nova de Oliveirinha	84,53	75,19	380	338	-42	-11%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, séries históricas.

5.1.5 Dinâmica populacional – síntese

O Concelho de Tábua tem vindo a registar um ligeiro decréscimo da sua população desde os anos 80. A análise de estimativas do INE permite inferir da continuação dessa tendência para os anos vindouros mas com valores inferiores ao verificados anteriormente. Para esta evolução contribui de sobremaneira um saldo natural consistentemente negativo mas de valores decrescentes. Em contraste, e atestando alguma atractividade do Concelho, o saldo migratório registou sempre valores positivos, permitindo atenuar a diminuição da população.

O Concelho de Tábua apresenta uma densidade populacional baixa no contexto do Pinhal Interior Norte, em que se assiste a uma concentração da população nas sedes de concelho em oposição ao esvaziamento dos territórios. De facto, a freguesia sede é a mais densamente povoada e ao mesmo tempo a que apresenta o maior crescimento populacional. No conjunto das restantes freguesias o decréscimo populacional constitui na verdade a regra.

5.2 Educação e Recursos Humanos

Os sistemas educativos desempenham um papel fundamental na promoção do crescimento económico e da coesão social, no desenvolvimento das capacidades plenas dos jovens e na construção de sociedades saudáveis e cheias de vitalidade¹⁵.

¹⁵ Ministério da Educação (2008), "Políticas de valorização do primeiro ciclo do ensino básico em Portugal".

5.2.1 Equipamentos de educação e formação

O parque escolar de Tábua encontra-se dividido em dois agrupamentos escolares de tamanhos dissimilares: Tábua e Midões. O agrupamento de Tábua engloba 7 escolas do pré-escolar, 14 escolas de 1º ciclo, um escola de 2º ciclo e uma escola de 3º ciclo com secundário. Midões agrupa as escolas de 1º ciclo das freguesias de Midões e de Covas e o pré-escolar das freguesias de Covas, Midões e Póvoa de Midões. Tábua dispõe ainda de uma escola profissional – EPTOLIVA, no âmbito de um consórcio com os municípios de Oliveira do Hospital e Arganil.

Tabela 22. Equipamentos escolares do Município de Tábua.

	Pré-escolar		EB 1	EB 2,3	Secundário	Ensino Profissional	Total
	Público	Privado	Público	Público	Público		
Ázere	1		3				4
Candosa	1		2				3
Carapinha			1				1
Covas	1		2				3
Covelo							0
Espariz	1		1				2
Meda de Mouros	1		1				2
Midões	1		1	1			3
Mouronho			1				1
Pinheiro de Coja	1		1				2
Póvoa de Midões	1						1
São João da Boa Vista			1				1
Sinde	1		1				2
Tábua	1	1	1	1	1	1	6
Vila Nova de Oliveirinha							0
	10	1	16	2	1	1	31

Fonte: Carta Educativa de Tábua (2007).

De acordo com a Carta Educativa do Concelho de Tábua (2007), a actual rede escolar apresenta algumas **deficiências em termos de estado de conservação e condições de higiene e segurança**. Este documento assinala também a **elevada dispersão dos estabelecimentos escolares**, e frequentes **taxas de ocupação abaixo do desejável**, colocando obstáculos à resolução dos problemas infra-estruturais. Em termos específicos para cada nível de ensino a Carta Educativa identifica os seguintes questões:

- **Educação pré-escolar:** apresentam taxas de ocupação muito boas, correspondendo também à procura potencial. Em termos de infra-estrutura física, apresentam um estado de conservação razoável mas condições de segurança insuficientes;
- **Educação do 1º ciclo do ensino básico:** apresentam índices de ocupação abaixo do desejável, configurando uma situação de sobre-dimensionamento. O parque escolar apresenta igualmente alguma degradação das instalações bem como condições de segurança insuficientes. Em

contraste, em todas as escolas são servidas refeições. A presença generalizada de computadores e *Internet* e programas de enriquecimento curricular, nomeadamente actividade física e desportiva e ensino de música configuram boas condições de mobiliário e equipamento pedagógico;

- **Educação do 2 e 3º ciclo do ensino básico:** instalações de boa qualidade, com bom estado de conservação e condições de segurança. No entanto, apontam-se algumas insuficiências na escola de Midões;
- **Ensino Secundário:** taxa de ocupação muito baixa. A oferta curricular resume-se às áreas de Ciências e Tecnologias e de Línguas e Literaturas e apenas um curso tecnológico – Informática.

A escola profissional EPTOLIVA dispõe actualmente de cinco cursos profissionais (2009-2010), mas somente um ministrado no Pólo de Tábua – Técnico de Turismo Ambiental e Rural. Os cursos correspondem ao nível 3 (12ºano).



Figura 46. Vista do edifício do Pólo da EPTOLIVA em Tábua.
Fonte: Eptoliva.

5.2.2 Analfabetismo

A taxa de analfabetismo atinge valores elevados no contexto regional e nacional. No entanto, a evolução da taxa do Município encontra-se alinhada com as outras escalas de referência, permitindo reduzir a percentagem de pessoas que não sabem ler nem escrever para 13%, sensivelmente o mesmo valor que a média da sub-Região do Pinhal Interior Norte.

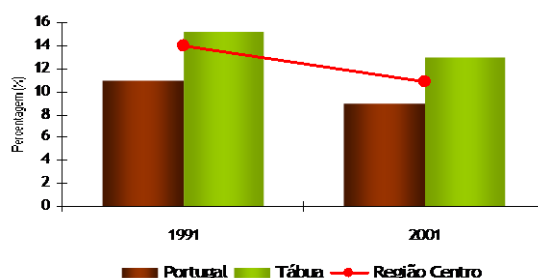


Figura 47. Taxa de analfabetismo no Concelho de Tábua.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 1991 e 2001.

5.2.3 Níveis de escolaridade

No contexto da sociedade do conhecimento os níveis de escolaridade e consequentemente de qualificação da população, constituem indicadores relevantes do grau de preparação desse território face aos desafios inerentes a tendências como a globalização e a mudança de paradigma de uma economia baseada na exploração de recursos naturais para uma economia baseada no capital humano. Os elevados níveis de analfabetismo de Tábua, muito embora médios a nível sub-regional, permitem inferir de índices reduzidos de escolaridade.

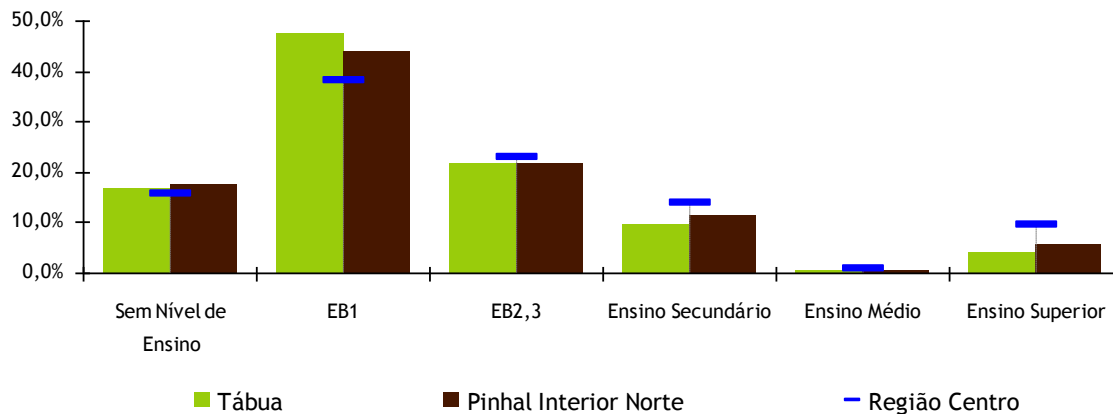


Figura 48. População residente por nível de escolaridade.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001.

De acordo com a figura anterior, é assim possível concluir:

- **16,6% de pessoas sem qualquer instrução;**
- **Predominância das pessoas com qualificação básicas:** a soma de indivíduos com o 4º e o 9º ano (ensino básico do 1º ciclo e do 3º ciclo respectivamente) totaliza quase 70% da população;
- **Escassez de indivíduos com o nível secundário ou superior.**

Apesar do cenário descrito, a tendência verificada no decénio intercensitário 1991-2001 não poderá deixar de ser considerada notável: o número de pessoas com qualificação superior cresceu 262%, o equivalente a 375 pessoas.

5.2.4 Insucesso e abandono escolar

A taxa de insucesso e abandono escolar constituem obstáculos para a alteração do quadro de baixos níveis de escolaridade. O quadro seguinte refere-se à taxa de abandono escolar nos vários concelhos do Pinhal Interior Norte, bem como das escalas de referência regional e nacional. Os valores referentes a Tábua são **claramente elevados** relativamente aos valores de referência.

Tabela 23. Taxa de abandono escolar nos municípios PIN.

Localização Geográfica	Taxa de abandono escolar (%)
Portugal	2,79
Região Centro	2,19
Pinhal Interior Norte	2,59
Alvaiázere	2,96
Ansião	1,87
Arganil	4,37
Castanheira de Pera	2,23
Figueiró dos Vinhos	1,66
Góis	3,94
Lousã	1,17
Miranda do Corvo	1,32
Oliveira do Hospital	2,97
Pampilhosa da Serra	2
Pedrógão Grande	2,58
Penela	0,88
Tábua	4,09
Vila Nova de Poiares	3,14

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001.

Concomitantemente, a taxa de retenção e desistência¹⁶ apresenta valores superiores à média regional no que se refere ao 3º ciclo do ensino básico (28%), problema igualmente identificado na Carta Educativa local.

¹⁶ A taxa de retenção e desistência traduz-se pela relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo (GEPE – Ministério da Educação).

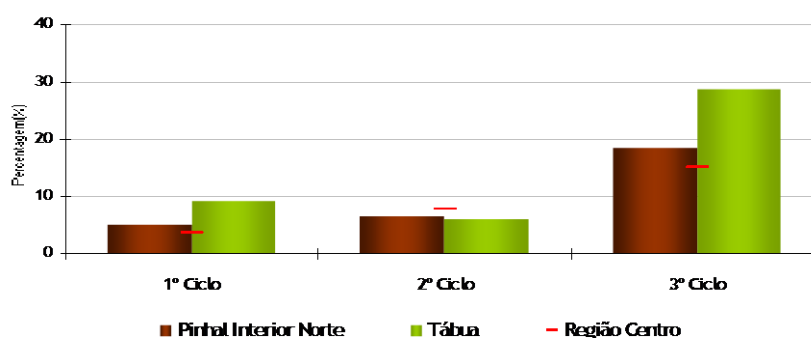


Figura 49. Taxa de retenção e desistência - Tábua, Pinhal Interior Norte e Região Centro.
Fonte: GEPE, Estatísticas da Educação, 2007/2008.

5.2.5 Educação e recursos humanos - síntese

O parque escolar de Tábua encontra-se dividido em dois agrupamentos escolares – Tábua e Midões, a que acresce uma escola profissional – EPTOLIVA. A rede escolar caracteriza-se por uma elevada dispersão do parque escolar, bem como algumas deficiências em termos de estado de conservação e condições de higiene e segurança e taxas de ocupação abaixo do desejável, que representam obstáculos à resolução dos problemas infra-estruturais.

A taxa de analfabetismo atinge valores elevados no contexto regional e nacional, acompanhada de índices reduzidos de escolaridade, traduzidos nomeadamente na predominância de pessoas apenas com qualificação básica e na escassez de indivíduos com o nível secundário ou superior. A este cenário somam-se taxas de insucesso e abandono escolar elevados.

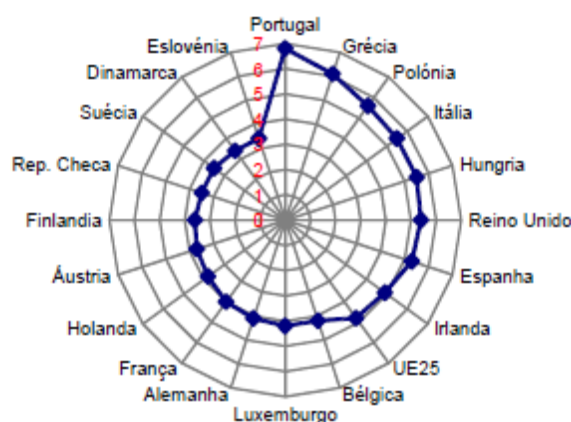
5.3 Coesão Social

5.3.1 Problemáticas sociais

A pobreza e a exclusão social são entendidas como fenómenos resultantes da escassez de recursos para responder às necessidades básicas e padrão de vida da sociedade actual. Estes são fenómenos complexos, não podendo ser limitados apenas a questões económicas (e.g. rendimento), mas manifestam-se em áreas como a habitação ou o acesso aos serviços básicos. Em Portugal o fenómeno tem como uma das principais causas o tipo de desenvolvimento que o país conheceu, bem como o modo como se verifica ou a adaptação ao rápido processo de modernização registado nas últimas décadas¹⁷. A inclusão social é uma das prioridades ao nível da União Europeia e de cada um dos 27 Estados-

¹⁷ Plano Nacional de Acção para a Inclusão, 2006-2008.

Membros. Embora, no ano de 2006, Portugal continua a apresentar uma **posição bastante preocupante ao nível da desigualdade na distribuição dos rendimentos**, no panorama da UE25.



Nota: relação entre quintis extremos

Figura 50. Desigualdade na distribuição dos rendimentos, em 2006.

Fonte. Departamento de Prospectiva e Planeamento, "Desenvolvimento Sustentável e Competitividade. Informação Socioeconómica", caderno nº 4, 2008.

Em 1997 foi criado, em Portugal, o Programa Rede Social, com o objectivo de erradicar a pobreza e a exclusão social através de acções concretas a diversas escalas, das quais se destaca a municipal. À escala municipal, este programa pretende estimular a existência de redes de apoio social, objectivando a cobertura equitativa do País em serviços e equipamentos sociais através da conjugação de esforços de diferentes entidades. Os Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) e os Planos de Desenvolvimento Social (PDS) são os principais instrumentos deste programa.

O Programa Rede Social de Tábua foi criado em Janeiro de 2000, com o intuito de **“articular e congregar esforços, no sentido de planear medidas e acções concretas que promovam o desenvolvimento social local”**¹⁸. O Diagnóstico Social é um instrumento fundamental para a acção da Rede Social e tem como objectivo a identificação e atribuição de prioridades às problemáticas do Concelho. Constitui também a base para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Social, que desenha a estratégia para combater os desafios sociais identificados. Este documento identificou as seguintes prioridades de intervenção. Este documento, elaborado em 2003, identificou as seguintes problemáticas prioritárias:

¹⁸ Fonte: Município de Tábua.

Tabela 24. Problemáticas identificadas no Diagnóstico Social de Tábua.

MUITO IMPORTANTE	IMPORTANTE
<ul style="list-style-type: none"> • Carência de habitações e habitação degradada • Menores em risco • Ausência de apoio domiciliário integrado • Abandono escolar precoce • Emprego precário 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de centros de ocupação de tempos livres • Falta de recursos humanos • Insuficiente apoio à 1ª infância • Doentes terminais ou em dependência total • Consumo excessivo de álcool • Falta de transportes

Fonte: Diagnóstico Social de Tábua.

Do estrito âmbito social, destacam-se:

- **Menores em risco.** A existência de menores cujo desenvolvimento físico e psíquico se encontra ameaçado exige a intervenção de equipas especializadas de acompanhamento sistemático e individualizado que neste momento não existem;
- **Consumo excessivo de álcool,** considerando-se que se encontram associadas razões de ordem sócio-cultural;
- **Falta de ocupação específica para jovens,** nomeadamente em termos de ATL, que no presente não existem.
- **Ausência de apoio domiciliário integrado a idosos,** que possibilite a resposta a necessidades ao nível da higiene e mais prementes a doentes dependentes;
- **Insuficiência de equipamentos de apoio à 1ª infância,** consubstanciado claramente na falta de creches.

A sociedade de Tábua é relativamente dependente de prestações sociais do Estado Central. Como é possível constatar na figura seguinte, as pensões abarcam cerca de 35% da população do Concelho, destacando-se as pensões por velhice com pouco mais de 20%. No contexto do PIN, estes valores são médios, mas não deixam de reforçar a necessidade de uma quadro institucional forte de apoio social.

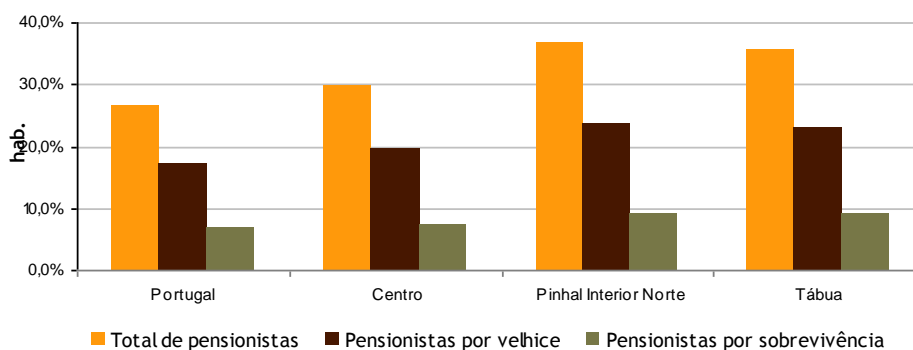


Figura 51. Número de pensionistas: por velhice, por sobrevivência e total.

Fonte: Anuário Estatístico, 2007.

O indicador do número de beneficiários do rendimento social permite apreciar a necessidade de apoio presente no Município, em virtude de remunerações abaixo de um determinado limiar. Atendendo à Figura 52, constata-se que apresenta níveis elevados de pedidos de apoio financeiro.

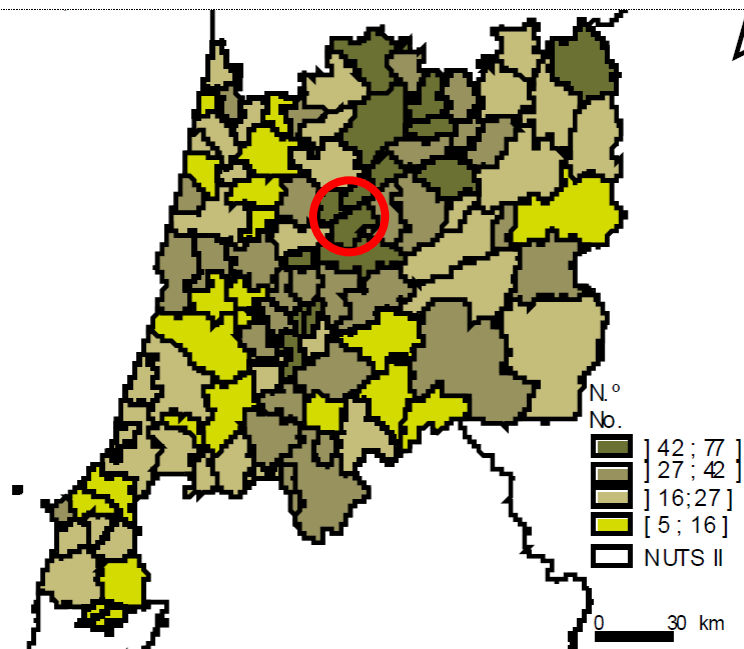


Figura 52. Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes nos municípios da Região Centro . A vermelho indicação do Município de Tábua.

Fonte: MTSS, 2007.

Em termos compósitos, o nível de desenvolvimento social do Concelho pode ser avaliado através do indicador do Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Este indicador é constituído por outros indicadores como a esperança de vida à nascença, o nível educacional da população e conforto e os níveis de saneamento básico. A partir desse índice podem-se categorizar os diferentes concelhos do país em 4 classes, de acordo com os intervalos seguintes: IDS 1 (0,639-0,824); IDS 2 (0,825-0,855); IDS 3 (0,856-0,899); IDS 4 (0,900-0,935). A indicação dos valores para a totalidade dos municípios da sub-região do Pinhal Interior Norte bem como de Portugal, encontram-se disponibilizados no gráfico seguinte.

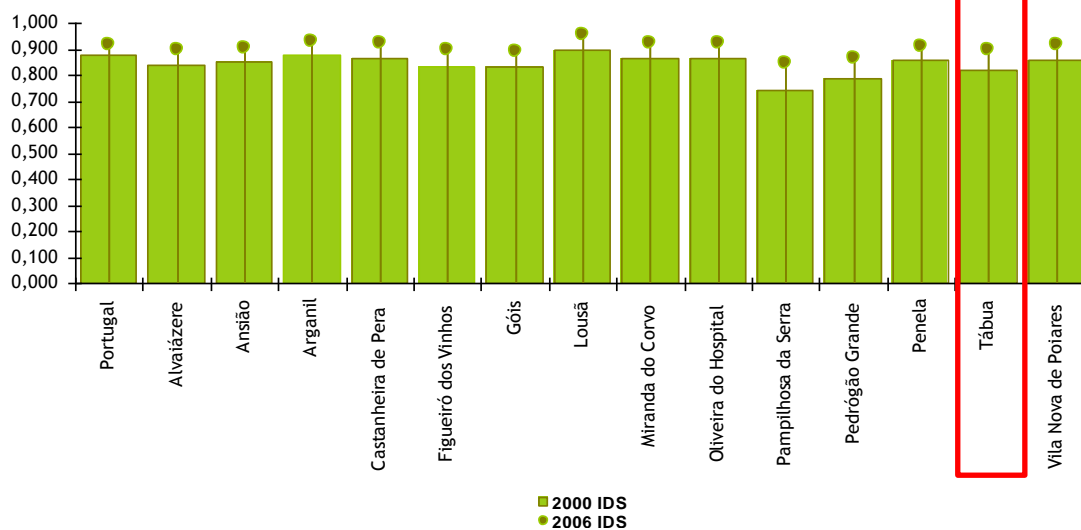


Figura 53. Índice de Desenvolvimento Social nos municípios do PIN e média nacional.

Fonte: Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Os valores para a totalidade dos municípios da sub-Região permitem contextualizar o nível de desenvolvimento social do Concelho (medido exclusivamente por este indicador compósito). Da leitura do gráfico sobressai a **evolução positiva** que Tábua empreendeu desde 2000, permitindo-lhe alcançar o nível 3 de desenvolvimento social. Os resultados do investimento local em infra-estruturas básicas, em equipamentos de ordem social, na acção social e em áreas como a Saúde e a Educação são visíveis.

5.3.2 Dinâmicas de apoio social

A resposta do Concelho compreende a prestação de serviços de cariz social através da sinalização de situações de risco e através de programas de intervenção e apoio que compreendem designadamente a dotação de equipamentos de apoio social. Neste âmbito o Município de Tábua dispõe dos seguintes programas/projectos:

- **Programa Rede Social**, já mencionado;
- **Projecto de Desenvolvimento Integrado de Acção Social (PDIAS)**: vocacionado para a acção junto de indivíduos e famílias carenciados no sentido de satisfazer necessidades prementes;
- **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens**: vocacionado para a protecção de crianças e jovens face a situações de perigo, maus-tratos e/ou abandono;
- **Projecto “Tábua Progride em Rede”**. Este projecto pretende contribuir para a inclusão de grupos vulneráveis da sociedade, através da intervenção em quatro eixos de intervenção:

escolar, formação e reintegração profissional, apoio social a grupos específicos (famílias e idosos) e de divulgação;

- **Projecto Comunitário de Ajudas Alimentares a Carenciados**, destinado a providenciar alimentação a famílias e pessoas sem meios de subsistência;
- **PROMAPHA**. Consiste num programa de apoio a agregados familiares (carenciados do ponto de vista económico), no sentido de contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade do edificado do Concelho;
- **Programa de Voluntariado de Tábua**.

O suporte institucional a estes programas, bem como as actividades correntes, decorrem de uma rede de equipamentos de apoio social. Estes equipamentos são divididos consoante o público-alvo: idosos, infância e outros grupos sociais carenciados. A informação existente diz respeito ao levantamento efectuado em 2001, no âmbito da elaboração do Diagnóstico Social local, encontrando-se assim desactualizado. Assim, de acordo com esta informação, em termos de equipamentos de apoio a idosos, a oferta concelhia consistia em:

- 9 Centros de Dia nas freguesias de Ázere, Covas, Espariz, Meda de Mouros, Midões, Mouronho e Tábua;
- 8 Instituições com valência de apoio domiciliário, em Ázere, Covas, Espariz, Meda de Mouros, Mouronho; a Fundação Sarah Beirão/António Costa Carvalho, a Santa Casa da Misericórdia de Tábua e o Centro Social da Paróquia de Midões;
- 2 Instituições com valência de Lar de Idosos, sediadas na sede do Concelho.

Os **equipamentos existentes não eram suficientes para responder à procura por parte da população, verificando-se a existência de listas de espera consideráveis** (230 idosos).

Em relação a equipamentos de apoio a infância, a única creche existente dizia respeito a Santa Casa da Misericórdia, implicando **a existência de listas de espera consideráveis**. Existiam igualmente 9 centros de actividades de tempos livres e um centro de ocupação juvenil. No apoio social destaque-se o Centro de Acolhimento Temporário de Menores, que funciona em articulação com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

5.3.3 Coesão social – síntese

O Programa Rede Social de Tábua constitui o núcleo do desenvolvimento de acções de natureza social do Concelho, destacando-se como organização capaz de articular e congregar esforços, no sentido de planear medidas e acções concretas que promovam o desenvolvimento social local. Neste âmbito foram identificadas prioridades de intervenção, destacando-se a existência de menores em risco, a persistência

de consumo excessivo de álcool e carências ao nível de equipamentos, nomeadamente a falta de formas de ocupação dos tempos livres, o apoio à 1ª infância e o apoio domiciliário a idosos. O Município apresenta também níveis elevados de pedidos de apoio financeiro.

O Município tem empreendido um caminho positivo desde 2000 no âmbito do desenvolvimento social. Neste âmbito dispõe de um conjunto de programas e projectos complementares de apoio social, sobressaindo para além do Programa Rede Social já referido, o projecto Tábua Progride em Rede, de apoio multidireccionado e o PROMAPHA, vocacionado para a melhoria das condições de habitabilidade do imobiliário local.

5.4 Saúde e Bem-Estar

5.4.1 Cuidados de saúde

A rede de cuidados de saúde local consiste num **Centro de Saúde localizado na sede de Concelho e 4 extensões distribuídas pelas freguesias de Covas, Espariz, Mouronho e Midões**. Segundo o Diagnóstico Social de Tábua, em 2000, 14 806 indivíduos constavam como utentes, compreendendo uma cobertura superior a 100%. Os serviços disponibilizados por este equipamento incluía o serviço de ambulatório, o serviço de saúde pública e o serviço de atendimento permanente (SAP). Na tabela seguinte disponibilizam-se alguns indicadores de cuidados de saúde, correspondentes a Tábua, Região Centro e Portugal (valores de referência).

Tabela 25. Indicadores de cuidados de saúde.

	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	Consultas por habitante
Portugal	5,1	3,6	0,3	3,9
Centro	5,0	3,1	0,3	4,1
Pinhal Interior Norte	1,9	0,9	0,4	3,8
Tábua	2,4	0,8	0,4	3,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2007.

A leitura da tabela evidencia a falta de pessoal médico em comparação com a média regional e nacional. A carência ao nível de médicos e a equiparação ao nível de consultas por habitante sugere o alargamento dos horários dos profissionais do centro de saúde.

O quadro seguinte mostra as taxas de mortalidade associada a enfermidades graves, permitindo constatar que o Concelho apresenta níveis médios comparativamente à média regional e nacional.

Tabela 26. Indicadores de saúde, Município de Tábua, PIN, Região Centro e Portugal.

	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa de mortalidade por tumores malignos
Portugal	3,1	2,1
Centro	3,6	2,3
Pinhal Interior Norte	4,1	2,5
Góis	3,9	3,1

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2007. Valores referentes a 2006.

5.4.2 Bem-estar

A promoção do bem-estar e de estilos de vida activos poderá traduzir-se na disponibilização de oportunidades para a prática de exercício físico, associada ou não à valorização do ambiente natural. Segundo o Diagnóstico Social do Concelho de Tábua (dados de 2000), existe uma **rede “considerável” de equipamentos desportivos** (Tabela 27). Pelo contrário, existem casos de sub-aproveitamento de equipamentos desportivos, por exemplo a freguesia de Espariz e Mouronho, traduzindo a falta de programação destes equipamentos e das actividades desportivas a nível concelhio.

Para além da utilização dos equipamentos desportivos, o Concelho proporciona o usufruto saudável do ambiente natural do território através da disponibilização de infra-estruturas. A este nível destaca-se a praia fluvial da Ronqueira e da Meda de Mouros, o parque de lazer de Espariz e diversos percursos pedestres/cicláveis que associam a prática desportiva com a valorização do património natural do Concelho.

Tabela 27. Equipamentos desportivos.

	Grandes Campos de Jogos	Pequenos Campos de Jogos	Pavilhões	Salas de Desporto	Piscinas Cobertas	Piscinas Descobertas	Outros	
Ázere	1	2						3
Candosa		1		1				2
Carapinha								0
Covas		1						1
Covelo								0
Espariz	1		1					2
Meda de Mouros	1		1					2
Midões	3	1		1				5
Mouronho		1		1				2
Pinheiro de Coja		1						1
Póvoa de Midões	1							1
São João da Boa Vista			1					1
Sinde								0
Tábua	2	1	1		1			5
Vila Nova de Oliveirinha							2	2
Total	9	8	4	3	1	0	2	27

Fonte: Diagnóstico Social de Tábua (2003).

5.4.3 Saúde e bem-estar - síntese

O Concelho dispõe de um Centro de Saúde localizado na sede de Concelho e 4 extensões distribuídas pelas freguesias de Covas, Espariz, Mouronho e Midões. Contudo estes equipamentos apresentam insuficiência de pessoal médico ao serviço, em comparação com a média regional e nacional.

Em termos de promoção de estilos de vida saudável, o Concelho dispõe de uma rede “considerável” de equipamentos desportivos, existindo inclusivamente casos de sub-aproveitamento, resultante da falta de programação das actividades desportivas nas diversas freguesias. Existem também infra-estruturas para o usufruto saudável do ambiente natural do território através da disponibilização de infra-estruturas.

5.5 Justiça, Prevenção e Segurança

Tábua dispõe de uma tribunal judicial, um posto da Guarda Nacional Republicana e duas corporações de bombeiros. Os valores constantes da tabela seguinte permitem aferir dos índices de criminalidade no Concelho.

Tabela 28. Taxa de criminalidade por categoria de crimes.

	Total	Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal
Portugal	37,8	5,7	1,6	6,3	1,9	1,9
Centro	30,3	4,7	0,4	4,7	2,1	1,6
Pinhal Interior Norte	25,1	5,1	-	2,8	1,2	1,1
Tábua	20,9	4,9	0,0	3,1	0,6	0,8

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2007. Valores em %.

Os indicadores revelam uma sociedade com **baixos níveis de criminalidade**, em que os **crimes contra a integridade física e o roubo** constituem os casos mais frequentes.

5.6 Cultura e Criatividade Local

5.6.1 Origens

As origens do Município e a apropriação humana deste território ao longo do tempo encontram testemunho no património cultural do Concelho. Tábua não possui registos escritos anteriores ao século XII que atestem as suas origens, mas possui **diversos vestígios da passagem da passagem de povos**¹⁹. Peças de cerâmica, inscrições românicas, bem como um legado de pontes e vias construídas

¹⁹ Município de Tábua (2007), “Tábua, Um Passado Com Futuro”.

na época da civilização romana constituem as provas dessa passagem que são hoje objecto de investigação arqueológica, nomeadamente em Pedra da Sé e Fundo da Vila.

A Vila de Tábua possui património histórico bastante mais recente: a Igreja de Santa Maria Maior, do século XIX, a interessante Capela do Senhor dos Milagres, do séc. XVIII e ainda a Biblioteca e Casa-Museu Sara Beirão. Midões possui casas senhoriais dos séculos XVII a XIX, bem como a Capela de São Sebastião, com inscrições romanas e a Igreja de São Miguel.



Figura 54. Capela do Senhor dos Milagres (séc. XVIII).

Fonte: viajar.clix.pt

5.6.2 Dinâmicas culturais e de criatividade

O Município assume-se como o principal promotor de iniciativas culturais. A dinâmica local também é marcada pelas associações recreativas e culturais do Concelho, responsáveis pela colaboração e implementação de algumas iniciativas municipais. **É a biblioteca municipal que constitui o principal equipamento cultural** do Concelho, lugar da realização de iniciativas de dinamização e animação da leitura, mas também exposições de natureza variada (Figura 55) e eventos do Coral Polifónico de Tábua.

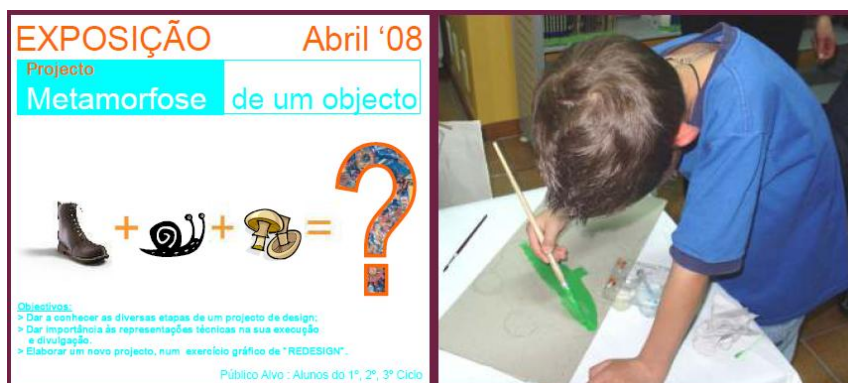


Figura 55. Cartaz de divulgação de exposição na Biblioteca Municipal de Tábua.

Fonte: Boletim Informativo da Biblioteca Municipal João Brandão (Abril, 2008).

No entanto, a dinâmica e vivência cultural local encontram-se ainda intrinsecamente associadas ao modo de vida local, constituindo-se também como uma importante meio de sustentação económica. Neste âmbito refira-se dois recursos endógenos perfeitamente identificáveis fora do Concelho: o **Queijo da Serra** e o **vinho Dão**. As características inconfundíveis do aroma e paladar do queijo tornam-no o ex-libris de toda a região beirã, sendo invocado para a realização de uma importante feira de promoção (Feira do Queijo em Midões). De acordo com o Município de Tábua, esta Feira é sobretudo uma mostra deste produto, onde estão presentes os produtores e pastores das freguesias de Póvoa de Midões, Midões e Vila Nova de Oliveirinha. No entanto, a Feira compreende também a mostra e divulgação de outros produtos eminentemente locais como o mel, os enchidos, os licores e especialmente o vinho Dão.

5.6.3 Cultura e criatividade local – síntese

As origens do Município e a apropriação humana deste território ao longo do tempo encontram testemunho no património cultural do Concelho, nomeadamente em termos de vestígios da passagem de povos, ou mais recentemente no rico património cultural das Vilas de Tábua e Midões.

O Município assume-se como o principal promotor de iniciativas culturais e a biblioteca municipal como o principal espaço de animação cultural, não só de dinamização da leitura, mas também exposições e eventos. A dinâmica e vivência cultural encontram-se ainda intrinsecamente associadas ao modo de vida local, através da forte presença e importância de dois recursos endógenos perfeitamente identificáveis: o Queijo da Serra e o vinho Dão.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

6.1 Dados Gerais

O Instituto Nacional de Estatística não disponibiliza dados desagregados ao nível do Concelho no que concerne a quantificadores de rendimento ou o consumo das famílias. Como tal, a análise das dinâmicas económicas do Concelho de Tábua é aqui levada a cabo com recurso ao Indicador do Poder de Compra *per capita* (IPC)²⁰. Desta forma é possível relativizar o poder de compra de que gozam os habitantes do Pinhal Interior Norte e do Concelho de Tábua face à média nacional.

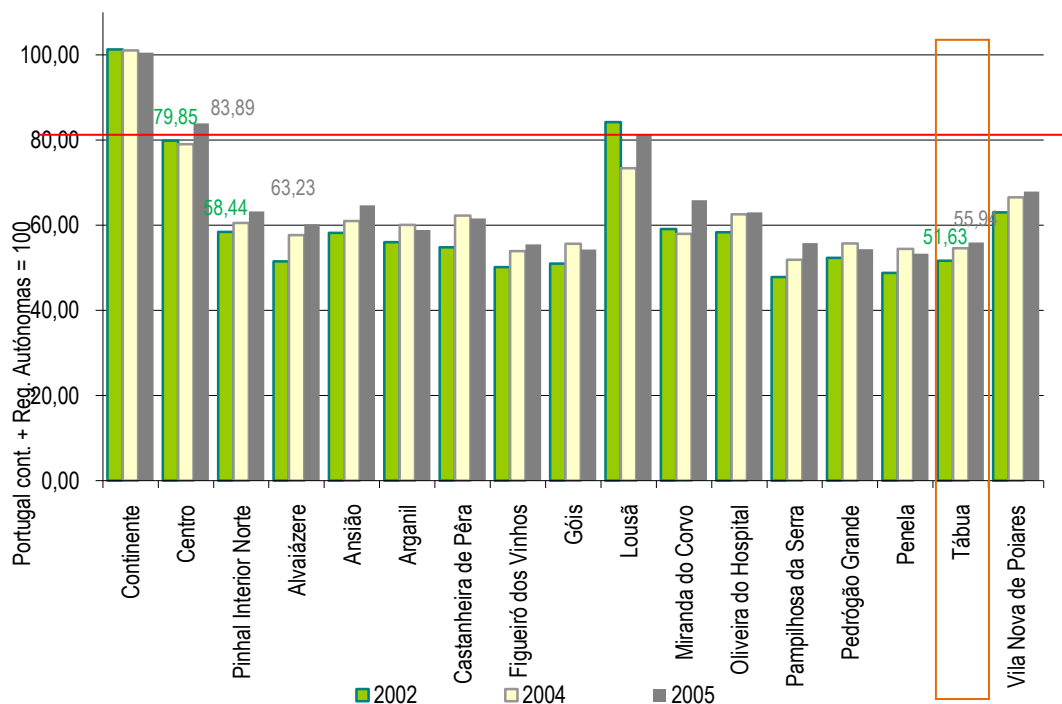


Figura 56. Evolução do Indicador do poder de compra *per capita* na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Concelho de Tábua, entre 2002 e 2005.

Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2002, 2004 e 2005.

De acordo com os dados do INE, o Indicador do Poder de Compra (IpC) do Município de Tábua tem um valor inferior ao da média nacional, da Região Centro e do valor registado para a NUTS III de referência – Pinhal Interior Norte. A evolução deste índice mostra que apesar de Portugal continental ter vindo a perder poder de compra, o mesmo não se verifica nem para o Pinhal Interior Norte, nem para o Concelho de Tábua, pese embora o facto de serem bastante menores, os Indicadores do Poder de Compra para estes dois territórios.

²⁰ "Estudo sobre o poder de compra concelhio" - INE, 2005.

Em 2005, relativamente ao valor 100 de referência da média Nacional, o poder de compra de Portugal continental situava-se nos 100,25, o Pinhal Interior Norte apresentava um valor de 63,23, e cada habitante do Concelho de Tábua tinha um poder de compra médio de 55,94 relativamente ao valor de referência nacional.

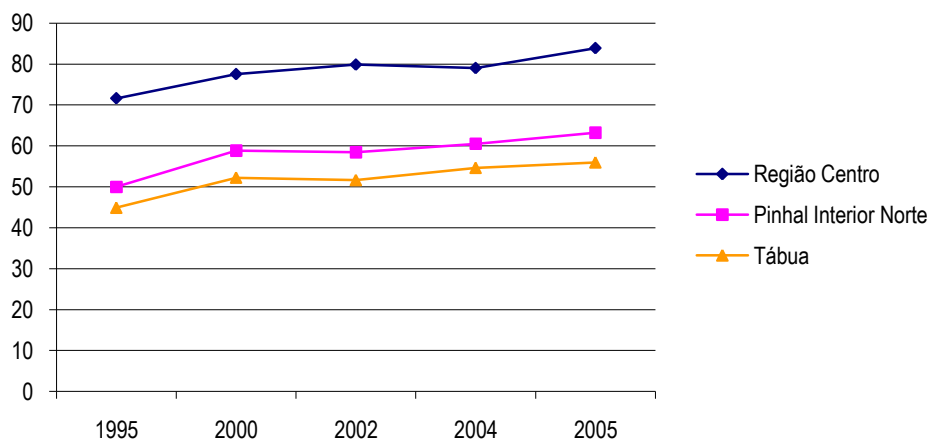


Figura 57. Evolução do indicador do poder de compra *per capita* na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Tábua entre 1995 e 2005.

Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 1995, 2000, 2002, 2004 e 2005.

De 1995 a 2005, este indicador sofreu uma evolução globalmente favorável. A variação face a 1995 foi de 19,8% no Concelho de Tábua e de 20,9% no Pinhal Interior Norte, enquanto a Região Centro apenas registou um aumento na ordem dos 14,6%.

Apesar de ter visto subir os seus índices de poder de compra, fica patente que tanto o Concelho de Tábua como a NUTS III – Pinhal Interior Norte, enfrentam o desafio de dinamizar a sua economia, por forma a que haja geração e distribuição de riqueza, afim de conseguir elevar os rendimentos e por conseguinte o poder de compra das suas populações.

6.2 Emprego

6.2.1 Taxa de actividade

Na década intercensitária de 1991 – 2001, a taxa de actividade²¹ no Concelho de Tábua, evoluiu de forma positiva, registando uma variação de cerca de 2,9%, resultado sobretudo do significativo aumento da taxa de actividade da população do sexo feminino. Ainda assim, em ambas as escalas de análise (Concelho e Pinhal Interior Norte) os valores da taxa de actividade são inferiores aos registados na Região Centro. De

²¹ Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem, a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. (quociente entre o número total de activos e a população em idade de trabalhar).

referir a significativa diferença de 15,5% entre as taxas de actividade do sexo masculino e feminino, no ano de 2001. Fica aparente uma débil participação por parte da população feminina no mercado laboral.

Tabela 29. Taxa de actividade entre 1991 e 2001.

Unidade Territorial	Taxa de actividade (%)						
	1991			2001			Var. 91 - 01
	HM	H	M	HM	H	M	
Portugal	44,6	54,3	35,5	48,2	54,8	42,0	3,6
Região Centro	41,6	52,3	31,6	45,5	52,9	38,6	3,9
Pinhal Interior Norte	36,3	47,6	26	41,9	49,8	34,5	5,6
Alvaiázere	33,5	45,4	23,1	34,6	45,3	25,0	1,1
Ansião	37,6	52,5	23,7	42,0	51,6	33,2	4,4
Arganil	34,8	45	25,6	43,2	52,3	34,8	8,4
Castanheira de Pera	37,9	46,1	30,5	38,7	46,3	31,8	0,8
Figueiró dos Vinhos	35,3	47,9	23,8	40,6	50	32,2	5,3
Góis	27,4	38,8	17,7	38,6	46,3	31,8	11,2
Lousã	40,1	51,0	30,0	47,8	54,2	41,7	7,7
Miranda do Corvo	39,7	50,8	28,9	46,0	51,7	40,5	6,3
Oliveira do Hospital	39,6	49,5	30,3	43,0	50,6	35,9	3,4
Pampilhosa da Serra	26,3	33,3	20,3	34,6	42,5	27,7	8,3
Pedregão Grande	30,6	42,2	20,2	34,9	42,2	28,3	4,3
Penela	32,7	45,9	20,6	38,7	46,3	31,6	6
Tábua	37,1	47,4	27,6	40,0	48,0	32,5	2,9
Vila Nova de Poiares	37,9	51,4	25,7	44,4	52,2	37,2	6,5

HM – total (homens e mulheres); H – Homens; M – Mulheres.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001.

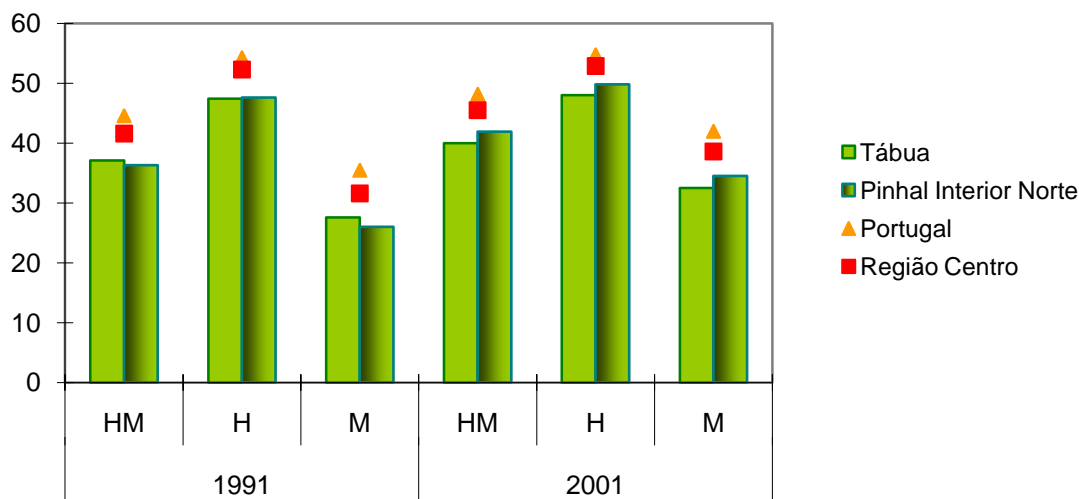


Figura 58. Evolução da taxa de actividade no período intercensitário 1991 – 2001.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001.

6.2.2 Desemprego

Quanto à taxa de desemprego, esta seguiu uma tendência análoga à nacional, regional e sub-regional: um aumento dos seus valores. No caso do Município verificou-se um acréscimo de 3,9%. Para esta evolução contribuiu de forma assinalável o aumento do desemprego na população do sexo feminino, que atingiu 9,6%.

Tabela 30. Taxa de desemprego entre 1991 e 2001.

Unidade Territorial	Taxa de desemprego						
	1991			2001			Var. 91 - 01
	HM	H	M	HM	H	M	
Portugal	6,1	4,2	8,9	6,8	5,2	8,7	0,7
Região Centro	5,1	3,1	8,1	5,8	3,9	8,1	0,7
Pinhal Interior Norte	4,6	2,8	7,5	5,6	3,5	8,5	1,0
Alvaiázere	3,8	2,4	6,4	4,7	2,7	7,9	0,9
Ansião	4,7	2,9	8,5	4,9	2,7	8	0,2
Arganil	5,1	4,1	6,7	4,9	3,1	7,5	-0,2
Castanheira de Pera	8,1	5,3	12	16,6	10,1	25,1	8,5
Figueiró dos Vinhos	6,4	3,5	11,6	5	3,7	6,8	-1,4
Góis	5,6	1,6	13,1	5,5	2,8	8,9	-0,1
Lousã	7,4	4,2	12,5	6,3	3,6	9,5	-1,1
Miranda do Corvo	3,7	2	6,6	5,3	3,3	7,7	1,6
Oliveira do Hospital	3,4	2,2	5,1	4,6	3,1	6,5	1,2
Pampilhosa da Serra	3,7	3	4,7	3,3	2,8	4	-0,4
Pedrógão Grande	4,2	2,6	7,1	6,8	4,5	10	2,6
Penela	4,5	2,6	8,5	4,9	3,2	7,4	0,4
Tábua	2,8	2,0	4,2	6,7	4,6	9,6	3,9
Vila Nova de Poiares	3,6	2,1	6,2	6,9	3,6	11,1	3,3

HM – total (homens e mulheres); H – Homens; M – Mulheres.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001.

Apesar desta evolução, Tábua apresenta um valor de taxa de desemprego feminino superior ao registado no Pinhal Interior Norte e na Região Centro. O mesmo se verifica para a taxa de desemprego total. Embora esta seja inferior à nacional, verifica-se que o desemprego é uma questão premente neste Concelho.

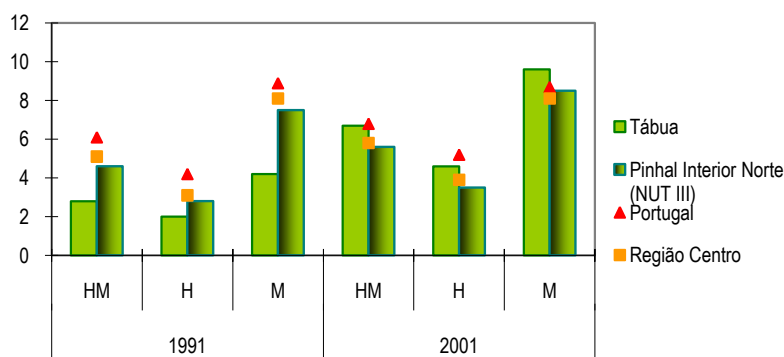


Figura 59. Evolução da taxa de desemprego no período intercensitário 1991 – 2001.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001.

Os dados mais recentes ao nível da NUT I e NUT II, mostram que a taxa de desemprego tem aumentado, passando no início de 2009 a situar-se nos 6,7% na Região Centro, sendo que em 2001 era de 5,8%. Ainda assim, é um valor significativamente mais baixo quando comparado com a taxa de desemprego nacional (8,9% 2009).

Tabela 31. Taxa de desemprego – evolução recente (2008 - 2009) em Portugal e na Região Centro.

Desemprego			
	1ºTrimestre-2008	4ºTrimestre-2008	1ºTrimestre-2009
Portugal	7,6	7,8	8,9
Centro	5,1	5,7	6,7

Fonte: INE.

Segundo os dados mais recentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), verifica-se no início de 2009 um diminuição do número de desempregados femininos registados e um aumento no número de desempregados do sexo masculino nesta instituição, face a anos anteriores, embora os valores tenham sofrido oscilações no período em análise (2006-2009). Consistente com o fenómeno registado no período intercensitário (1991-2001) é o facto da população activa feminina de Tábua experienciar mais dificuldades no acesso ao emprego.

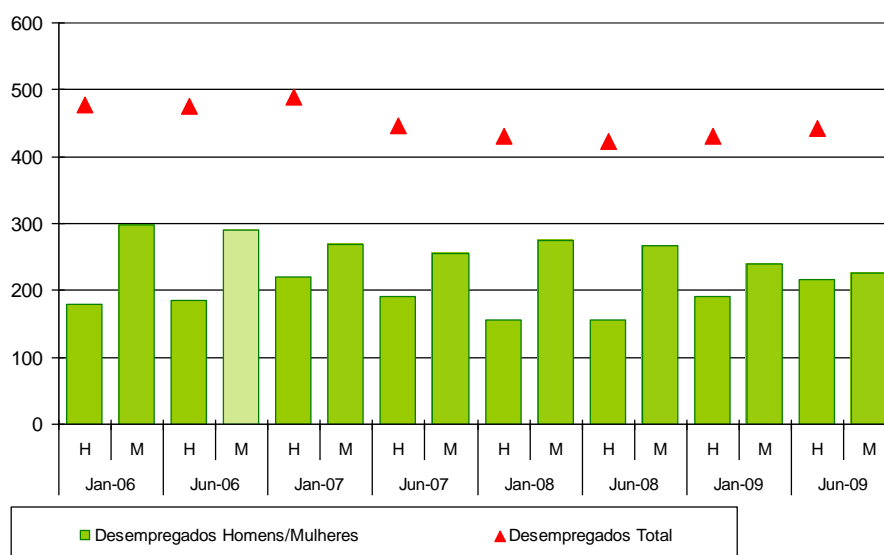


Figura 60. Evolução do número de pessoas desempregadas no Concelho de Tábua segundo o género.

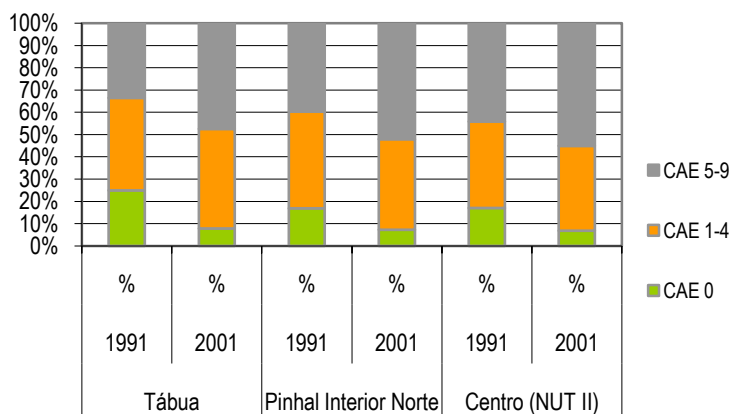
Fonte: IEFP.

6.2.3 População empregada por sector de actividade

Acompanhando a tendência nacional, o Município de Tábua tem vindo a registar um fenómeno de terciarização (Tabela 32), assumindo o respectivo sector uma representatividade de 47,46% (2001). Este valor é inferior ao registado na Região Centro (55%) e no Pinhal interior Norte (52%). O sector secundário empregou mais pessoas relativamente ao momento censitário precedente embora a sua representatividade tenha diminuído. Entre o período de 1991 e 2001 este sector registou uma perda de aproximadamente 3,03 pontos percentuais. Por sua vez, o sector primário registou um decréscimo dos seus efectivos, passando a representar uma percentagem menor do total de pessoas empregadas por sector no Concelho.

Tabela 32. População empregada por sector de actividade.

	Arganil		Pinhal Interior Norte				Centro (NUT II)					
	1991		2001		1991		2001		1991		2001	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
CAE 0 ("Sector primário")	1176	24,97	368	7,83	8176	16,94	3959	7,24	115515	17,05	68479	6,80
CAE 1-4 ("Sector secundário")	1963	41,68	2101	44,71	20970	43,45	22303	40,77	262869	38,80	383536	38,11
CAE 5-9 ("Sector terciário")	1581	33,57	2230	47,46	19119	39,61	28445	52,00	299118	44,15	554358	55,08
Total População Empregada	4710		4699		48265		54707		677502		1006373	
Total População Activa	4858		5038		50595		57977		712893		1067864	



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001.

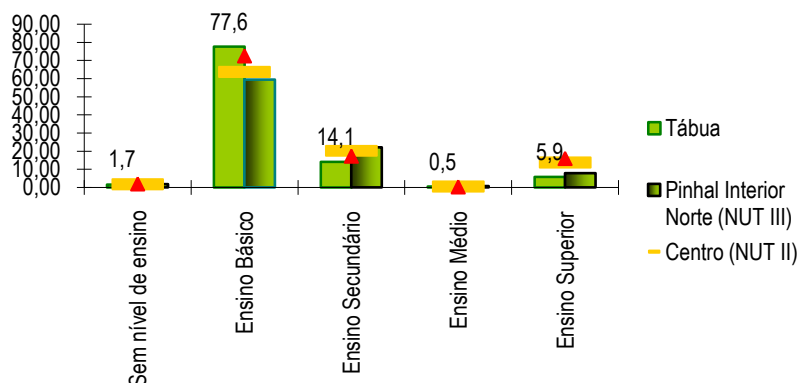


Figura 61. População activa por nível de instrução (%).

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001.

A análise da população empregada por nível de instrução mostra que cerca de 77,6% dos activos tem apenas o ensino básico (maioritariamente o 1º Ciclo) e 14,1% possuem um grau de instrução ao nível do ensino secundário. Com o ensino superior concluído apenas existiam no Concelho, à data de fecho do recenseamento geral da população, cerca de 5,9 % da população activa (276 pessoas), percentagem inferior à do Pinhal Interior Norte e muito inferior à média nacional (16%).

Tabela 33. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por município, segundo o nível de ensino, 2006.

Unidade Territorial	Unidade: €			
	sem nível de ensino	ensino básico	Ensino secundário	ensino superior
Portugal (cont.)	590,54	724,47	1029,54	1890,97
Região Centro	574,94	698,92	865,04	1507,89
Pinhal Interior Norte	556,81	606,63	767,15	1312,16
Alvaiázere	524,75	654,09	731,62	1102,21
Ansião	661,90	621,36	774,44	1603,12
Arganil	557,74	582,93	792,29	1321,10
Castanheira de Pêra	590,32	611,84	902,48	1329,54
Figueiró dos Vinhos	468,61	562,21	662,64	1083,31
Góis	465,18	569,53	783,59	1291,39
Lousã	472,28	659,52	821,75	1378,46
Miranda do Corvo	726,59	639,88	795,33	1042,18
Oliveira do Hospital	500,06	596,12	756,97	1157,90
Pampilhosa da Serra	...	557,81	759,73	1111,96
Pedrógão Grande	393,47	578,90	739,51	1335,61
Penela	536,95	589,77	700,92	1045,63
Tábua	478,20	555,53	698,74	1190,33
Vila Nova de Poiares	541,37	658,15	830,97	1358,88

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2007; SPI.

A Tabela 33. mostra o ganho médio mensal de um trabalhador por conta de outrem consoante o seu nível de escolaridade (ano de 2006). Verifica-se que no Concelho de Tábua, estes valores são substancialmente inferiores aos das médias nacionais, da Região Centro e do Pinhal Interior Norte. As diferenças de rendimento são, no entanto, mais notórias no que concerne os ganhos médios de trabalhadores sem nível de ensino e com nível superior de instrução, com diferenças negativas face à média de Portugal continental de cerca de 330 € e 700 €, respectivamente.

6.2.4 Emprego – síntese

Tanto o Concelho de Tábua como o Pinhal Interior Norte apresentam em termos de emprego, um quadro denunciador de algumas debilidades. A população de Tábua tem um poder de compra reduzido uma vez

que auferem baixos rendimentos como consequência das suas baixas habilitações literárias. O valor da taxa de actividade encontra-se substancialmente abaixo dos valores nacionais e regionais e a taxa de desemprego é alta em relação ao valor nacional e da Região Centro. **O maior desafio reside na promoção da qualificação da população, e na criação de empregos que possibilitem um maior acesso por parte da população feminina ao mercado laboral, não obstante a evolução positiva que este grupo social tem sofrido nos últimos anos no Concelho de Tábua.**

6.3 Dinâmica Empresarial

Explanadas as dinâmicas do Concelho de Tábua em matéria de emprego, importa caracterizar o tecido empresarial, uma vez que estes são dois aspectos indissociáveis na avaliação da realidade económica de qualquer território.

Tábua é um Concelho de marcado cariz rural e como tal caracteriza-se por apresentar uma baixa densidade de empresas com, uma média de menos de 10 unidades por km².

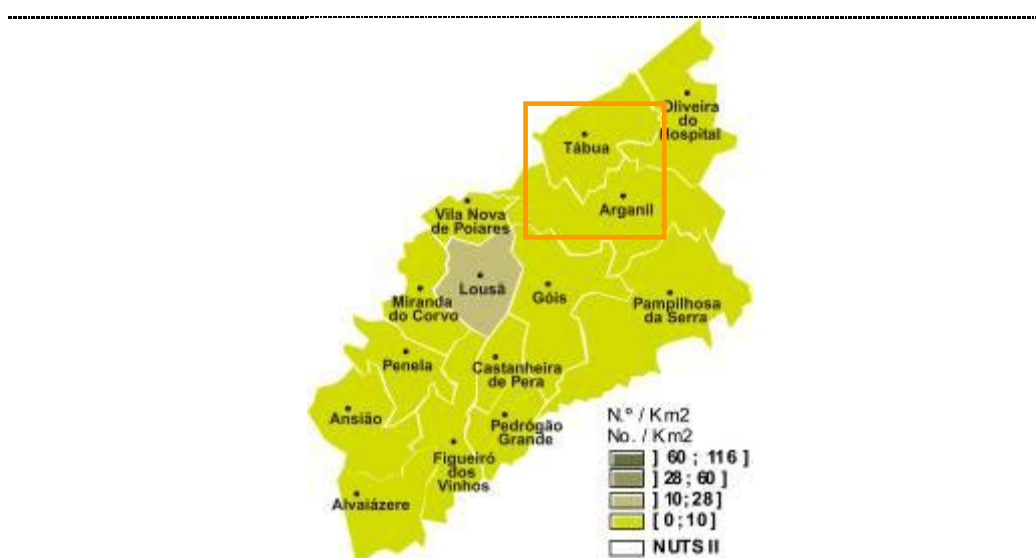


Figura 62. Densidade de empresas (nº/km²).

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Face a esta realidade interessa fazer uma análise à composição da estrutura económica existente.

O Instituto Nacional de Estatística providencia os dados necessários a esta análise, organizando-os pelos Códigos de Actividades Económicas (CAE).

Entre 1999 e 2006 verifica-se, um decréscimo no número total de empresas²² sedeadas no Concelho (Tabela 34) sendo contudo, importante referir as sucessivas oscilações registadas neste período. O ano de 1999 foi o que registou o maior número de empresas. A este indicador contrapõe-se o aumento no número de sociedades²³. (em mais de 35%) numa clara indicação de que, apesar de ser dominante a iniciativa individual, se começa a assistir a uma evolução em termos organizacionais da iniciativa empresarial.

Tabela 34. Empresas e sociedades com sede no Concelho segundo o CAE²⁴. rev. 2.

Empresas												
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	La Q	Total
1999	170	4	139	-	236	380	78	29	33	40	43	1202
2000	165	3	139	-	236	369	77	30	33	40	43	1178
2001	165	4	140	-	259	387	90	32	37	41	50	1205
2002	160	4	137	-	255	373	88	29	37	40	50	1173
2003	158	4	139	-	259	378	89	38	38	40	55	1198
2004	107	4	130	-	283	392	105	34	25	56	49	1185
2005	85	5	132	-	278	385	114	38	25	63	48	1173
2006	89	4	131	0	297	387	120	39	33	69	67	1236
Mais 34 empresas = Aumento de 2,83%												
Sociedades												
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	La Q	Total
1999	9	1	57	-	36	70	22	13	2	19	7	236
2000	8	1	57	-	38	66	24	14	2	19	7	236
2001	11	3	59	-	44	82	27	17	2	22	9	276
2002	11	3	57	-	48	82	27	15	2	23	9	277
2003	12	3	61	-	52	89	28	24	3	28	15	315
2004	11	3	61	-	53	94	29	24	3	30	15	323
2005	11	4	65	-	59	100	37	28	5	39	18	366
2006	9	1	47	-	49	98	24	25	3	29	22	307
Mais 45 sociedades = Aumento de 30,1%												

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro.

²² “Empresa – Entidade jurídica (pessoa singular e colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais.” (www.ine.pt).

²³ “Sociedade comercial: Sociedade que tem por objecto a prática de actos de comércio e que adopte um dos tipos previstos no Código das Sociedades Comerciais. Podem ser anónimas, por quotas, em nome colectivo e em comandita (simples ou por acções).” (www.ine.pt).

²⁴ Classificação das Actividades Económicas (CAE):

- N.I. - Não Identificada - Actividades mal definidas
- A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
- B - Pesca
- C - Indústrias Extractivas
- D - Indústrias Transformadoras
- E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água
- F - Construção
- G - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico
- H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)
- I - Transportes, Armazenagem e Comunicações
- J - Actividades Financeiras
- K - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
- L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
- M - Educação
- N - Saúde e Acção Social
- O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
- P - Famílias com Empregados Domésticos
- Q - Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

No universo das 1236 empresas existentes em 2006 (INE), 387 pertenciam a actividades de Comércio por Grosso e a Retalho e de Reparações (CAE G) e 297 a actividades no sector da construção (CAE F), o que mostra a tendência de terciarização também da iniciativa empresarial (em consonância com as tendências verificadas no mercado laboral).

No que diz respeito ao número de sociedades, existe uma preponderância maior também ao nível das que desenvolvem as suas actividades no sector do comércio (CAE G). As que pertencem ao CAE F, (sector da construção) encontram-se na segunda posição em termos de representatividade.

Tabela 35. Pessoal e volume de vendas nas sociedades sedeadas no Concelho segundo a CAE rev.2.

Pessoal nas sociedades												
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	Total
Nº de pessoas												
2000	20	...	1258	-	219	245	75	22	...	67	24	1942
2001	29	...	1229	-	298	263	83	36	...	92	25	2.073
2002	32	12	1138	-	301	295	86	65	9	119	51	2108
2003	34	11	981	-	293	317	81	37	9	124	55	1942
2004	42	11	957	-	298	321	84	61	15	106	24	1919
2005	45	10	1209	0	292	350	94	79	16	112	29	2236
Volume de Vendas nas sociedades												
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	Total
Milhares de €												
2000	432	...	33697	-	10670	26992	2269	1569	...	3094	539	79.734
2001	490	...	35818	-	13861	27274	2143	1156	...	3367	653	85.368
2002	523	418	36784	-	15207	31612	2451	1449	241	4184	987	93.854
2003	574	408	35575	-	12288	30209	2434	3229	302	4838	1133	90.989
2004	976	406	34392	-	11665	32536	2793	3600	417	5283	1602	93.671
2005	1110	573	52982	0	13052	36213	2764	4128	512	6350	1572	119.258

Mais 294 empregados

Aumento de 39.524 milhares euros de volume de vendas = aumento de 49,6%

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro.

As sociedades da indústria transformadora (CAE D) empregavam em 2005, 1209 pessoas, situando-se como o sector que mais empregos garantiu no Concelho embora tenha perdido muitos postos de trabalho desde o ano 2000 até ao ano de 2004. As sociedades do comércio – CAE G (350 pessoas) representam em termos de emprego o segundo sector mais importante, tendo registado no período em análise o mais forte crescimento no número de postos de trabalho gerados. O sector da construção (CAE F) é o terceiro sector que emprega a maior quantidade de pessoas (292).



Figura 63. Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%), 2006.

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas.

O aumento do número de sociedades produziu uma correspondência num crescimento do volume de vendas registado no intervalo 2000-2005. As 4 maiores empresas do Concelho de Tábua são responsáveis por mais de 18% do volume total de vendas denunciando alguma concentração da produção de riqueza e oportunidades de emprego num número relativamente pequeno de agentes económicos. As sociedades CAE D – Indústria transformadora e G – Comércio por Grosso e a Retalho e de Reparações, são as responsáveis pelo maior valor de volume de vendas, logo seguidas pelas do sector da construção (CAE F).

Ainda no que concerne as indústrias transformadoras e procedendo a uma análise mais detalhada, em 2005, existem três classes relevantes de indústrias transformadoras em Tábua: as indústrias têxteis (CAE DB) com destaque para as confecções, responsáveis pelo maior volume de vendas com 19.526 mil €, as indústrias transformadoras não especificadas (CAE DN) com um volume de vendas de 16.185 mil € e as indústrias de fabricação de outros produtos minerais não metálicos (CAE DI) com destaque para o cimento e artigos de cimento e as cerâmicas de barro vermelho.

Ao nível dos produtos endógenos é pertinente começar por referir alguns que, pela sua cultura e tradição, são já reconhecidos a nível nacional e até mesmo internacional: **o vinho** (o Concelho pertence à Região dos Vinhos do Dão), destacando-se o grupo FTP, a Casa Grande, o Dr. Arlindo Cunha e o enólogo Anselmo Mendes (Espadanal) como os principais produtores, e o **queijo da Serra** (4 freguesias pertencem à região demarcada do queijo da Serra da Estrela). Estes produtos possuem Denominações de Origem Protegida²⁵ (DOP), sendo que o uso desta Denominação obriga a que estes produtos sejam

²⁵ Uma DOP é um direito de propriedade industrial, pertencente a uma região, destinado a ser utilizado por aqueles que naquela área explorem qualquer ramo de produção característico, sendo constituído pelo nome da localidade, região ou mesmo país. Designa sobretudo um produto ou uma mercadoria, cuja qualidade e características são devidas exclusiva e essencialmente ao meio geográfico, incluindo mesmo factores humanos.

produzidos de acordo com as regras estipuladas no caderno de especificações (incluindo as condições de produção, elaboração e acondicionamento).

Para além dos produtos acima referidos, o Concelho produz também alguns **produtos hortícolas e frutícolas** em condições próximas da cultura biológica, sem recurso a químicos. Destacam-se a Maçã Bravo de Esmolfe (DOP) e as maçãs da Beira Alta (Indicação Geográfica Protegida²⁶ – IGP).

A área geográfica de produção da Maçã Bravo de Esmolfe abrange para além do Concelho de Tábua grande parte do território da Grande Área Metropolitana de Viseu (GAMVis). Esta maçã apresenta um aroma intenso sui generis e polpa branca macia, sucosa e com boas qualidades gustativas. Actualmente, a sua comercialização já é feita para as grandes superfícies, embora em quantidades relativamente reduzidas, dado que a estratégia subjacente à sua comercialização pretende preencher apenas um nicho de mercado. Prevê-se, contudo, que a procura da Maçã Bravo de Esmolfe tenda a aumentar exponencialmente, por um lado devido aos produtos derivados que agora começam a surgir no mercado (sumos) e, por outro, pelas conclusões de investigações recentes, que levantam a hipótese de a Maçã Bravo ser benéfica na prevenção e tratamento de doenças do foro oncológico.

Também populares são as maçãs da Beira Alta, onde se incluem diversas variedades: Golden, Gala, Red Delicious, Starking, Jonagold, Granny Smith, Jonared e Reinetas. A área geográfica de produção abrange para além do Concelho de Tábua todo o distrito de Viseu e a sua comercialização é feita numa escala muito superior à da Maçã Bravo de Esmolfe.

Importa mencionar o valor da produção pecuária, de que é exemplo o Borrego Serra da Estrela (DOP). Esta espécie fornece carne de grande qualidade, muito apreciada pelo consumidor nacional. O Borrego da Serra da Estrela, apesar do nome, é criado numa área geográfica abrangente, que inclui para além dos Concelhos de Tábua e Celorico da Beira, alguns Concelhos da GAMVis.

Todos os produtos aqui mencionados são produtos de elevada qualidade. O facto de a maioria possuir certificação própria é um sinal do seu reconhecimento por parte do público consumidor. Não obstante, verifica-se que a sua comercialização é ainda, muitas vezes, indiferenciada, sendo que grande parte da produção frutícola não beneficia dos estatutos de protecção identificados na Região (designadamente no caso das maçãs da Beira Alta).

Não apresentando ainda DOP, são de destacar no Concelho de Tábua, pela sua importância socioeconómica e sociocultural, outros produtos como a **morcela de arroz, o chouriço doce com pinhões, o chouriço mouro, o bucho à moda de Tábua e o azeite**. Com efeito, em Tábua a oliveira é um elemento comum na paisagem e existem fortes tradições relacionadas com a produção olivícola. O Concelho possui um moderno lagar de azeite, constituindo-se como uma importante unidade de transformação para os diversos produtores da Região.

²⁶ Uma IGP é uma expressão destinada a assinalar ou identificar um produto, constituído por um determinado nome geográfico. O produto alvo de uma indicação geográfica e originário dessa mesma região contém determinada qualidade ou reputação que estão com ela conectadas, não se ficando a dever as respectivas qualidades do produto a quaisquer factores humanos ou naturais.

6.3.1 Dinâmica empresarial – síntese

Verifica-se no Concelho, em termos de emprego, uma concentração das actividades económicas em 3 sectores preponderantes. O sector mais relevante é o das indústrias transformadoras, ocupando as actividades de comércio por grosso e a retalho e de reparações o segundo lugar. Ao nível das empresas existe uma preponderância maior das que desenvolvem as suas actividades no sector do comércio e da construção.

Consistente com a evidente terciarização da economia local está o facto de ter crescido o número de sociedades deste sector económico, bem como os respectivos volumes de vendas. O sector do comércio tem conseguido manter alguma expressão em termos de emprego, situando-se como um dos sectores que mais empregos garantiu no Concelho, muito embora se coloque por detrás do maior empregador: o sector das indústrias transformadoras.

No Concelho de Tábua, hoje em dia, evidenciam-se as indústrias baseadas nos recursos naturais ou na mão-de-obra intensiva, designadamente indústrias baseadas na transformação dos minerais não-metálicos, indústrias agro-alimentares, indústrias têxteis, indústrias do mobiliário e indústrias metalomecânicas. Nestas indústrias nota-se claramente uma falta de articulação inter-sectorial e de lógicas de “fileira” na exploração das actividades económicas.

6.4 Localização industrial

A localização constitui-se como um factor preponderante no sucesso do tecido empresarial/industrial de um território. Não é somente a localização física das zonas industriais que desempenha o papel mais importante. Esta vertente assegura que os espaços destinados à indústria se situem sobre eixos de confluência, gozando de boas acessibilidades e sejam servidos por todas as infra-estruturas básicas, mas é também necessário garantir os serviços de suporte à gestão e operacionalização das diferentes valências que aí possam existir. Outras dimensões, de carácter intangível contribuem igualmente para o correcto funcionamento e em última análise para a captação de investimento e promoção à instalação de unidades empresariais/industriais capazes de criar postos de trabalho e fixar população no Concelho. Aspectos como a qualidade urbanística desses espaços, a capacidade de criação de sinergias, entre outros, com a rede de empresas/indústrias já instaladas, a estrutura social e a rede de ensino.

No que se refere a infra-estruturas físicas, no Concelho de Tábua existem duas áreas infra-estruturadas para localização de empresas. O actual **Parque Industrial de Tábua**, com 28 ha, localizado na sede do Concelho e com acessos privilegiados ao IP3, e a **Zona Industrial de Sta. Eufémia/Carapinha**, junto à Estrada Nacional 17, afastada da sede do Concelho, ocupando uma área de apenas 5,4 ha.

Para além destas duas áreas, está prevista nas “Grandes Opções do Plano de 2009” da Câmara Municipal uma nova zona para instalação de empresas, situada na Venda da Serra (está a ser elaborado um plano de pormenor para a zona industrial). Existe ainda um outra área industrial (a Fonte Arcada), que segundo a Câmara Municipal de Tábua será objecto de uma operação urbanística – loteamento urbano para albergar empresas “grandes consumidoras de espaço”.

7. GOVERNAÇÃO

Neste ponto pretende-se analisar a situação financeira global da Câmara Municipal de Tábua, assim como a evolução das receitas e despesas na área do ambiente, cultura e desporto. Pretende-se ainda analisar o orçamento municipal, instrumento de planificação, como forma de averiguar os objectivos definidos pela autarquia. Para possibilitar o conhecimento das acções co-financiadas por instrumentos de financiamento (nacionais e comunitários), examinam-se as acções mais estruturantes que mereceram financiamento e em que domínios de intervenção. A dinâmica associativa, sendo considerada para além de outros aspectos, uma boa prática de participação dos cidadãos na governação local, é explanada com o objectivo de compreender as suas dinâmicas no Concelho. Por último analisa-se a participação cívica à luz da afluência da população aos actos eleitorais/referendo assim como ao nível da participação de elementos do sexo feminino na vida política do Concelho.

7.1 Finanças locais

Neste ponto pretende-se analisar a situação financeira da Câmara Municipal de Tábua, no que respeita à evolução das receitas e no quadro das despesas

Tabela 36. Despesas e receitas municipais, em 2008, no Município de Tábua.

RECEITAS		2007	2008
RECEITAS CORRENTES		5.950.300,18	7.793.480,11
Das quais	Impostos Directos	974.217,25	1.052.839,15
	Impostos indirectos	53.994,40	84.537,90
	Taxas, Multas e outras penalidades	209.937,47	229.639,75
	Rendimentos de propriedade	297.173,99	355.025,26
	Transferências correntes	4.280.192,16	5.963.835,13
	Vendas de bens e serviços	58.456,63	58.336,08
	Outras receitas correntes	76.328,28	49.266,84
RECEITAS DE CAPITAL		2.910.306,36	2.830.195,44
Das quais	Venda de bens de investimento	2.603,00	21.100,00
	Transferências de capital	2.579.080,76	2.722.501,29
	Passivos financeiros	328.622,60	77.622,00
	Outras receitas de capital	0,00	8.972,15
RECEITA TOTAL		8.860.606,54	10.623.675,55
DESPESAS		2007	2008
DESPESAS CORRENTES		6.309.544,10	6.574.881,55
Das quais:	Despesas com pessoal	3.057.112,31	3.319.963,54
	Aquisição de bens e serviços	1.871.294,35	1.986.339,65
	Juros e outros encargos	212.268,59	252.260,38
	Transferências correntes	799.685,55	916.794,58
	Subsídios	0,00	750,00
	Outras despesas correntes	369.183,30	98.773,40
DESPESAS DE CAPITAL		2.492.310,11	2.898.658,98
Das quais:	Aquisição de Bens de Capital	1.780.025,84	1.958.034,71
	Transferências de Capital	309.641,10	472.656,99
	Activos Financeiros	0,00	0,00
	Passivos Financeiros	402.643,17	467.967,28
TOTAL DESPESAS		8.801.854,21	9.473.540,53

Fonte: Relatório de Gestão – 2008, Câmara Municipal de Tábua.

Relativamente ao ano anterior, as receitas orçamentais revelam um acréscimo de 19%, tendo passado de 8.860.606,54€, em 2007, para 10.623.675,55€, em 2008. Verifica-se ainda que a receita corrente detém um grande peso relativo na receita total – 73%. A receita de capital representa cerca de 26%. As primeiras são compostas por receitas mais facilmente previstas que resultam, em parte, da aplicação das regras previsionais do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), enquanto as segundas, pela sua natureza, são normalmente mais dependentes do ambiente conjuntural e das condições dos diversos agentes económicos e, portanto, sujeitas a maiores desvios.

Na receita corrente as transferências correntes são as que detêm sempre maior peso. No ano de 2008 representam cerca de 56% das receitas totais. Ao nível da receita de capital, salientam-se as transferências de capital, que representam cerca de 26% das receitas totais. Em 2008 a rubrica transferências de capital foi superior à do ano de 2007, em resultado do aumento do montante do Fundo de Equilíbrio Financeiro e verbas provenientes da participação comunitária em projectos co-financiados.

Um das rubricas indicativas de bons critérios de gestão orçamental prende-se com a receita própria arrecada pelo Município, nos termos da legislação aplicável. Segundo o Relatório de Gestão 2008, o grau de cobertura da despesa corrente por receita própria corrente aumentou de 2007 para 2008, o que denota bons critérios de gestão orçamental.

A despesa total deste Município atingiu o montante de 9.473.540,53€, repartida em despesas correntes e despesas de capital. Em termos percentuais, as despesas correntes representaram cerca de 69% do total das despesas, enquanto as despesas de capital corresponderam a 31%. Analisando a evolução da despesa constata-se que as rubricas que detêm maior peso são as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços, com 35% e 21%, respectivamente. As despesas relativas às Aquisições de Bens e Serviços compreendem matérias-primas e subsidiárias, combustíveis, encargos das instalações, iluminação pública, Planalto Beirão (RSU) e Medida Agris 3.4 (Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos), que representam cerca de 21% da despesa total.

A nível da despesa de capital, o destaque vai para a Aquisição de Bens de Capital, que representam cerca de 21% das despesas totais.

Ainda no contexto das finanças locais, torna-se importante analisar a contribuição da Câmara Municipal na gestão e protecção do ambiente e na área do desporto e cultura, constituindo-se como um dos passos importantes para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Tendo por base a informação disponibilizada pelo INE, apresenta-se nas figuras seguintes a evolução das despesas municipais em matéria de ambiente, que, de acordo com este instituto, estão divididas em três áreas: gestão de águas residuais, gestão de resíduos e protecção da biodiversidade e da paisagem.

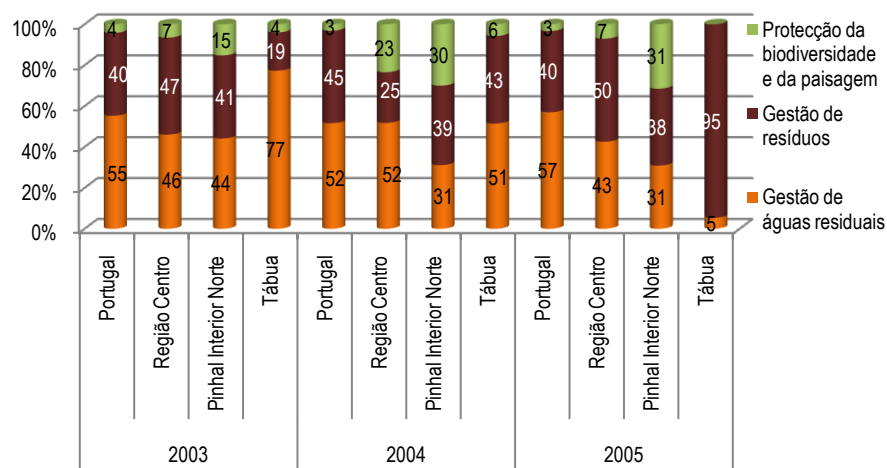


Figura 64. Distribuição das receitas municipais na área do ambiente.

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2004 a 2006.

Conforme se visualiza na Figura ao nível das receitas, em 2003 o Município de Tábua teve como principal a gestão de águas residuais (cerca de 77%). Já em 2004 os principais domínios responsáveis pelas receitas municipais na área do ambiente foram a gestão de resíduos como a gestão de águas residuais. Em 2005 a gestão de resíduos assume-se como a principal fonte de receita.

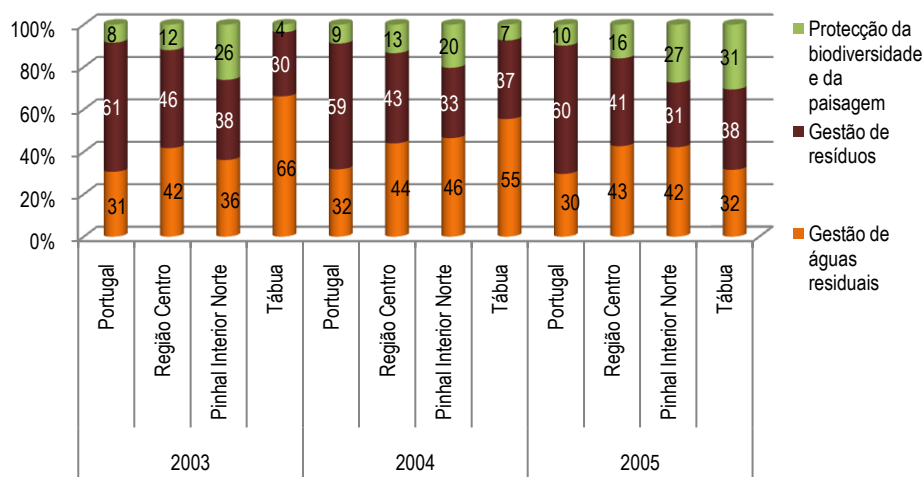


Figura 65. Distribuição das despesas municipais na área do ambiente.

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2004 a 2006.

Ao nível das despesas municipais na área do ambiente, em 2005 o domínio da protecção da biodiversidade e da paisagem assume uma representatividade elevada quando comparado com Portugal e a Região Centro, onde os valores são apenas de 10% e 16%.

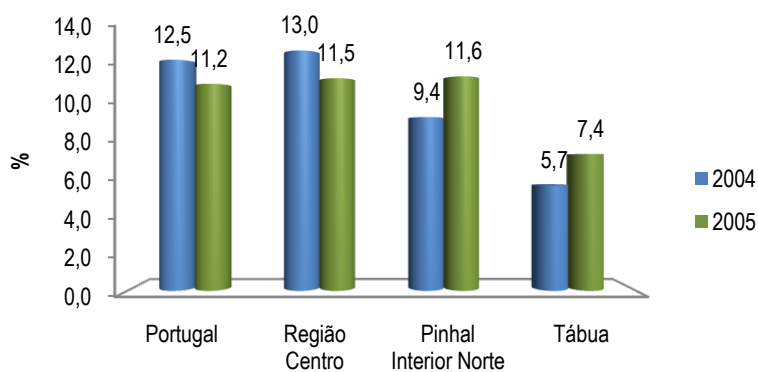


Figura 66. Percentagem de despesas em cultura no total de despesa nos anos de 2004 e 2005.

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2005 a 2006.

A Figura 66 mostra as despesas do Município de Tábua em actividades culturais no total da despesa, assim como ao nível do Pinhal Interior Norte, da Região Centro e ao nível nacional. As despesas Município nesta matéria aumentaram em 2005 cerca de 1,7% face ao ano de 2004.

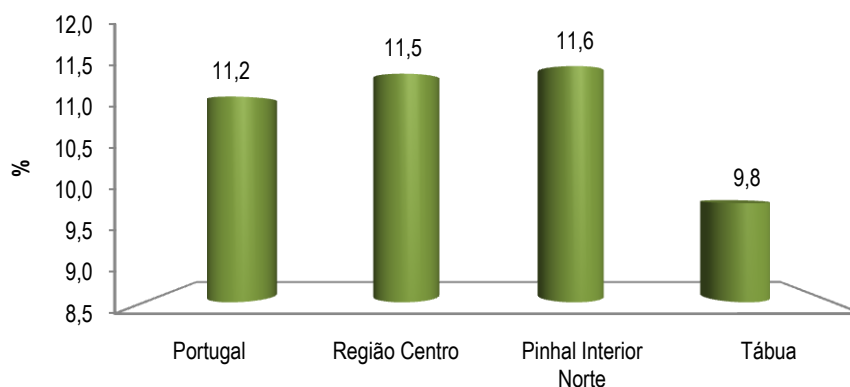


Figura 67. Percentagem de despesas em cultura e desporto no total de despesa no ano de 2006.

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2007.

Na Figura 67, pode estabelecer-se uma comparação quanto às despesas efectuadas em 2006 nas várias escalas territoriais no que concerne à cultura e desporto. As despesas nesta matéria são inferiores aos valores registados no Pinhal Interior Norte.

7.2 Orçamento

De acordo com o Orçamento da Câmara Municipal de Tábua para o ano de 2009, está previsto um cálculo de 17.402.908 €, ou seja, mais de 3,09% face ao orçamento de 2008. Pela análise da tabela seguinte verifica-se que as receitas de capital previstas para 2009 representam 45,4% da receita total do Município, enquanto as receitas correntes previstas para 2009 correspondem a 54,6%, acompanhando a tendência do ano anterior.

Importa também referir que é através das transferências de capital que o Município está a prever obter a sua maior receita (4.302.169 €), em que o Estado através do Fundo de Equilíbrio Financeiro e na Participação Comunitária em Projectos Co-financiados contribui com 69,9% do valor desta rubrica, seguindo-se as vendas de bens de investimento (2.997.345 €). Face ao ano de 2008, as vendas de bens de investimento previstas aumentaram cerca de 17,6% e as transferências de capital diminuiram cerca de 17,2%.

Tabela 37. Orçamento das receitas e das despesas da Câmara Municipal de Tábua.

Orçamento da Câmara Municipal de Tábua	2008		2009	
	€	%	€	%
TOTAL DE RECEITAS	16.881.051	100	17.402.908	100
Total de Receitas Correntes	8.453.926	50,1	9.503.344	54,6
Impostos Directos	927.212	11,0	1.046.050	11,0
Impostos indirectos	270.984	3,2	76.060	0,8
Taxas, multas e outras penalidades	272.659	3,2	219.332	2,3
Rendimento da propriedade	296.504	3,5	376.332	4,0
Transferências correntes	5.938.823	70,2	7.614.488	80,1
Venda de bens e serviços correntes	687.837	8,1	129.481	1,4
Outras receitas correntes	59.907	0,7	41.113	0,4
Total de Receitas de Capital	8.427.125	49,9	7.899.564	45,4
Venda de bens de investimento	1.714.686	20,3	2.997.345	37,9
Transferências de capital	6.042.919	71,7	4.302.169	54,5
Passivos Financeiros	569.520	6,8	600.000	7,6
Outras receitas de capital	100.000	1,2	50	0,0
TOTAL DE DESPESAS	16.111.397	100	16.594.008	100
Total das despesas correntes	6.697.791	41,6	7.720.648	46,5
Despesas com pessoal	3.258.270	48,6	3.734.145	48,4
Aquisição de bens e serviços	2.536.161	37,9	2.764.953	35,8
Juros e outros encargos	22.600	0,3	22.600	0,3
Transferências correntes	806.010	12,0	1.085.000	14,1
Subsídios	1.500	0,0	15.000	0,2
Outras despesas correntes	73.250	1,1	98.450	1,3
Total das despesas de capital	9.413.606	58,4	8.873.360	53,5
Aquisição de bens de capital	8.592.606	91,3	7.998.860	90,1
Transferências de capital	821.000	8,7	874.500	9,9

Fonte: www.cm-tabua.pt
(Orçamento 2008 e 2009 – Câmara Municipal de Tábua).

Relativamente às despesas do Município, como é possível observar na tabela anterior as despesas de capital representam 53,5% da despesa total e as despesas correntes representam 46,5%. **As despesas**

mais significativas destinam-se à aquisição de bens de capital, como por exemplo construções diversas, viação rural.

Relativamente a 2008 está previsto para 2009 o aumento das despesas correntes e uma diminuição das despesas capital da Câmara Municipal.

7.3 Financiamentos Comunitários

Neste ponto pretende-se averiguar quais os instrumentos de financiamento que suportam a actividade da autarquia e que visam otimizar os recursos financeiros à disposição do Município e potenciar a sua capacidade de intervenção.

“A política de coesão económica e social produz efeitos positivos nos territórios em dificuldade da União Europeia. No entanto, continuam a subsistir grandes disparidades socioeconómicas entre os Estados-Membros e entre as Regiões. Estas diferenças de riqueza e de dinamismo têm origem nas deficiências estruturais em certos factores-chave de competitividade, como os investimentos em infra-estruturas materiais, a inovação e os recursos humanos. Os Estados-Membros e as Regiões têm, por conseguinte, **necessidade do apoio das políticas comunitárias para superar as suas deficiências, desenvolver as suas vantagens comparativas e evoluir de uma forma mais positiva num ambiente cada vez mais concorrencial**”.

(in http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/review_and_future/g24006_pt.htm)

Na tabela seguinte apresentam-se as acções concluídas e financiadas pelo IIIº Q.C.A 2000-2006 (Quadro Comunitário de apoio) no Município de Tábua.

Tabela 38. Acções co-financiadas por instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários.

Projecto	Localização	Instrumento de Financiamento	Anos de Execução	Investimento
Sistema de drenagem de águas residuais do lugar do Coito	Lugar do Coito	QCA III	-	102.994,67 €
Drenagem de águas residuais do lugar de S. Simão	Lugar do S. Simão	QCA III	-	173.972,85 €
Beneficiação e Rectificação da EM 501 Tábua/Ázere incluindo variante a Quintela	Tábua/Ázere	QCA III	-	712.678,27 €
RAADE de Touriz	Touriz	QCA III	-	371.384,96 €
Drenagem de águas residuais dos lugares de Torre e S. Fagundo	Torre e S. Fagundo	QCA III	-	103.534,18 €
Rede de Esgotos da Várzea da Candosa	Várzea de Candosa	QCA III	-	171.903,79 €
Rede de Esgotos da Póvoa de Midões	Póvoa de Midões	QCA III	01-02-2005 a 31-03-2008	495.664,03 €
Beneficiação da EM entre Covas e Esporão	Covas / Esporão	QCA III	12-11-2002 a 30-08-2004	701.575,53 €
Acessos ao Centro de Saúde de Tábua	Tábua	QCA III	26-03-2001 a 12-08-2004	402.895,77 €
Sistema de drenagem de águas dos lugares de S.to Amaro, Cadoiço e Esporão.	S.to Amaro, Cadoiço e Esporão	QCA III	-	317.349,92 €
Sistema de drenagem de águas residuais de Póvoa de Midões	Póvoa de Midões	QCA III	-	466.693,54 €
Pavilhão Multiusos de Tábua	Tábua	QCA III	12-04-2007 a 29-12-2008	1.463.167,03 €

"Reabilitação da Estrada Municipal Póvoa de Midões – Rio Mondego – Limite do Concelho"	Póvoa de Midões – Rio Mondego – Limite do Concelho	QCA III	-	296.489,48 €
Abastecimento de Água a GÂNDARA DE ESPARIZ	Gândara de Espariz	QCA III	-	107.023,20 €
Jardim de Infância do Loureiro	Loureiro	QCA III	09-11-2006 a 31-03-2009	63.676,73 €
Plano de Valorização do Casal da Senhora	Casal da Sr. ^a	QCA III	21-04-2005 a 30-04-2007	85.330,35 €

Fonte: Câmara Municipal de Tábua, 2009.

Ao abrigo dos financiamentos comunitários, mais especificamente do III Quadro Comunitário de Apoio a Câmara Municipal destaca 16 candidaturas elaboradas no âmbito da sustentabilidade concelhia, seja para a realização de investimentos nas redes abastecimento de águas e drenagem de águas residuais, rede viária, infra-estruturas (pavilhão multiusos), parque escolar (jardim de infância).

7.4 Dinâmicas Associativas

A dinâmica associativa, sendo considerada para além de outros aspectos, uma boa prática de participação dos cidadãos na governação local, é analisada com o objectivo de compreender as suas dinâmicas (potencialidades e áreas de melhoria) no Concelho.

Segundo o Diagnóstico Social de Tábua (2003) o número de equipamentos de cultura, lazer e desporto existentes no Concelho é considerável.

Tabela 39. Distribuição das associações do Concelho de Tábua, por freguesia.

Freguesias	Associações
Ázere	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Vila Seca • Associação de Lageosa • Associação do Espadanal • Liga dos Amigos de Ázere • Associação Cultural Recreativa Desportiva de Propaganda de Ázere (ACUREDEPA)
Candosa	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Cultural e Recreativo de Candosa • Associação de Socorro Social da Paróquia de Candosa • Clube Recreativo Varzeense
Carapinha	– Comissão de Melhoramentos da Freguesia da Carapinha
Covas	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Melhoramentos de Percelada • Liga dos Amigos de Vila Chã • Associação de Melhoramentos da Venda da Esperança • Comissão de Melhoramentos de Balocas • Liga dos Amigos de Loureiro • Associação Social, Desportiva Recreativa e Cultural de Covas
Covelo	– Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Covelo
Espariz	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Cultural e Recreativa de Espariz • Liga dos Amigos de Carragosela • Associação Juvenil SPADORICUS (10 elementos efectivos) • Rancho Folclórico da Casa do Povo de Espariz (30 elementos efectivos) • Casa do Povo de Espariz
Meda de Mouros	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Cultural e Recreativo de Meda de Mouros • Comissão de Melhoramentos de Meda de Mouros

	<ul style="list-style-type: none"> • Museu Etnográfico • 1 Campo de futebol de 11 (sem equipa própria) • 1 Pavilhão • Casa do Povo de Meda de Mouros
Midões	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Social da Paróquia de Midões
Mouronho	<ul style="list-style-type: none"> • Casa do Povo de Mouronho • Comissão de Melhoramentos de Mouronho • Comissão de Melhoramentos de Alvoeira • Comissão de Melhoramentos dos Pousadouros • Comissão de Melhoramentos da Venda da Serra • Comissão de Melhoramentos da Pereira • Associação Juvenil GAUDEAMUS • Escuteiros • Escola de Música • Tuna de Mouronho • Rancho Folclórico de Mouronho • Praia fluvial e parque de merendas da Ronqueira • Campo de futebol de salão • Campo de pequenos jogos
Pinheiro de Coja	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Cultural e Recreativa das Bogalhas • 1 Campo de pequenos jogos • Rancho Folclórico Verde Pinho • Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinheiro de Coja • Casa do Povo de Pinheiro de Coja
Póvoa de Midões	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Recreativa da Póvoa de Midões • Associação Recreativa e Melhoramentos de Vale de Taipa
São João da Boa Vista	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Melhoramentos de São João da Boavista • Comissão de Melhoramentos e Recreio das Lameiras • Liga dos Amigos de Oliveira de Fazemão • Fábrica da Igreja de São João da Boavista
Sinde	<ul style="list-style-type: none"> • -
Tábua	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tábua • Associação Recreativa das Barras • Associação Recreativa Sevilhense • Associação Recreativa do Remouco • Casa do Povo de Tábua: Escola de Música Rancho Folclórico
Vila Nova de Oliveirinha	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoramentos de Vila Nova de Oliveirinha • Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha • Fundação Octávio Maria de Oliveira (IPSS)

Fonte: Diagnóstico Social de Tábua, 2003.



Ao nível do associativismo juvenil, existe no Concelho de Tábua algumas associações com este cariz, nomeadamente a Tábua XXI. Esta Associação Juvenil pretende defender os interesses dos jovens de Tábua e proporcionar-lhes um bem-estar e satisfação em ser e viver em Tábua, através da promoção de actividades e acções para os jovens assim como, espaços de discussão sobre os muitos problemas com que a juventude se debate.

7.5 Participação Cívica

Neste ponto pretende-se analisar especificamente a participação eleitoral dos cidadãos do Concelho de Tábua em vários actos eleitorais e referendos.

Tabela 40. Participação eleitoral dos cidadãos de Tábua.

	Inscritos	Votantes		Abstenções	
	Nº	Nº	%	Nº	%
Eleições para o Parlamento Europeu 2004					
Portugal	8748600	3394356	38,8	5354244	61,2
Tábua	10348	3425	33,1	6923	66,9
Ázere	652	190	29,1	462	70,9
Candosa	730	243	33,3	487	66,7
Carapinha	348	118	33,9	230	66,1
Covas	952	240	25,2	712	74,8
Covelo	244	86	35,2	158	64,8
Espariz	615	228	37,1	387	62,9
Meda de Mouros	234	111	47,4	123	52,6
Midões	1565	517	33,0	1048	67,0
Mourinho	782	239	30,6	543	69,4
Pinheiro de Coja	341	110	32,3	231	67,7
Póvoa de Midões	597	175	29,3	422	70,7
São João da Boa Vista	463	181	39,1	282	60,9
Sinde	464	192	41,4	272	58,6
Tábua	2060	681	33,1	1379	66,9
Vila Nova de Oliveirinha	301	114	37,9	187	62,1
Eleições Autárquicas 2005					
Portugal	8840223	5390571	61,0	3449652	39,0
Tábua	10510	7832	74,5	2678	25,5
Ázere	665	537	80,8	128	19,2
Candosa	730	570	78,1	160	21,9
Carapinha	350	261	74,6	89	25,4
Covas	967	721	74,6	246	25,4
Covelo	256	201	78,5	55	21,5
Espariz	624	506	81,1	118	18,9
Meda de Mouros	238	197	82,8	41	17,2
Midões	1570	1099	70,0	471	30,0
Mourinho	787	537	68,2	250	31,8
Pinheiro de Coja	344	258	75,0	86	25,0
Póvoa de Midões	602	482	80,1	120	19,9
São João da Boa Vista	481	356	74,0	125	26,0
Sinde	448	377	84,2	71	15,8
Tábua	2141	1477	69,0	664	31,0
Vila Nova de Oliveirinha	306	253	82,7	53	17,3
Eleição Presidencial 2006					
Portugal	8835237	5531265	62,6	3303972	37,4
Tábua	10479	6619	63,2	3860	36,8
Ázere	659	426	64,6	233	35,4
Candosa	721	441	61,2	280	38,8
Carapinha	347	244	70,3	103	29,7
Covas	954	553	58,0	401	42,0
Covelo	257	178	69,3	79	30,7
Espariz	621	421	67,8	200	32,2
Meda de Mouros	226	171	75,7	55	24,3
Midões	1577	957	60,7	620	39,3
Mourinho	785	514	65,5	271	34,5
Pinheiro de Coja	335	209	62,4	126	37,6
Póvoa de Midões	601	362	60,2	239	39,8

São João da Boa Vista	479	299	62,4	180	37,6
Sinde	445	303	68,1	142	31,9
Tábua	2166	1341	61,9	825	38,1
Vila Nova de Oliveirinha	306	200	65,4	106	34,6
Referendo 2007 - Interrupção voluntária da gravidez					
Tábua	10418	3465	33,3	6953	66,7
Ázere	654	211	32,3	443	67,7
Candosa	714	269	37,7	445	62,3
Carapinha	346	118	34,1	228	65,9
Covas	953	203	21,3	750	78,7
Covelo	259	93	35,9	166	64,1
Espariz	607	180	29,7	427	70,3
Meda de Mouros	230	109	47,4	121	52,6
Midões	1561	463	29,7	1098	70,3
Mourinho	777	269	34,6	508	65,4
Pinheiro de Coja	329	97	29,5	232	70,5
Póvoa de Midões	596	202	33,9	394	66,1
São João da Boa Vista	474	164	34,6	310	65,4
Sinde	439	175	39,9	264	60,1
Tábua	2171	830	38,2	1341	61,8
Vila Nova de Oliveirinha	308	82	26,6	226	73,4
Eleições Legislativas - 2009					
Portugal	9347315	5658495	60,5	3688820	39,5
Tábua	10818	6758	62,5	4060	37,5
Ázere	684	429	62,7	255	37,3
Candosa	733	470	64,1	263	35,9
Carapinha	371	231	62,3	140	37,7
Covas	974	581	59,7	393	40,3
Covelo	264	154	58,3	110	41,7
Espariz	631	412	65,3	219	34,7
Meda de Mouros	235	150	63,8	85	36,2
Midões	1587	1025	64,6	562	35,4
Mourinho	781	478	61,2	303	38,8
Pinheiro de Coja	310	212	68,4	98	31,6
Póvoa de Midões	602	352	58,5	250	41,5
São João da Boa Vista	490	307	62,7	183	37,3
Sinde	412	286	69,4	126	30,6
Tábua	2465	1475	59,8	990	40,2
Vila Nova de Oliveirinha	279	196	70,3	83	29,7
Eleições Autárquicas - 2009					
Portugal	9377.343	5533.824	59,0	3.843.519	41,0
Tábua	10865	7629	70,2	3.236	29,8
Ázere	689	512	74,3	177	25,7
Candosa	737	551	74,8	186	25,2
Carapinha	371	272	73,3	99	26,7
Covas	981	696	70,9	285	29,1
Covelo	267	169	63,3	98	36,7
Espariz	631	464	73,5	167	26,5
Meda de Mouros	235	173	73,6	62	26,4
Midões	1598	1118	70,0	480	30,0
Mourinho	782	533	68,2	249	31,8
Pinheiro de Coja	314	223	71,0	91	29,0
Póvoa de Midões	605	449	74,2	156	25,8
São João da Boa Vista	492	342	69,5	150	30,5
Sinde	310	412	132,9	-102	-32,9
Tábua	2468	1597	64,7	871	35,3
Vila Nova de Oliveirinha	283	220	77,7	63	22,3

Fonte: www.dgai.mai.gov.pt/

Nas eleições para o Parlamento Europeu de 2004, a afluência dos eleitores do Concelho foi inferior à média nacional – 33,1% e os níveis de abstenção superiores – 66,9%.

Quanto às eleições autárquicas de 2005 a participação do Concelho foi superior à média nacional – 74,5%, cifrando-se a abstenção em valores inferiores à média nacional – 25,5%. Este comportamento repetiu-se aquando da eleição presidencial em 2006, contudo com níveis de participação inferiores aos verificados nas eleições autárquicas de 2005. Por outro lado, relativamente ao Referendo de 2007 - Interrupção Voluntária da Gravidez, Tábua registou uma abstenção significativa de 66,7%, apesar de algumas freguesias apresentarem valores de participação superiores, tais como, Meda de Mouros, Candosa, Sinde e Tábua.

Relativamente às eleições legislativas de 2009, o panorama é semelhante à eleição presidencial de 2006, constatando-se apenas valores superiores no que respeita à taxa de abstenção.

Relativamente à presença de elementos do sexo feminino na vida política activa concelhia, pode verificar-se que as mulheres apresentam desde já uma representatividade significativa na Assembleia Municipal. Este sector apresenta uma percentagem 19%, correspondendo a 3 mulheres em 21 elementos.

8. ANÁLISE SWOT

A elaboração do Plano de Acção da Agenda 21 Local de Tábua pressupõe o conhecimento e reflexão sobre as potencialidades e constrangimentos do Concelho como ponto de partida para a formulação de acções concretas.

A identificação dos pontos fortes e áreas de melhoria alicerça-se no conhecimento vertido da elaboração do presente documento, a que acresce a informação resultante dos diversos momentos de reflexão e participação pública - fórum participativo, entrevistas, inquéritos, etc.

Tendo em conta a abrangência de áreas de intervenção de uma Agenda 21 Local, a identificação dos pontos fortes e áreas de melhoria encontra-se repartida pelos seguintes domínios:

- I. Área Social;
- II. Natureza e Gestão Ambiental;
- III. Educação/Formação;
- IV. Economia/Emprego;
- V. Mobilidade e Acessibilidade;
- VI. Comunidade e Cultura.

Tabela 41. Pontos Fortes e Áreas de Melhoria do Concelho de Tábua.

I. ÁREA SOCIAL	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
<p>SALDO MIGRATÓRIO Atestando alguma atractividade do Concelho, o saldo migratório registou sempre valores positivos, contribuindo para atenuar o impacto do decréscimo natural do Município.</p>	<p>MENORES EM RISCO Não existem equipas especializadas de acompanhamento sistemático e individualizado para o apoio e acompanhamento de casos de menores cujo desenvolvimento físico e psíquico se encontra ameaçado.</p>
<p>PROGRAMA REDE SOCIAL DE TÁBUA Esta rede reúne de forma articulada as principais entidades da área social de Tábua, com o intuito de planear medidas e acções concretas que promovam o desenvolvimento social local.</p>	<p>CONSUMO DE ÁLCOOL Prevalecem uma proporção considerável de pessoas com problemas relacionados com o consumo excessivo de álcool, considerando-se que se encontram associadas razões de ordem sócio-cultural.</p>
<p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL O Concelho de Tábua tem empreendido uma evolução positiva desde 2000, permitindo-lhe alcançar o nível 3 de desenvolvimento social.</p>	<p>EQUIPAMENTOS SOCIAIS Os equipamentos existentes não são suficientes para responder à procura por parte da população, verificando-se a existência de listas de espera consideráveis, nomeadamente em termos de ATL, apoio domiciliário integrado a idosos, que possibilite a resposta a doentes dependentes e de apoio à 1ª infância, ou seja, falta de creches.</p>
<p>PROGRAMAS E PROJECTOS LOCAIS DE APOIO SOCIAL Foram implementados um conjunto de programas e projectos complementares de apoio social, sobressaindo para além do Programa Rede Social já referido, o projecto Tábua Progride em Rede, de apoio social multidireccionado e o PROMAPHA, vocacionado para a melhoria das condições de habitabilidade do imobiliário local.</p>	<p>CUIDADOS DE SAÚDE Persistem níveis muito baixos de pessoal médico ao serviço no centro de saúde de Tábua, e respectivas extensões, em comparação com a média regional e nacional.</p>
II. NATUREZA E GESTÃO AMBIENTAL	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA

<p>PATRIMÓNIO NATURAL Existem espaços determinados de grande valor paisagístico e ecológico, em especial junto de linhas de água, em que este elemento, e espécies frondosas como salgueiros, amieiros e choupos constituem habitats para uma fauna fluvial diversa.</p>	<p>COBERTO VEGETAL O Concelho possui um coberto vegetal muito homogéneo, composto por vastas extensões de pinhais e eucaliptais que contribuem para o empobrecimento dos solos e albergam escassa biodiversidade.</p>
<p>ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL As ZIF são áreas territoriais delimitadas constituída por espaços florestais pertencentes a entidades privadas que têm como objectivo gerir de forma sustentável, eficiente e adequada os recursos florestais locais e ser um instrumento de prevenção de incêndios florestais.</p>	<p>RISCO DE INCÊNDIO A floresta de pinheiros e eucaliptos representa pela sua elevada combustibilidade, um risco acrescido de incêndio, o que acaba por conduzir à considerável área ardida dos últimos anos.</p>
<p>CAULE – ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS A CAULE é uma das entidades que se destaca na gestão sustentável dos espaços florestais do Concelho. A criação da “Confraria do Medronho – Associação Nacional para a Conservação do Medronho e do Medronheiro” constitui um exemplo da sua acção preponderante no Concelho.</p>	<p>ENERGIAS RENOVÁVEIS Tábua é um contribuinte para a eficiência energética de Portugal pela diversificação dos modos de produção, especificamente os renováveis, acolhendo no seu território um aproveitamento hídrico.</p>
<p>BOA QUALIDADE DO AR A qualidade do ar pode ser considerada como sendo globalmente boa. Favorável à promoção da qualidade de vida e desenvolvimento do potencial turístico.</p>	<p>EFICIÊNCIA ENERGÉTICA São consumidas neste Concelho quantidades de electricidade crescentes, num período em que a população residente está a diminuir..</p>
<p>ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO A quase totalidade do Concelho está coberta pelo sistema de abastecimento de água. Este é um dado positivo do ponto de vista da equidade no acesso à água e do garante da manutenção dos seus níveis de qualidade.</p>	<p>CONSUMOS PÚBLICOS DE ENERGIA No que diz respeito ao consumo público de energia eléctrica (edifícios do estado/de utilidade pública e iluminação da via pública), Tábua não pode ser considerado um dos Concelhos mais eficientes do Pinhal Interior Norte.</p>
<p>BAIXOS CONSUMOS DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL No que concerne ao consumo de combustível automóvel, este não é muito elevado sendo semelhante ao consumo médio desta forma de energia ao nível do Pinhal Interior Norte e mais baixo que os da Região Centro e do País.</p>	<p>GESTÃO DE RESÍDUOS O Município de Tábua aparenta ter uma evolução desfavorável, no que diz respeito à produção de resíduos. As quantidades dos resíduos indiferenciados para deposição em aterro poderão sofrer um aumento. No conjunto do Pinhal Interior Norte, os habitantes deste Concelho encontram-se entre os que mais quantidades de indiferenciados produzem.</p>
<p>SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL O Município de Tábua promove a sensibilização das suas populações para as questões ambientais, como é patente na sua página Internet, onde são disponibilizadas conselhos úteis que visam esclarecer quanto às formas de melhorar o desempenho ambiental.</p>	<p>REDE DE INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS: A cobertura de todo o território pela rede de infra-estruturas básicas é uma pré-condição importante quanto ao crescimento e desenvolvimento sustentado. No Concelho de Tábua, a baixa taxa de cobertura da rede de drenagem e rede de tratamento de águas residuais revela uma situação ambiental desfavorável e potencialmente comprometedor do equilíbrio ambiental. A qualidade das águas superficiais e subterrâneas está fortemente dependente da libertação de efluentes não tratados no ambiente</p>
III. EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
<p>ESCOLA PROFISSIONAL EPTOLIVA Tábua dispõe de uma escola profissional – a EPTOLIVA, resultante de um consórcio com os municípios de Oliveira do Hospital e Arganil. O Pólo de Tábua ministra o curso de Técnico de Turismo Ambiental e Rural, correspondente ao nível 3 (12ºano). Esta oferta formativa constitui uma alternativa ao prosseguimento dos cursos da via de ensino, contribuindo para o aumento dos níveis de escolaridade locais.</p>	<p>REDE E PARQUE ESCOLAR A rede escolar apresenta algumas deficiências em termos de estado de conservação e condições de higiene e segurança, a que acresce uma elevada dispersão dos estabelecimentos escolares, e frequentes taxas de ocupação abaixo do desejável, que constituem dificuldades à resolução dos problemas infra-estruturais.</p>
	<p>ANALFABETISMO A taxa de analfabetismo atinge valores elevados no Concelho relativamente aos valores regional e nacional</p>
	<p>NÍVEIS DE ESCOLARIDADE O Concelho possui uma população pouco qualificada, traduzindo-se na predominância de pessoas com qualificações básicas e pela escassez de indivíduos com o nível secundário ou superior.</p>
	<p>INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR Os valores do abandono escolar e a taxa de retenção e desistência no 3º ciclo do ensino básico apresentam valores superiores à média regional, constituindo obstáculos para a alteração do quadro de baixos níveis de escolaridade.</p>
IV. ECONOMIA/EMPREGO	

PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
<p>TAXA DE ACTIVIDADE No Concelho de Tábua, evoluiu de forma positiva, resultado sobretudo do significativo aumento da participação da população do sexo feminino no mercado laboral.</p>	<p>MÃO-DE-OBRA POUCO QUALIFICADA cerca de 77,4 % dos activos tem apenas o ensino básico (maioritariamente o 1º Ciclo) e 13,3% possuem um grau de instrução ao nível do ensino secundário Com o ensino superior concluído apenas existiam no Concelho de Tábua, cerca de 5,5 % dos activos.</p>
<p>RECURSOS ENDÓGENOS O território concelhio sustenta a criação de ovelhas, que aqui assume uma significância particular em termos de produção de um produto de elevada qualidade e um recurso económico altamente diferenciado: Tábua faz parte dos produtores do queijo da Serra. A vinha do Dão situa-se também neste contexto tirando partido do regime climático de Verões quentes e secos</p>	<p>POPULAÇÕES COM BAIXOS RENDIMENTOS: As populações de Tábua auferem baixos rendimentos e como consequência têm um poder de compra reduzido quando comparado com os padrões nacionais.</p>
	<p>DINAMISMO EMPRESARIAL Dispersão sectorial do tecido económico e carácter informal de algumas actividades diferenciadoras.</p>
	<p>DESEMPREGO: taxa de desemprego relativamente elevada e com oscilações, reveladora de debilidades da base económica e de vulnerabilidades face a conjunturas externas.</p>
	<p>DESENVOLVIMENTO DE FILEIRAS Nas indústrias do Concelho nota-se uma falta de articulação intersectorial e de lógicas de “fileira” na exploração das actividades económicas</p>
V. MOBILIDADE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
<p>MODELO TERRITORIAL A forte articulação entre o Município e os concelhos do sul da NUTS III Dão-Lafões e a proximidade com Viseu leva a que se integre no “Sistema Urbano de Viseu”, traduzindo-se em relações de interdependência actuais e potencias de grande importância para o desenvolvimento do Concelho.</p>	
<p>LOCALIZAÇÃO O Concelho encontra-se próximo da rede viária de importância nacional e regional, em particular do IP3 - principal via estruturante de Tábua, e que lhe permite uma acessibilidade rápida e directa aos principais pólos regionais (Viseu e Coimbra).</p>	
VI. COMUNIDADE E CULTURA	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
<p>EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA DESPORTIVA Para além de uma rede razoável de equipamentos desportivos, o Concelho possui espaços e infra-estruturas que possibilitam o lazer e a prática desportiva em contacto com a natureza.</p>	<p>UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA DESPORTIVA Os equipamentos das freguesias de Espariz e Mouronho, entre outros, não se encontram suficientemente aproveitados, traduzindo a falta de programação de actividades desportivas a nível concelhio.</p>
<p>PATRIMÓNIO HISTÓRICO Para além de alguns vestígios da passagem remota de povos, a Vila de Tábua e de Midões possuem um património histórico muito interessante, por ex. Tábua possui a Igreja de Santa Maria Maior, do século XIX, a Capela do Senhor dos Milagres, do séc. XVIII e ainda a Biblioteca e Casa-Museu Sara Beirão. Midões possui casas senhoriais dos séculos XVII a XIX, bem como a Capela de São Sebastião, com inscrições romanas e a Igreja de São Miguel.</p>	
<p>BIBLIOTECA MUNICIPAL A biblioteca municipal constitui o principal equipamento cultural do Concelho, lugar da realização de iniciativas de dinamização e animação da leitura, mas também exposições de natureza variada e eventos do Coral Polifónico de Tábua.</p>	
<p>RECURSOS LOCAIS O Concelho possui recursos perfeitamente identificáveis fora do Concelho: o Queijo da Serra e o vinho Dão. A vivência cultural local encontra-se ainda intrinsecamente associada aos modos de vida e de produção destes produtos.</p>	

Fonte: SPI, Novembro 2009.

Importa também identificar os condicionalismos externos que influenciam positivamente o desenvolvimento do território, ou seja, as oportunidades:

Tabela 42. Oportunidades identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

OPORTUNIDADES
QUADRO INSTITUCIONAL/CONTEXTO REGIONAL
A diversidade institucional existente é uma fonte de possibilidades de cooperação e criação de redes em diversos domínios. Por outro lado, existe uma proximidade a centros de decisão e produção de conhecimento (Coimbra, Leiria e Castelo Branco). A existência da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte potencia a interação e cooperação entre os municípios na prossecução de objectivos comuns.
INTEGRAÇÃO CRESCENTE DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
O apoio generalizado a iniciativas tendentes a um desenvolvimento mais sustentável, evidente nos planos e estratégias de desenvolvimento nacionais: Estratégia de Lisboa, PNPOT, PNAC e no principal documento de política regional (PROT-C), a que acresce o carácter transversal e integrador da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS).
ACESSO A INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO
O actual quadro de financiamento comunitário – QREN e os programas de cooperação interregional – privilegia iniciativas efectivas, pró-activas ou inovadoras que contribuam para a redução do impacto ambiental e das disparidades sociais/territoriais.
REDES E PARCERIAS SUB-REGIONAIS
Existem diversas instituições com incidência no território, nomeadamente organizações com objectivos económicos e/ou de valorização dos recursos endógenos e organizações com fins sociais. Esta diversidade pode ser útil no sentido da criação de redes e sinergias em diversos domínios do desenvolvimento sustentável, necessária para ganhar “dimensão crítica” para enfrentar os desafios da sustentabilidade.
VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL
Existe um reconhecimento crescente do papel que a valorização dos recursos naturais e do património cultural pode desempenhar como base de sustentação económica e de coesão territorial e social.
ENFOQUE GLOBAL NA SUSTENTABILIDADE
Assiste-se desde o final do século passado a uma crescente consciencialização e preocupação, tanto a nível local como a nível global, do impacto das actividades humanas sobre o ambiente, a saúde pública e a equidade e justiça social.
NOVAS ABORDAGENS AOS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
As mudanças climáticas, o envelhecimento da população, a globalização, a uniformização cultural etc. constituem desafios da nossa sociedade. Um dos principais que enfrenta o Concelho é precisamente o envelhecimento progressivo da sua população que, no entanto, não é exclusivo da sociedade local, verificando-se igualmente com alguma premência em outros pontos do país e da Europa. Neste âmbito, têm sido aplicadas estratégias com algum sucesso nomeadamente da promoção da economia relacionada com a provisão de serviços sociais. A valorização da fileira florestal para a produção de biomassa e as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação para a resolução de desafios associados à dispersão territorial constituem outros exemplos a explorar.
POTENCIAL DO SECTOR TURÍSTICO - REFORÇAR A ATRACÇÃO TURÍSTICA PELA NATUREZA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO
Portugal possui uma vocação clara para aposta no turismo enquanto sector chave de actividade económica, tendo sido criado recentemente o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), principal documento de orientação do sector. Há ainda organismos recentemente criados que poderão impulsionar este sector, como sejam: o Conselho para a Dinamização do Turismo, a Comissão Nacional de Gastronomia e a Associação de Desenvolvimento do Turismo na Região Centro (ADTRC). O Turismo de Natureza é uma tipologia de turismo orientado para as áreas naturais, visando conciliar a preservação dos valores naturais e culturais com o desenvolvimento de uma actividade turística sustentada. Assiste-se actualmente a um aumento da procura desta tipologia de turismo que se encontra em consonância com os princípios da sustentabilidade ambiental e social. O Concelho possui todas as características para se afirmar como um destino de excelência capaz de desenvolver produtos de valor acrescentado na área do turismo natureza e do património histórico.

Fonte: SPI, Novembro 2009.

A envolvente também implica ameaças, ou seja, aspectos negativos exteriores que podem comprometer a estratégia de desenvolvimento sustentável do território:

Tabela 43. Oportunidades e ameaças identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

AMEAÇAS
CRISE ECONÓMICA
A conjuntura desfavorável a nível nacional pode ter consequências ao nível da qualidade de vida no Concelho, no agravamento das desigualdades sociais e no agravamento do êxodo populacional.
QUEBRA DA COESÃO INTERNA DO PIN
A sub-Região do PIN encontra-se sujeita a diversas polarizações geradoras de dissensões internas que poderão minar a criação de redes e parcerias interinstitucionais e conduzir à redução do poder negocial perante o Estado Central
DESCRENÇA NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
A desconfiança relativamente às provas de mudança climática pode conduzir à desvalorização da necessidade de soluções de conciliação da actividade humana com o impacto ambiental.
BUSINESS AS USUAL
Pode verificar-se a continuação da tendência de ignorar ou desconsiderar o impacto das actividades humanas a curto prazo nos recursos naturais e na coesão social ou de longo prazo sobre as gerações futuras.
CONCORRÊNCIA DE OUTROS MUNICÍPIOS NA FIXAÇÃO POPULACIONAL
A proximidade a pólos urbanos de escala regional – nomeadamente Coimbra e Leiria, apesar de apresentar diversas vantagens, pode constituir-se como obstáculo à fixação de recursos humanos qualificados e à valorização deste território do ponto de vista sustentável pela integração do triângulo ambiente, economia e sociedade.

Fonte: SPI, Novembro 2009.

Tabela 44. Síntese da Análise SWOT para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

• PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
<ul style="list-style-type: none"> • SALDO MIGRATÓRIO • PROGRAMA REDE SOCIAL DE TÁBUA • DESENVOLVIMENTO SOCIAL • PROGRAMAS E PROJECTOS LOCAIS DE APOIO SOCIAL • PATRIMÓNIO NATURAL • ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL • CAULE – ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS • BOA QUALIDADE DO AR • ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO • BAIXOS CONSUMOS DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL • SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL • ESCOLA PROFISSIONAL EPTOLIVA • TAXA DE ACTIVIDADE • RECURSOS ENDÓGENOS • MODELO TERRITORIAL • LOCALIZAÇÃO • EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA DESPORTIVA • PATRIMÓNIO HISTÓRICO • RECURSOS LOCAIS • BIBLIOTECA MUNICIPAL 	<ul style="list-style-type: none"> • MENORES EM RISCO • CONSUMO DE ÁLCOOL • EQUIPAMENTOS SOCIAIS • CUIDADOS DE SAÚDE • COBERTO VEGETAL • RISCO DE INCÊNDIO • ENERGIAS RENOVÁVEIS • EFICIÊNCIA ENERGÉTICA • CONSUMOS PÚBLICOS DE ENERGIA • GESTÃO DE RESÍDUOS • REDE DE INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS: • REDE E PARQUE ESCOLAR • ANALFABETISMO • NÍVEIS DE ESCOLARIDADE • INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR • MÃO-DE-OBRA POUCO QUALIFICADA • POPULAÇÕES COM BAIXOS RENDIMENTOS • DINAMISMO EMPRESARIAL • DESEMPREGO • DESENVOLVIMENTO DE FILEIRAS • UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA DESPORTIVA
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • QUADRO INSTITUCIONAL/CONTEXTO REGIONAL • INTEGRAÇÃO CRESCENTE DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS • ACESSO A INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO • REDES E PARCERIAS SUB-REGIONAIS • VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL • ENFOQUE GLOBAL NA SUSTENTABILIDADE • NOVAS ABORDAGENS AOS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA • POTENCIAL DO SECTOR TURÍSTICO - REFORÇAR A ATRACÇÃO TURÍSTICA PELA NATUREZA E PATRIMÓNIO HISTÓRICO 	<ul style="list-style-type: none"> • CRISE ECONÓMICA • QUEBRA DA COESÃO INTERNA DO PIN • DESCRENÇA NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS • BUSINESS AS USUAL • CONCORRÊNCIA DE OUTROS MUNICÍPIOS NA FIXAÇÃO POPULACIONAL

Fonte: SPI, Novembro 2009.